



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de São José do Rio Preto

ALINE MARIA MIGUEL KAPP-BARBOZA

USOS DO VERBO *SABER* E A EXPRESSÃO DA
EVIDENCIALIDADE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

São José do Rio Preto
2017

ALINE MARIA MIGUEL KAPP-BARBOZA

USOS DO VERBO *SABER* E A EXPRESSÃO DA
EVIDENCIALIDADE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto.

Área de Concentração: Análise Linguística

Orientador: Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher

São José do Rio Preto
2017

Kapp-Barboza, Aline Maria Miguel.

Usos do verbo *saber* e a expressão da evidencialidade no português brasileiro/ Aline Maria Miguel Kapp-Barboza. -- São José do Rio Preto, 2017

165 f. : il.,

Orientador: Marize Mattos Dall'aglio Hattner

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Língua portuguesa - Brasil. 3. Gramática discursivo funcional. 4. Gramática comparada e geral - Verbo. 5. Modalidade (Linguística). 6. Verbo saber. I. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. II. Título.

CDU – 469.0-541.45

Aline Maria Miguel Kapp-Barboza

Usos do verbo *saber* e a expressão da evidencialidade no português brasileiro

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglio Hattnher
UNESP – São José do Rio Preto
Orientadora

Profa. Dra. Vania Cristina Casseb-Galvão
UFG – Goiânia

Profa. Dra. Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Valle
UFSCar – São Carlos

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves
UNESP – São José do Rio Preto

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini-Bastos
UNESP – São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
07 de agosto de 2017

*À minha família, meu bem mais precioso,
dedico esta tese.*

AGRADECIMENTOS

À Marize, que, com sua capacidade singular de lidar com fenômenos da língua, contribuiu muito para minha formação profissional. Agradeço pela paciência, pela amizade, pelas leituras e pela confiança creditada em mim. Obrigada por ser esse exemplo de pessoa e de profissional.

Aos professores Sebastião Carlos Leite Gonçalves e Sandra Denise Gasparini-Bastos, pela leitura impecável do texto preliminar para avaliação do Exame Geral de Qualificação. Sou grata a cada linha corrigida, a cada comentário valioso, a cada sugestão. Certamente, este trabalho recebeu grandiosas contribuições após essa intervenção. Agradeço por retornarem à banca de avaliação deste trabalho.

À professora Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Valle, pela atenciosa leitura e comentários do texto preliminar desta tese na ocasião do Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP – Selin. Agradeço também por aceitar participar da banca de defesa.

À professora Vânia Cristina Casseb-Galvão, por ter aceitado participar da banca de defesa.

À professora Fernanda Correa Silveira Galli, por ter me acolhido e gentilmente me orientado no Exame de Qualificação Especial.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, por autorizar meu afastamento durante seis meses para que eu pudesse me dedicar exclusivamente a esta tese.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação do IBILCE.

A todos os meus professores do IBILCE-UNESP, por me apresentarem um mundo muito melhor.

Aos meus amigos, por entenderem meu sumiço e apoiarem minha caminhada.

À minha família, minha fonte inesgotável de força e amor.

Ao meu marido, João Paulo, por caminhar ao meu lado, apoiando minhas decisões, auxiliando sempre que possível e entendendo os diversos períodos de instabilidade nesse percurso. Obrigada pelo amor sem medidas e por estar comigo sempre que precisei.

Aos meus pais, Eliana e João, por sempre me incentivarem a crescer, independentemente de condições adversas a mim ou a eles. Sou grata por cada palavra e gesto, por cada abraço, colo e 'puxão de orelha'. Aos meus irmãos, Tiago e Alessandra, por dividirem muito de suas vidas comigo. Agradeço a todos por comemorarem todas as minhas conquistas com inigualável amor, por estarem juntos de mim em todas elas, seja de corpo presente ou em pensamentos e orações.

Às diversas manifestações de fé que extrapolam os limites do conhecimento; em especial a Deus, meu refúgio e guia.

Minha eterna admiração e gratidão.

*O saber a gente aprende com os mestres e os livros.
A sabedoria se aprende é com a vida e os humildes.*

Cora Coralina

RESUMO

Considerando que a ideia de conhecimento prevê uma acessibilidade entre objetos linguísticos e cognitivos que só ganha sentido mediante a noção de uso, já que o conhecimento não ocorre fora de experiências significativas do sujeito com as referências do mundo ou das ações simbólicas humanas, o objetivo deste trabalho é descrever o verbo *saber* como um verbo de múltiplas funções no português do Brasil, buscando confirmar a hipótese de que ele pode ser considerado forma de expressão da evidencialidade lexical. Basicamente classificado como verbo de cognição, o verbo *saber* apresenta outras funcionalidades, como o uso modal epistêmico, em que se avalia o (des)comprometimento do sujeito com relação à proposição que ele apresenta, e o uso modal facultativo, em que se avalia a capacidade em realizar um estado-de-coisas. Verifica-se também um uso evidencial reportativo de *domínio comum* desse predicado, por meio do qual uma informação é apresentada como um conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte. Além desses usos, nossa hipótese geral é a de que o verbo *saber* serve também à expressão da evidencialidade inferencial e dedutiva, respeitando a hierarquia dos evidenciais proposta por Hengeveld e Hattnher (2015). Assim, tomando como embasamento teórico-metodológico a Gramática Discursivo-Funcional, investigamos os domínios pragmático-semânticos e morfossintáticos que envolvem a multifuncionalidade desse verbo. A aceitação desse aparato teórico direciona para a escolha de um corpus que considere usos reais da língua, aqui representados pelo Banco de Dados Iboruna, pelo Corpus do Português e por ocorrências retiradas da internet. Para analisar os diferentes usos desse verbo, recorre-se à organização em camadas, e seus diferentes níveis hierárquicos de análise, proposta pela Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.13). As análises confirmaram a existência de dois outros usos evidenciais do verbo *saber* ainda não descritos na literatura: inferencial e dedutivo. Além disso, esta pesquisa traz também como contribuição a distinção entre conhecimento e informação no que se refere às ocorrências com esse verbo.

Demonstramos, portanto, ao longo desta investigação, que o verbo *saber* serve à expressão da evidencialidade lexical em português brasileiro, e, com isso, identificamos sete contextos de uso: cognitivo, informativo, modal epistêmico, modal facultativo, evidencial reportativo, evidencial inferencial e evidencial dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Verbo *saber*; verbo cognitivo; modalidade; evidencialidade; Gramática Discursivo-Funcional.

ABSTRACT

Considering that the idea of knowledge provides an accessibility between linguistic and cognitive objects that is only meaningful through the notion of use, since the knowledge does not occur outside the significant experiences of the subject with the references from the world or from the human symbolic actions, the aim of this study is to describe the verb saber as a multiple functional verb in Brazilian Portuguese, seeking to confirm the hypothesis that it can be considered a form of expression of lexical evidentiality. Basically classified as a cognition verb, the verb saber presents other functionalities, such as the epistemic modality, in which the subject's commitment to the proposition he or she presents is evaluated; and the facultative modality, in which the ability of a participant to engage in the state-of-affairs is evaluated. There is also a reportative evidential use of the common knowledge of this predicate, in which the information is presented as shared knowledge between the speaker and the listener. Besides these uses, our hypothesis is that the verb saber can be also used to convey inferential and deductive evidentiality, observing the evidentials hierarchy proposed by Hengeveld and Hattner (2015). Thus, based on the Functional Discourse Grammar theoretical-methodological approach we investigate the pragmatic-semantic and morphosyntactic domains involving the multifunctionality of this verb. The acceptance of this theoretical approach leads to the choice of a corpus which considers real uses of the language, represented here by Iboruna Database, Corpus do Português and by occurrences taken from the internet. In order to analyze the different uses of this verb, it is used the layered organization, and its different hierarchical levels of analysis, proposed by the Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.13). In this hierarchical context, the different semantic expressions of the verb saber are classified. The analysis confirmed the existence of two other evidential uses of the verb saber not yet described in the literature: inferential and deductive. In addition, this research also contributes to the distinction between knowledge and

information regarding occurrences with this verb. We demonstrate, therefore, throughout the investigation, that the verb *saber* expresses lexical evidentiality in Brazilian Portuguese, and, hence, we identify seven contexts of use: cognitive, informative, epistemic modality, facultative modality, reportative evidentiality, inferencial evidentiality and deductive evidentiality.

KEYWORDS: *Verb saber; cognitive verb; modality; evidentiality; Functional Discourse Grammar.*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Classificação cruzada dos tipos de modalidade	53
Quadro 2.	Modalidade na GDF	59
Quadro 3.	Tipologia dos evidenciais segundo Willett (1988)	65
Quadro 4.	Tipologia dos evidenciais segundo Hengeveld e Hattnher (2015)	65
Quadro 5.	<i>Fonte da informação x modo de obtenção</i> da informação na expressão da evidencialidade	74
Quadro 6.	Caracterização dos usos do verbo <i>saber</i>	149
Quadro 7.	Comparação entre os usos cognitivo e informativo	152
Quadro 8.	Comparação entre os usos epistêmico e inferencial	153
Quadro 9.	Distribuição dos usos qualificacionais de <i>saber</i> nas camadas da GDF	154

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Arquitetura geral da GDF, traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008)	30
Figura 2.	Evolução diacrônica das categorias qualificacionais identificadas na GDF.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS

1	primeira pessoa
2	segunda pessoa
3	terceira pessoa
ADM	admonitivo
ANAPH	anafórico
AUG	augmentativo
ANIM	animado
ASP	aspecto
COMPL	completivo
DED	dedução
DS	sujeito diferente
DEF	definido
DU	dual
IMP	imperativo
IMPL	implicativo
IND	modo indicativo
INDF	indefinido
INFER	inferencial
LOC	locativo
NCL	classificador nominal
NEG	negativo
NF	não-feminino
NMLZ	nominalizador
NOM	nominal
NONVIS	evidência sensorial não-visual
OBJ	objeto
PART	partícula
PERC	percepção de evento
PL	plural
PRS	tempo presente
PST	tempo passado
PUNCT	pontual
RECPST	passado recente
REP	reportativo
SBJ	sujeito
SG	singular
VIS	visual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: A EPISTEMOLOGIA DO SABER: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
1. A dimensão epistêmica do conhecimento	21
2. A abordagem discursivo-funcional da modalidade e da evidencialidade	26
2.1 A Gramática Discursivo-Funcional	27
2.1.1 A arquitetura da GDF.....	29
2.2 A categoria da modalidade	47
2.2.1 A tipologia das modalidades	49
2.3 A categoria da evidencialidade	60
2.3.1 A tipologia dos evidenciais	64
CAPÍTULO 2: O CENÁRIO DO VERBO <i>SABER</i> NA DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA	76
1. O verbo <i>saber</i> : definição e usos	77
1.1 <i>Saber</i> cognitivo	78
1.2 <i>Saber</i> modal facultativo	80
1.3 <i>Saber</i> modal epistêmico	81
1.4 <i>Saber</i> evidencial de domínio comum	83
1.5 <i>Saber</i> marcador discursivo	84
CAPÍTULO 3: UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS.....	87
1. Delimitação do objeto de estudo.....	88
2. Procedimentos de busca e constituição do <i>corpus</i>	89
3. Critérios para avaliação do comportamento dos diferentes usos de <i>saber</i>	90
CAPÍTULO 4: MULTIFUNCIONALIDADE DO VERBO <i>SABER</i> NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	104
1. <i>Saber</i> cognitivo	106
2. <i>Saber</i> informativo	111
3. <i>Saber</i> modal facultativo	117
4. <i>Saber</i> modal epistêmico	119

5. <i>Saber</i> evidencial reportativo	126
6. <i>Saber</i> evidencial inferencial	132
7. <i>Saber</i> evidencial dedutivo	136
8. Uso descritivo básico do verbo <i>saber</i>	139
9. <i>Não saber se</i> : entre a informação e a certeza	142
10. Usos discursivos do verbo <i>saber</i>	144
11. Síntese dos resultados	149
CONCLUSÃO	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160

INTRODUÇÃO

O termo cognição está relacionado à aquisição, manutenção, recuperação e uso do conhecimento, que, por sua vez, é entendido como um produto mental da interação do indivíduo com o que lhe é exterior, no meio físico e social (CORRÊA, 2002). Portanto, podemos afirmar que a ideia de conhecimento prevê uma acessibilidade entre objetos linguísticos e cognitivos que só ganha sentido mediante a noção de uso, já que o conhecimento não ocorre fora de experiências significativas do sujeito com as referências do mundo ou das ações simbólicas humanas (MORATO; KOCH, 2003).

Entendendo, então, que o conhecimento se materializa socialmente e que, portanto, a noção de contexto é fundamental para entender as múltiplas e dinâmicas significações, o objetivo deste trabalho é demonstrar que o verbo *saber* é um verbo de múltiplas funções no português, buscando confirmar a hipótese mais geral desta pesquisa de que ele pode ser considerado forma de expressão lexical da evidencialidade, fenômeno linguístico em que a fonte da informação contida em um enunciado é explicitada. Por ser um verbo cujo uso mais especializado no português brasileiro é de conhecimento, *saber* configura-se como um candidato natural a ser expressão da categoria evidencial, conforme pretendemos demonstrar. Além dessa hipótese geral, assumimos também que o verbo *saber*, a depender do grau de envolvimento do falante e, como consequência, de contextos morfossintáticos, diferencia-se quanto à expressão do conhecimento e da informação.

Nessa empreitada, investigamos os diferentes contextos de uso do verbo *saber* no português brasileiro, de modo a analisar os domínios pragmático-semânticos e morfossintáticos que envolvem a multifuncionalidade desse verbo, com base no aparato teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), um modelo de gramática que considera

uma organização em camadas e se estende ao nível do discurso, reconhecendo, nessa organização, vários níveis de análise. Esse modelo prevê que a produção de todo e qualquer enunciado envolve as operações gramaticais de formulação, responsável pelas configurações pragmáticas e semânticas, e de codificação, responsável pelas configurações morfosintática e fonológica, ambas alimentadas pelos componentes extra-gramaticais conceptual e contextual.

A GDF é o componente gramatical de uma teoria mais abrangente da interação verbal, e, portanto, todos os níveis, que fazem parte desse componente, têm natureza puramente linguística e estão hierarquicamente relacionados. Nesse modelo de gramática modular e hierárquico, as decisões nos níveis e nas camadas superiores determinam e restringem as possibilidades nos níveis e camadas inferiores, permitindo, assim, uma organização descendente da expressão linguística, em que a pragmática governa a semântica; a pragmática e a semântica governam a morfosintaxe, e a pragmática, a semântica e a morfosintaxe governam a fonologia.

A aceitação dessa hierarquia traz consequências teórico-metodológicas de duas ordens para a descrição da multifuncionalidade do verbo *saber*. Na abordagem da GDF, “a gramaticalização é vista como um processo no qual elementos linguísticos alargam seu escopo” (HENGEVELD, 2011, p. 581). Como já demonstraram Dall’Aglio-Hattner e Hengeveld (2016), no caso dos verbos modais, isso significaria que elementos modais com escopo sobre camadas de nível mais baixo na hierarquia semântica desenvolver-se-iam em elementos modais com escopo em camadas de níveis mais alto, obedecendo-se à distribuição das camadas. Isso é interpretado como um alargamento de escopo porque camadas de níveis mais altos são semanticamente mais abstratas. Essa predição diacrônica da teoria tem consequências sincrônicas: assim, somando-se às duas hipóteses apresentadas anteriormente, entendemos que, da mesma forma como ocorre com os verbos modais, se um verbo com uso evidencial tem

múltiplos significados, esses significados deverão estar alojados em camadas semânticas contíguas na distribuição sincrônica.

A outra consequência teórico-metodológica da adoção de um modelo de gramática funcionalista para a análise do verbo *saber* diz respeito à necessidade de a descrição basear-se em usos reais da língua, visto que, para uma perspectiva funcionalista, a função primeira da língua é a interação entre os seres humanos. Desse modo, ao compor o *corpus* de análise, escolhemos bancos de dados com amostras, tanto escritas quanto faladas, de interações reais. Uma vez que não é objetivo deste estudo descrever a regularidade, em termos quantitativos, de determinado uso e sim demonstrar sua existência na língua, recorreremos também a dados disponíveis na internet. Assim, para compor o *corpus* desta pesquisa, selecionamos ocorrências (i) do Banco de Dados Iboruna, constituído por entrevistas orais controladas sociolinguisticamente, (ii) do Corpus do Português, composto por textos que abrangem amostra de fala e de escrita, e (iii) da internet no domínio .br.

Defendemos, neste trabalho, então, que, dada a íntima relação entre cognição, experimentação e conhecimento, dentre as múltiplas funções que o verbo *saber* assume está a de indicar a fonte do conhecimento acionado pelo falante para qualificar seu enunciado – a evidencialidade – e que as diferentes subespecificações dessa função evidencial podem ser descritas em termos de alargamento de escopo semântico e estar alojadas em camadas contíguas da organização hierárquica proposta pela GDF. A defesa dessas hipóteses prevê a identificação de outras funções do verbo *saber* ainda não descritas na literatura existente sobre esse verbo.

Basicamente classificado como verbo de cognição (NEVES, 2000; GONÇALVES; SOUZA; CASSEB-GALVÃO, 2008), o verbo *saber* apresenta outras funcionalidades, como o uso modal epistêmico (NEVES, 2000; GONÇALVES; SOUZA; CASSEB-GALVÃO, 2008), em que se avalia o (des)comprometimento do sujeito com relação à proposição que ele apresenta, e o uso modal facultativo (NEVES, 2000; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008;

GONÇALVES; SOUZA; CASSEB-GALVÃO, 2008; DALL’AGLIO-HATTNER; HENGEVELD, 2016), em que se avalia a capacidade do participante de realizar um estado de coisas. Além dessas funções, em estudos sobre a abordagem funcionalista da evidencialidade, Dall’Aglío-Hattner et al (2001), Dall’Aglío-Hattner (2007) e Vendrame (2005; 2009) descrevem um uso evidencial¹ desse predicado, em que uma informação é apresentada como um conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte.

Conforme se pode notar, alguns usos de *saber* já foram descritos na literatura. Nesse contexto, nossa proposta é, além de analisar os usos já reconhecidos, identificando os contextos pragmático-semânticos e morfossintáticos específicos de cada um, descrever novos valores do verbo *saber*, identificando novos tipos e subtipos evidenciais. Para sustentar essa ampliação do domínio semântico de *saber*, propomos, também, a diferenciação entre conhecimento e informação, como forma de explicar os diferentes comportamentos desse verbo. Segundo Bueno (1968), o sentido original do verbo *saber*, proveniente do latim *sapere*, é *sentir o paladar, ter sabor*. Assim, por meio de um processo de transferência metafórica, esse verbo passa a ter o sentido de *conhecer*. Tal processo, segundo Martelotta e Leitão (1996, p. 164), “ocorre no campo perceptual, pois de um uso que expressa uma percepção gustativa surge um uso designativo de uma percepção lógica”, passando a ter o sentido de *conhecer*. É este último sentido que predomina no português brasileiro (PB).

Com exceção do trabalho de Martelotta e Leitão (1996) e de alguns outros trabalhos que também tratam do uso de *saber* como marcador discursivo,² não localizamos nenhum outro estudo específico sobre esse verbo. As descrições dos seus valores semânticos mencionadas acima foram localizadas em gramáticas, dicionários e em publicações que tratam da descrição

¹ Denominado de *evidencialidade assumida como de domínio comum*.

² Cf. MARTELOTTA, 1998; VALLE, 2001; OLIVEIRA, 2013; VALLE, 2014.

das construções com orações completivas, ou trabalhos com foco em outras categorias qualificacionais da língua, como os trabalhos que tratam de modalidade e evidencialidade.

Considerando o foco da GDF no modo como as línguas naturais codificam de forma sistemática as intenções dos falantes, a presente proposta, ao analisar os diferentes usos que o falante faz ao construir enunciados com o verbo *saber*, busca, como objetivo secundário, verificar a adequação da abordagem em níveis e camadas da GDF para o estudo das categorias de modalidade e de evidencialidade em língua portuguesa.

Para demonstrar as diversas funcionalidades expressas pelo verbo *saber* no português brasileiro, esta tese está organizada da seguinte forma: no capítulo 1, apresentamos um conceito de conhecimento e, em seguida, introduzimos como as categorias de modalidade e evidencialidade, que se mostram essenciais para a caracterização dos diversos usos do verbo *saber*, são abordadas na teoria da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), descrevendo-a brevemente; no capítulo 2, apresentamos acepções de dicionários do verbo *saber*, de modo a relacioná-las com os diferentes valores do verbo *saber* na língua portuguesa, e expomos os usos desse verbo já descritos na literatura, problematizando os que não se encaixam nas descrições existentes até então; no capítulo 3, esclarecemos os procedimentos metodológicos empregados, demonstrando como o *corpus* foi composto e explicitando os critérios que nortearam a análise do verbo *saber*; no capítulo 4, apresentamos os resultados da análise sobre as diversas funcionalidades expressas por *saber* em língua portuguesa do Brasil, diferenciando, tanto semântica como morfossintaticamente, os diferentes contextos de uso. Por fim, as conclusões retomam os principais resultados da pesquisa, caracterizando o verbo *saber* como um verbo de múltiplas funções, entre elas a de expressar diversos subtipos evidenciais.

CAPÍTULO 1

A EPISTEMOLOGIA DO SABER: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tendo em vista a hipótese aqui levantada, de que o verbo *saber* pode expressar, além dos valores cognitivo e modal, diferentes subtipos de evidencialidade, apresentamos, neste capítulo, considerações teóricas acerca do tratamento dessas duas categorias pela Gramática Discursivo-Funcional (GDF). Antes, porém, discorreremos brevemente sobre o modelo da GDF, destacando as concepções que serão utilizadas na análise dos dados. Em virtude da semântica que envolve o verbo *saber*, iniciamos este capítulo trazendo uma definição do que entendemos por *conhecimento*, conceito este fundamental para compreender as nuances estabelecidas no uso desse verbo. Uma vez que a noção de conhecimento é a base para a expansão dos significados de *saber*, faz-se necessário, então, discuti-la antes de apresentar como a teoria gramatical empregada nesta pesquisa aborda as categorias qualificacionais expressas por *saber* nos variados contextos de uso.

1. A dimensão epistêmica do conhecimento

Os valores semânticos expressos pelo verbo *saber*, no português brasileiro, relacionam-se, cada qual a seu modo, com o eixo do conhecimento, dada a especialização desse verbo com um sentido de percepção lógica. Nessa relação do significado de *saber* com seu uso na língua, o tipo de conhecimento envolvido em cada um desses valores tem correspondência direta com a faculdade por meio da qual o adquirimos. Assim, é possível obter determinado conhecimento por meio da razão e dos sentidos, sejam eles externos, responsáveis pelas sensações (visão,

audição, tato, olfato e paladar) ou internos, responsáveis pelas reflexões (sentimentos, consciência, memória).

Com o intuito de buscar uma definição de conhecimento capaz de subsidiar as discussões que aqui propomos no que se refere à tese da existência de valores expressos por *saber* diferentes dos já descritos na literatura, recorreremos, primeiramente, à definição de conhecimento. Segundo o dicionário Caldas Aulete (AULETE DIGITAL, 2008), *conhecimento* é definido como:

1. Ato de conhecer algo pela razão, pela experiência ou pela informação recebida; **2.** Compreensão, percepção intelectual dos fatos e relações entre eles (relativos a determinado assunto ou parcela da realidade); **3.** Domínio de um assunto, uma técnica, uma arte etc.; **4.** O conjunto do que é conhecido, sabido por alguém, ou por um grupo, ou em determinado campo de atividade, determinada época; **5.** Instrução, erudição; **6.** Capacidade ou faculdade de conhecer, de formar, reunir e organizar informações a respeito da realidade, dos acontecimentos; **7.** Relação não muito profunda entre pessoas; **8.** Pessoa com quem se tem relação pessoal ou social; **9.** Consciência de si, da própria existência e das percepções e relações com o mundo em redor.

Como é possível notar nas acepções acima, a noção de conhecimento refere-se tanto ao resultado da observação e experimentação quanto ao resultado da análise por meio da razão e da lógica. Além disso, há também uma concepção, dissociada de um processo analítico, relacionada à capacidade de guardar informação. Diante dessas definições, podemos compreender o *conhecimento* como algo capaz de envolver as capacidades linguística, epistêmica, lógica, perceptual e social do sujeito.

Além de definir *conhecimento*, é necessário também diferenciá-lo do conceito de *informação*, uma vez que o verbo *saber* pode ser empregado para transmitir conhecimento ou mera informação. Para tanto, reconhecendo a importância da Epistemologia no estudo e discussão do conhecimento, utilizamos a distinção entre *informação*, *conhecimento* e *saber* apresentada por Charlot (2000), reportando-se a Jean-Marc Monteil (1985 apud CHARLOT, 2000) e Judith Schlanger (1978 apud CHARLOT, 2000). Para Monteil,

a **informação** é um dado exterior ao sujeito, pode ser armazenada, estocada, inclusive em um banco de dados; está ‘sob a primazia da objetividade’. O **conhecimento** é o resultado de uma experiência pessoal ligada à atividade de um sujeito provido de atividades afetivo-cognitivas, como tal, é intransmissível, está ‘sob a primazia da subjetividade’. Assim como a informação, o **saber** está ‘sob a primazia da objetividade’; mas é uma informação de que o sujeito se apropria. Desse ponto de vista, é também conhecimento, porém, desvinculado do ‘invólucro dogmático no qual a subjetividade tende a instalá-lo’. O **saber** é produzido pelo sujeito confrontado a outros sujeitos, é construído em ‘quadros metodológicos’. Pode, portanto, ‘entrar na ordem do objeto’; e torna-se, então, ‘um produto comunicável’, ‘uma informação disponível para outrem’. (MONTEIL, 1985 apud CHARLOT, 2000, p. 61, grifo nosso)

Conforme observado por Monteil, as noções de conhecimento, de informação e de saber se distinguem por uma questão de grau: enquanto o conhecimento aponta para uma maior presença da subjetividade, a informação e o saber apontam para um grau maior de objetividade. Esse maior ou menor envolvimento do sujeito reflete-se também na forma como tais noções podem tanto ser apreendidas quanto comunicadas, difundidas.

No que se refere à noção de saber, por exemplo, as palavras do psicólogo social Monteil aproximam-se das da filósofa Schlanger (1978 apud CHARLOT, 2000, p. 62), que define o saber como “uma relação, um produto e um resultado, relação do sujeito que conhece com seu mundo, resultado dessa interação”. Ou seja, não existe o saber e seu sujeito sem levar em consideração sua relação com o mundo, consigo mesmo e com os outros. Assim, a apreensão de um saber requer estabelecer relações entre o indivíduo, o mundo que o cerca e outros indivíduos e sua difusão só se consolida mediante processos reflexivos desse sujeito.

Na base do pensamento de Monteil e Schlanger e da filosofia da ciência moderna, está Imanuel Kant (1724-1804), que entende o conhecimento como algo decorrente da cooperação entre a experiência e a razão. Para esse filósofo, ainda que o conhecimento se fundamente na experiência, sua aquisição nunca ocorre de maneira neutra, pois existem algumas condições *a*

priori necessárias para que as impressões sensíveis se convertam em conhecimento. A esse respeito, afirma:

Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência, pois, do contrário, por meio do que a faculdade de conhecimento deveria ser despertada para o exercício senão através de objetos que tocam nossos sentidos e em parte produzem, por si próprios, representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las e, desse modo, assimilar a matéria bruta das impressões sensíveis a um conhecimento dos objetos que se chama experiência? Segundo o tempo, portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo ele começa com ela. Mas embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente da experiência. Pois poderia bem acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que a nossa própria faculdade de conhecimento (apenas provocada por impressões sensíveis) fornece de si mesma. (KANT, 1987, p. 3).

Nessa concepção, o conhecimento é entendido como resultado de um processo de composição de uma matéria-prima dada pela experiência e apreendida pelo entendimento (conceito utilizado pelo autor para referir-se àquilo que não deriva da experiência). Nas palavras de Kant (1987, p.32), “intuição e conceitos constituem, portanto, os elementos de todo o nosso conhecimento, de maneira que nem os conceitos sem uma intuição que lhes corresponda de algum modo, nem uma intuição sem conceitos podem dar um conhecimento”.

Levando em consideração o exposto, podemos afirmar que o que diferencia *conhecimento de informação* é o modo como se obteve esse conhecimento, ou melhor, a forma como ele foi construído. Nesse processo de construção, a informação é a base para o conhecimento, que, por sua vez, é formado a partir de impressões sensíveis, por meio da apropriação e assimilação dessa informação, configurando-se, portanto, como o resultado, o produto, da relação do sujeito com o mundo que o cerca.

Nesta pesquisa, entendemos que o conhecimento é adquirido por meio da experiência produzida pelo sujeito confrontado a outros sujeitos, e, por isso, consideramos adequadas as definições de *conhecimento* e de *saber*, apresentadas por Charlot (2000) e reproduzidas

anteriormente, para nos referirmos à expressão do conhecimento veiculada pelo verbo *saber*. Por um lado, quando indica aquisição, posse e/ou manutenção de conhecimento, *saber* faz referência a um processo analítico e relacional realizado pelo falante, remetendo, portanto, a um dado interior a ele, ou seja, há um grau maior de subjetividade. Por outro, ao indicar aquisição e/ou posse de informação, *saber* apenas faz referência a um dado exterior ao falante, algo passível de ser armazenado; logo, não passa por um processo de construção experiencial e relacional, indicando, assim, um grau menor de subjetividade.

No que se refere ao uso de *saber*, podemos observar melhor a diferença entre as noções de *conhecimento* e *informação* ao observarmos as seguintes ocorrências:

- (1) JC: Como foi trabalhar na maior emissora de TV brasileira?
 Adauto: Foi bom. Foi uma ótima escola, porque eu não cursei a universidade. O que **sei** aprendi através do meu trabalho e a Globo contribuiu com isso.
 (Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Cid)³
- (2) Eu **sei** que tem gasto na igreja realmente o dízimo é pra manutenção da igreja... é luz telefone tem funcionário né?... Os folhetos todos domingo lá que não são... os mesmo...
 (AC-090; RO: 507-508)

Na ocorrência (1), é possível notar que o falante descreve um fato ('saber o funcionamento de uma emissora de TV') apreendido por meio de experiências sensíveis (períodos de aprendizagem), configurando-se como processo reflexivo, algo interior a esse falante. O *saber* expresso na ocorrência (1) é adquirido por meio de uma experiência pessoal e pode ser parafraseado por "O conhecimento que adquiri/tenho/posuo aprendi por meio do meu trabalho". Já em (2), o *saber* configura-se como algo exterior ao falante e pode ser parafraseado por "A informação que tenho é de que há gasto na igreja com luz, telefone etc." Não há

³ As fontes das ocorrências são padronizadas da seguinte forma: (i) AC (Amostra de Censo) e AI (Amostra de Interação) referem-se a ocorrências retiradas do Banco de Dados Iboruna; (ii) Texto Ficcional, Narrativa Oral e Artigo de Jornal referem-se a ocorrências retiradas do Corpus do Português; e (iii) Internet referem-se a ocorrências retiradas do domínio.br. Para mais detalhes, cf. capítulo 3.

apropriação da informação. Ao estar disponível para o interlocutor, sem que haja a necessidade de ele se envolver em processos relacionais e experienciais para obtê-la, tal informação aponta para uma característica de *saber* com sentido informativo: a presença de um grau menor de subjetividade.

Além dessa diferença semântica entre conhecimento e informação, outra justificativa para a adoção dessa distinção nesta pesquisa reside no fato de ela se manifestar também no comportamento morfossintático do verbo *saber*, conforme se verá no capítulo de análise.

Tendo em vista essa diferença, concebemos, então, a informação como um dado externo ao falante, passível de ser armazenado ou estocado sem necessidade de reflexão e relação, e o conhecimento como produto mental da interação do indivíduo com o que lhe é exterior, reafirmando, conforme defende Kant (1987), que se trata de um processo de composição de algo percebido pela experiência e apreendido, posteriormente, pelo entendimento.

Em linhas gerais, a diferença entre conhecimento e informação, no que se refere aos usos de *saber*, relaciona-se a uma questão de grau: enquanto o conhecimento circula no campo da subjetividade, perspectiva na qual o falante veicula, por meio de recursos linguísticos, como a dêixis espacial e temporal explícitas e marcadores de atitude proposicional, sua visão pessoal e subjetiva sobre determinada fato, expressando-se enquanto sujeito, a informação está no campo da objetividade, perspectiva na qual o falante tem a intenção de descrever as situações conforme elas se apresentam na realidade.

2. A abordagem discursivo-funcional da modalidade e da evidencialidade

O conceito de conhecimento permite expandir seus significados de modo a abarcar as noções veiculadas pelas categorias modais e evidenciais. Para subsidiar a análise e descrição do verbo *saber* como um verbo multifuncional, a modalidade e a evidencialidade serão descritas

nas próximas seções sob uma perspectiva discursivo-funcional. Antes, porém, fazemos uma exposição do modelo da Gramática Discursivo-Funcional.

2.1 A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional é um modelo teórico que visa explicar o funcionamento da gramática de uma língua na relação entre sistema e uso, de forma a investigar o caráter contínuo e funcional das categorias em análise. Nesse contexto, entende-se que a gramática é um componente fortemente vinculado à interação dos níveis pragmático, semântico e morfossintático, o que faz com que esse modelo não considere os aspectos formais da linguagem como constituintes de um sistema autônomo, “mas sim diretamente vinculados aos fatores mais característicos do discurso, da língua em uso no contexto social, justamente o aspecto da linguagem considerado, pelas teorias formais, como caótico, desordenado, assistemático” (CAMACHO, 2009, p.58).

No que se refere às definições de formal e funcional, Hengeveld (1999) esclarece que, uma vez que a não autonomia da sintaxe não implica necessariamente a ausência de formalização sistemática, os termos *formalismo* e *funcionalismo* dentro da linguística podem se diferenciar de duas formas. Em um primeiro contraste, esses termos podem se referir às diferentes orientações adotadas pelas teorias linguísticas, concebendo a gramática como um sistema estrutural autônomo ou como um sistema de interação social. A esse respeito, o autor afirma que as definições *autônomas* e *funcionais* seriam mais adequadas. Em outro contraste, os termos fazem referência à questão da formalização na descrição das categorias de análise. Assim, é possível notar que, para algumas teorias, há uma intenção em desenvolver um sistema de representação formal, ao passo que, para outras, isso não é relevante.

Diante dessa discussão, Hengeveld (1999) reconhece, com base no entrecruzamento das duas oposições acima descritas, quatro tipos de teorias linguísticas: i) *não formalizada*

autônoma, aparentemente sem nenhum representante significativo; ii) *formalizada autônoma*, representada pelo modelo gerativo; iii) *não formalizada funcional*, representada pelas abordagens de Halliday (1985) e Givón (1990); e iv) *formalizada funcional*, representada pela Gramática de Papel e Referência (FOLEY; VAN VALIN, 1984), a Gramática Funcional (DIK, 1989; 1997) e a posterior Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Nessa tipologia das teorias linguísticas, entende-se, então, que o funcionalismo holandês analisa as estruturas gramaticais da língua assumindo que ela é fortemente condicionada por fatores relacionados à interação social, função primordial da linguagem. Assim, nesse sistema de representação formal, as variáveis, os níveis e os módulos estão, diferentemente dos modelos gerativos, comprometidos com os aspectos interacionais, o que permite ao funcionalismo holandês reconhecer a possibilidade de uma correspondência não arbitrária entre forma e função.

Desse modo, Hengeveld e Mackenzie (2008) apresentam um modelo de gramática modular e hierárquico, segundo o qual as decisões nos níveis e nas camadas superiores determinam e restringem as possibilidades de expressão nos níveis e camadas inferiores, e *top down* (de cima para baixo), que parte da intenção do falante para a articulação das formas linguísticas: do pragmático para o sintático. Apoiados em estudos psicolinguísticos, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2) justificam essa organização ancorados na premissa de que “um modelo de gramática se tornará mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao modo do processamento de linguagem no indivíduo”.⁴

Nesse modelo, que dá interdependência e autonomia aos componentes nos Níveis Interpessoal ou pragmático, Representacional ou semântico, Morfossintático e Fonológico, o

⁴ “(...) a model of grammar will be more effective the more its organization resembles language processing in the individual”.

falante primeiramente decide qual vai ser seu propósito comunicativo, seleciona a informação mais adequada para alcançar esse propósito, codifica a informação gramatical e fonologicamente, e, por fim, realiza o processo de articulação.

A GDF coloca em foco o componente gramatical de uma teoria da interação verbal, e, por isso, pretende explicar tanto fenômenos linguísticos que só podem ser entendidos em níveis mais amplos, como também descrever expressões linguísticas com sentido completo e que são menores do que a frase. Para tanto, toma o ato discursivo como sua unidade básica de análise, articulando os componentes conceitual, contextual e de saída com o componente gramatical.

Feitas essas considerações sobre a Gramática Discursivo-Funcional e sua forma de operar no funcionamento da linguagem, no tópico seguinte, abordaremos sua arquitetura modular e hierárquica, em um formato claramente *top down*.

2.1.1 A arquitetura da GDF

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), o componente gramatical da GDF, central na arquitetura do modelo, compõe-se de quatro níveis, cada qual concebido como um módulo separado e internamente organizado em camadas. Todos os níveis, por terem natureza puramente linguística, descrevem apenas funções linguísticas que são codificadas nas gramáticas das línguas naturais.

O esquema abaixo demonstra as relações que os componentes não-gramaticais (conceitual, contextual e de saída) estabelecem com o componente gramatical, a GDF:

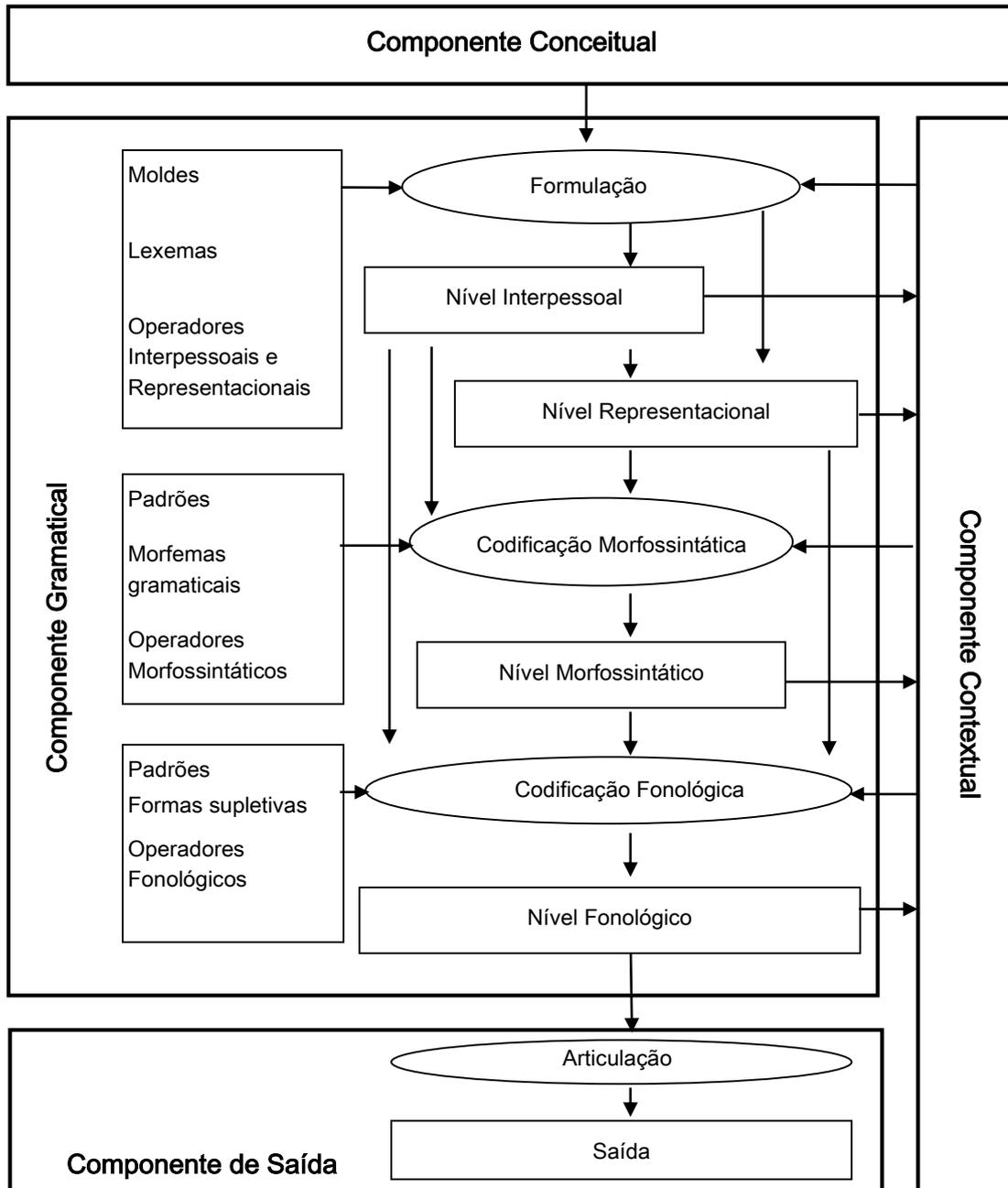


Figura 1: Arquitetura geral da GDF, traduzido de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p.37

Nessa arquitetura geral, as elipses englobam as operações, os quadrados englobam os primitivos usados nas operações e os retângulos englobam os níveis de representação produzidos pelas operações.

O componente conceitual são as forças motrizes que dão suporte ao componente gramatical e está ligado ao aspecto cognitivo. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 6), esse componente é “responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa

relevante para o evento de fala atual quanto para as conceitualizações associadas em relação aos eventos extralinguísticos relevantes”.⁵ É nele que se representa o material ideacional e interativo pressuposto em cada parte do discurso sob análise. É nesse componente que se destacam a intenção comunicativa, como, por exemplo, um alerta, e a representação mental correspondente, o evento causador do perigo. Essas representações conceituais são convertidas pela operação de formulação em representações pragmáticas, no Nível Interpessoal, e semânticas, no Nível Representacional, e, posteriormente, são traduzidas em representações morfossintáticas e fonológicas por meio da operação de codificação.

O componente contextual são os domínios discursivos a partir dos quais são produzidas novas expressões linguísticas no componente gramatical; o componente contextual está ligado às informações extralinguísticas, desde que estas estejam relacionadas com o componente gramatical. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p.6), esse componente “contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso anterior e da configuração perceptível real em que os eventos de fala ocorrem e das relações sociais entre os participantes”.⁶

O componente de saída, por sua vez, é um componente externo ao componente gramatical, mas que depende da informação fornecida por este último; o componente de saída está ligado à articulação da expressão linguística. Segundo os autores, esse componente “gera expressões ortográficas, sinalizadas e acústicas com base em informações fornecidas pelo componente gramatical” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.6).⁷

⁵ “The Conceptual Component is responsible for the development of both a communicative intention relevant for the current speech event and the associated conceptualizations with respect to relevant extralinguistic events”.

⁶ “The Contextual Component contains a description of the content and form of preceding discourse and of the actual perceivable setting in which the speech event takes place and of the social relationships between Participants”.

⁷ “The Output Component generates acoustic, signed, or orthographic expressions on the basis of information provided by the Grammatical Component”.

O componente gramatical, como já mencionado, subdivide-se em quatro níveis de análise: Interpessoal (NI), Representacional (NR), Morfossintático (NM) e Fonológico (NF). O Nível Interpessoal trata dos aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel na interação entre falante e ouvinte. Esse nível expressa as intenções comunicativas do falante. O Nível Representacional explica os aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginário que ela descreve; ele designa as entidades que fornecem o conteúdo semântico ao enunciado. Os Níveis Morfossintático e Fonológico codificam gramatical e fonologicamente um enunciado. No Nível Morfológico, as representações interpessoais e representacionais são codificadas morfossintaticamente; aqui, palavras gramaticais e operadores secundários são inseridos. No Nível Fonológico, o material dos níveis anteriores é inserido, juntamente com possíveis operadores terciários. Nas próximas páginas, descreveremos os quatro níveis, dando ênfase ao NI e ao NR, pois são alocadas neles as camadas mais representativas para a análise dos usos do verbo *saber*.

Todos os níveis hierárquicos do componente gramatical permitem uma organização descendente da expressão linguística, em que a pragmática governa a semântica; a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe; e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.13).

As regras empregadas tanto na formulação quanto na codificação tratam de fenômenos próprios de cada língua e não de fenômenos universais, fato que permite que representações conceituais parecidas sejam representadas pragmaticamente e semanticamente de forma diferente em línguas diferentes. Como exemplo, podemos citar, como afirma Camacho (2006, p.52), algumas línguas em que as advertências são formuladas como um ato de fala distinto, caso da língua tucano, em que há uma forma própria para o imperativo, conforme se nota em (3a) a seguir, e outra para o admonitivo (advertência), conforme se nota em (3b), enquanto em outras, como o

português, as advertências podem receber o mesmo tratamento que as ordens, conforme pode ser verificado em (4a) e (4b).

(3) Tucano (Ramirez, 1997, p.145)

a. apê-ya!

jogar-IMP.2.PL

b. apê massa tiro ehâ-gi ãyuró wee-ápa!

Outra pessoa perto chegar-IMPL bem fazer-IMP.ADM

‘Quando você chegar (na casa de) outra pessoa, comporte-se (cuide em fazer bem)

(4) a. Jogue!

b. Chegando na casa da sua avó, comporte-se bem, senão...

No que se refere à operação de articulação, o *output* do componente gramatical funciona como o *input* para tal operação, que, caso haja material acústico (em oposição ao escrito, por exemplo), conterà as regras fonéticas necessárias para um enunciado fonético adequado. Além disso, todos os níveis de representação se alimentam do componente contextual, permitindo que se façam referências aos diferentes tipos de entidades relevantes em cada nível no momento em que são introduzidos no discurso. Nessa relação, o componente contextual também se alimenta das operações de formulação e codificação, fazendo com que a disponibilidade de antecedentes, de referentes visíveis e de participantes do discurso possam influenciar a composição de atos discursivos subsequentes. Assim, tal componente é capaz de armazenar informações sobre as intenções comunicativas dos falantes e sobre os aspectos semântico-pragmáticos e morfossintáticos da expressão linguística.

No componente gramatical, além das operações de formulação e codificação, podemos notar os vários conjuntos de primitivos que alimentam essas operações. Nesse sentido, os esquemas estabelecem as possíveis combinações de elementos nos Níveis Interpessoal e Representacional que são relevantes para a operação de formulação, refletindo as opções disponíveis ao falante para descrever a mesma entidade em um contexto de lexemas variados

com diferentes conotações e/ou denotações. O conjunto de primitivos, que contém esses lexemas, engloba também os operadores primários, responsáveis pelas distinções pragmáticas, como a identificabilidade, e semânticas, como a modalidade.

Como já mencionado, todos os níveis têm uma natureza hierárquica e uma organização em camadas. No Nível Interpessoal, que trata das motivações pragmáticas da língua, reconhecem-se as seguintes unidades hierarquicamente organizadas:

Movimento (M)
 Ato discursivo (A)
 Ilocução (F)
 Falante (P₁)
 Ouvinte (P₂)
 Conteúdo Comunicado (C)
 Ato atributivo (T)
 Ato referencial (R)
 Conteúdo Comunicado (C)
 Ato discursivo (A)
 Movimento (M)

Definido como “a unidade livre mínima de discurso capaz de entrar em uma estrutura de troca” (KROON, 1995, p.20),⁸ o Movimento é a unidade de análise hierarquicamente mais alta deste nível. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 50), essa unidade pode ser definida como uma contribuição autônoma para a interação em desenvolvimento, podendo provocar uma reação do interlocutor ou ser a própria reação para outro Movimento. Tal unidade consiste de um ou mais Atos Discursivos, definidos como “a menor unidade identificável de comportamento comunicativo” (KROON, 1995, p.65),⁹ que, por sua vez, podem estar em relação de equipolência ou de dependência. Os Atos Discursivos, “em contraste com a unidade

⁸ “The minimal free unit of discourse that is able to enter into an exchange structure”.

⁹ “The smallest identifiable unit of communicative behavior”.

mais alta na ordenação hierárquica, chamada Movimento, não necessariamente promovem a comunicação em termos de alcançar um objetivo conversacional” (KROON, 1995, p.65).¹⁰

No exemplo a seguir, retirado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 53), é possível notar dois Movimentos, a pergunta de A sobre o campeonato escocês e a resposta de B sobre os resultados. Nesse último Movimento, identificamos dois Atos Discursivos, com mesmo status comunicativo: (i) Celtic ganhou e (ii) os Rangers perderam; já, no primeiro Movimento, há apenas um Ato Discursivo.

- (5) A: O que aconteceu ontem na Liga Premier Escocesa?
B: O Celtic ganhou. E os Rangers perderam.¹¹

A Ilocução, responsável por indicar o uso conversacional convencionalizado de cada Ato Discursivo, é empregada para representar a intenção comunicativa do falante, que pode ser uma afirmação, uma pergunta, um alerta, um pedido etc. No exemplo anterior, identificamos uma força ilocucionária de interrogação, em A, e uma declarativa, em B. Os autores ressaltam que não há uma relação biunívoca entre as intenções comunicativas específicas e uma Ilocução, uma vez que as línguas diferem bastante quanto aos meios linguísticos empregados para tal função.

A terceira camada do esquema ilocucionário, o Conteúdo Comunicado, é definida como a unidade em que ocorre o mapeamento para o Nível Representacional correspondendo às escolhas que o falante faz para evocar acontecimentos do mundo externo sobre o qual ele quer falar. Sendo a totalidade que o falante quer passar a seu interlocutor com sua comunicação, essa unidade pode evocar (i) propriedades, representadas pelo Ato Atributivo (T), e (ii) entidades,

¹⁰ “In contrast to the higher-order units called Moves they do not necessarily further the communication in terms of approaching a conversational goal”.

¹¹ “A: What happened yesterday in the Scottish Premier League?
B: Celtic won. And Rangers lost.”

representadas pelo Ato Referencial (R). O exemplo seguinte apresenta um Conteúdo Comunicado composto de dois Atos Referenciais, *o cachorro maior* (R₁) e *meu gato* (R₂), as duas entidades evocadas pelo falante, e um Ato Atributivo, representado por *morder* (T₁), que especifica a relação entre essas duas entidades.

(6) O cachorro maior mordeu meu gato.

No Nível Representacional, que trata das motivações semânticas da língua, reconhecem-se as seguintes unidades, organizadas hierarquicamente:

conteúdo proposicional (p)
 episódio (ep)
 estado de coisas (e)
 propriedade configuracional (f)
 propriedade lexical
 indivíduo (x)
 lugar (l)
 tempo (t)
 modo (m)
 quantidade (q)
 razão (r)
 propriedade configuracional (f)
 estado de coisas (e)
 episódio (ep)
 conteúdo proposicional (p)

Os conteúdos proposicionais, por constituírem constructos mentais, não existem no tempo e no espaço e são avaliados em termos de verdade. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p.144), “conteúdos proposicionais podem ser factuais, quando correspondem a conhecimentos ou crenças sobre o mundo real, ou não-factuais, quando correspondem a desejos ou expectativas em relação a um mundo imaginário”.¹² A ocorrência em destaque a

¹² “Propositional contents may be factual, as when they are pieces of knowledge or reasonable belief about the actual world, or nonfactual, as when they are hopes or wishes with respect to an imaginary world”.

seguir contém elementos que expressam uma atitude proposicional não-factual do sujeito em relação a seu enunciado.

- (7) João esperava que **seu time fosse ganhar o campeonato**.

Os episódios representam um conjunto semanticamente coerente de estado de coisas, no sentido de que eles apresentam unidade ou continuidade de tempo (t), lugar (l) e indivíduos (x). Entretanto, é possível que haja um episódio com apenas um evento descrito. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), em várias línguas, essa categoria semântica é expressa no sistema gramatical e, nesse sentido, um dos indícios de sua marcação gramatical seria sua localização em tempo absoluto, como é ilustrado por um exemplo do inglês adaptado de Givón (1995 apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.158), traduzido em (8). Nessa ocorrência, a forma finita do verbo, responsável pela marcação em tempo absoluto, localiza o episódio, que, por sua vez, é formado pelo encadeamento das outras orações, que constituem diferentes estados de coisas.

- (8) “Saindo, parando para checar a caixa de correio, dando uma olhada para a entrada da garagem e parando para ajustar seu chapéu, ele caminhou até seu carro”.¹³ (tradução nossa)

Os estados de coisas, por sua vez, são eventos e estados que, por serem localizados no tempo e espaço, são avaliados em termos de realidade. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p.166), essas unidades são distinguíveis dos indivíduos, por um lado, e dos conteúdos proposicionais, por outro, por sua característica temporal. Para ilustrar, os autores oferecem as

¹³ “Coming out, stopping to check the mailbox, taking a look at the driveway and pausing to adjust his hat, he walked to his car”.

seguintes ocorrências, em que se nota a inadequação da localização de indivíduos (a) e de conteúdos proposicionais (c) no tempo:

- (9) a - *A cadeira era às seis horas.
 b - O encontro era às seis horas.
 c - *A ideia era às seis horas.¹⁴

Um estado de coisas é caracterizado por uma propriedade configuracional que, por sua vez, constitui um inventário dos esquemas de predicação relevantes para uma língua. A camada da propriedade configuracional contém uma combinação de categorias semânticas, que podem incluir indivíduos (x), objetos concretos localizados no tempo e no espaço, e categorias lexicais (f), sem existência independente, podendo apenas ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidades. Podem também constituir essa camada o lugar (l), o tempo (t), o modo (m), a quantidade (q) e a razão (r).

As configurações no Nível Interpessoal e Representacional são traduzidas em estruturas morfossintáticas no Nível Morfossintático pela operação de Codificação Morfossintática. Nesse nível, são identificadas as seguintes camadas:

Expressão Linguística (Le)
 Oração (Cl)
 Sintagma (Xp)
 Palavra (Xw)
 Raiz (Xs)
 Afixo (Aff)
 Palavra (Xw)
 Sintagma (Xp)
 Oração (Cl)
 Expressão Linguística (Le)

¹⁴ “*The chair was at six o’clock./The meeting was at six o’clock./*The idea was at six o’clock”.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 308), “uma expressão linguística é qualquer conjunto de pelo menos uma unidade que pode ser usada independentemente”.¹⁵ Nelas, orações e sintagmas podem ser combinados de diferentes maneiras, expressando (i) dependência mútua, ou equiordenação, como nos exemplos (10) e (11) da língua kashmiri; (ii) dependência de uma unidade, ou cossubordinação, na camada da oração, e extraoracionalidade, na camada do sintagma, como demonstram os exemplos (12) e (13) respectivamente; e (iii) não dependência, ou coordenação (14), na camada da oração, e enumeração (15), na camada do sintagma.

(10) So cha t'u:t já:n geva:n yu:t mohni o:s.
 ela é CORR muito.boa cantar.PRS.PTCP REL mohan era
 ‘Ela canta assim como Mohan costumava cantar’.¹⁶

(11) Yuth vɔsta:d t'uth tsa:th.
 REL professor CORR discípulo
 ‘O discípulo é como o professor.’¹⁷

(12) Peima fitau-fe-e-te wate tepau-a-ʔa.
 cuidadosamente jogar-PF-1/2.SG-DS NEG quebrar-3.SG-IND
 ‘Eu o joguei cuidadosamente e ele não quebrou.’
 ‘Mim tendo o jogado cuidadosamente, ele não quebrou.’¹⁸

(13) Os estudantes, eles ouviram as notícias ontem.¹⁹

(14) O Celtic ganhou e os Rangers perderam.²⁰

(15) (Qual é o seu pedido?) Um Big Mac, batatas fritas e uma Coca.²¹

(Traduzidos de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.308-9)

¹⁵ “A Linguistic Expression is any set of at least one unit that can be used independently”.

¹⁶ “She sings as well as Mohan used to sing.”

¹⁷ “The disciple is as the teacher.”

¹⁸ “I threw it carefully and it didn’t break.” “Me having thrown it carefully, it didn’t break.”

¹⁹ “As for the students, they have heard the news yesterday.”

²⁰ “Celtic won and Rangers lost.”

²¹ “(Can I take your order?) A Big Mac, French fries, and a Coke.”

Uma vez que o verbo *saber* ocorre, não apenas, mas também, e expressivamente, em orações complexas, cabe aqui uma discussão acerca do processo de subordinação na GDF. Buscamos, a seguir, explicar os contextos de complementação de orações, de modo a destacar as estruturas em que identificamos ocorrências com o verbo *saber*.

Em línguas configuracionais²², línguas, como o português e o inglês, em que as relações gramaticais (sujeito, objeto etc.) são identificadas por meio de posições na estrutura sintagmática, uma oração consiste de uma configuração sequenciada de palavras (Xw), sintagmas (Xp) e outras orações (no caso das subordinadas). Na camada da oração, as palavras, que também têm sua estrutura interna, constituída de uma série de morfemas, só podem ser gramaticais, como conjunções e partículas, pois os elementos lexicais são sempre núcleo de sintagmas no Nível Morfossintático.

Quando as orações têm como constituintes outras orações, esses constituintes oracionais são descritos em termos da unidade representacional ou interpessoal que representam, ou seja, podem ser reconhecidas, em sua constituição interna, como equivalentes às unidades semântico-funcionais distinguidas nos Níveis Interpessoal e Representacional. Assim, as orações completivas, encaixadas na posição de argumento de predicados, podem se comportar como Moves, Atos Discursivo ou Conteúdos Comunicados, unidades do Nível Interpessoal; ou como episódios, conteúdos proposicionais, estados de coisas ou propriedades, unidades do Nível Representacional. Nessa abordagem, o predicado matriz continua influenciando a seleção dos tipos semântico-funcionais, entretanto ele não é o único critério responsável pela classificação desses tipos. Um ponto diferencial da teoria, ao favorecer descrições que integrem

²² Em contraposição às configuracionais, as línguas não-configuracionais, como o japonês, possuem ordem livre das palavras, estrutura sintagmática sem níveis hierárquicos, ausência da categoria SV (sintagma verbal), uso de expressões descontínuas, ausência de regras de movimento, frequente uso de pronomes nulos e sistemas casuais ricos (HALE, 1983 apud RAPOSO, 1992, p.234-237).

aspectos da oração matriz e também da completiva, é a possibilidade de ampliar o alcance do tratamento da complementação oracional.

Nesse sentido, a perspectiva discursivo-funcional traz muitas contribuições para o estudo do encaixamento de orações, uma vez que, diferentemente da tradição gramatical, leva em conta aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos para classificar a relação estabelecida entre determinadas orações, possibilitando a identificação do tipo de complemento e das formas que seus complementos podem assumir. A subordinação para a GDF constitui um processo em que “orações podem ocorrer como constituintes de outras orações, como orações advérbio, complemento ou predicado” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 352),²³ podendo ser classificadas, conforme mencionado, em termos das unidades semântico-funcionais distinguidas nos componentes interpessoal e representacional do modelo. Interessa, portanto, à GDF quais fatores interpessoais, representacionais e morfossintáticos são responsáveis pela escolha de um certo tipo de oração subordinada.

Assim, nesse modelo, a complementação configura-se como um caso típico de subordinação, pois refere-se a um processo sintático em que determinada oração funciona como argumento de um predicado, de forma semelhante a um termo simples. No que se refere ao verbo aqui analisado, estruturas em que uma oração atua como argumento do predicado verbal *saber* ocorrem com grande parte dos usos por ele expressos. Entretanto, a oração completiva não é o único tipo de estrutura que se liga ao verbo *saber*. Além das subordinadas substantivas, *saber* pode introduzir um tipo específico de oração, denominada de relativa sem núcleo (*headless*), ou relativas sem antecedentes (RSA), que apresenta similaridade estrutural com as orações interrogativas parciais indiretas ou interrogativa parcial encaixada (IPE). Cientes disso, apresentaremos, a seguir, algumas discussões a respeito dessas duas orações, buscando

²³ “Clauses may occur as constituents of other Clauses as adverbial, complement, or predicate Clauses.”

caracterizá-las e, posteriormente, diferenciá-las, para, assim, compreendermos mais claramente esse tipo de construção relativa expressa pelo verbo *saber*.

De maneira geral, quando as orações que funcionam como argumento de predicados são introduzidas por palavras interrogativas, a estrutura oracional pode ser estudada em dois grupos: o das interrogativas indiretas (16) e o das relativas sem núcleo (17).

(16) A gaúcha então perguntou **quem ele queria que ganhasse o reality**. (Internet)²⁴

(17) Não vi **quem atirou**, vi apenas o braço de fora empunhando a arma.

(Narrativa Ficcional; 19:Fic:Br:Garcia:Silencio)

A distinção dessas orações, cuja estrutura formal é semelhante, tem sido tema de investigação em diversos estudos; entretanto, são poucos (MÓIA, 1992; CAPONIGRO, 2002; MARCHESAN, 2008; SOUSA, 2011) os que se dedicam especificamente à análise das interrogativas e relativas, buscando, ao aplicar critérios sintáticos ou semânticos (MÓIA, 1992; MARCHESAN, 2008), distingui-las a contento. Alguns desses critérios (leitura definida do pronome *qu-* ao integrar uma RSA e leitura indefinida ao compor uma IPE, por exemplo) dialogam de maneira interessante com a proposta para orações interrogativas da GDF, e, somados à perspectiva funcional, trazem contribuições significativas na definição e diferenciação dessas orações.

Nessa busca, o modelo da GDF apresenta grandes vantagens para uma descrição adequada dessas orações, não apenas por dar conta de diferenciá-las de maneira satisfatória mas também por trazer uma compreensão maior das semelhanças e diferenças existentes entre elas. A possibilidade de dúvida quanto à sua classificação está relacionada ao fato de que os dois

²⁴ <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bbb17-marcos-e-expulso-por-agressao-a-emilly/>

tipos de construções são introduzidos por proformas que representam uma unidade semântica (razão, tempo, modo, lugar etc.) cujo núcleo é ausente, ou seja, representado por proformas, dêiticos ou palavras interrogativas, a semelhança formal dessas construções gera dúvidas quanto à sua classificação. Entretanto, podemos acertadamente distingui-las ao nos ancorarmos na forma como a GDF analisa as interrogativas.

Nesse aparato teórico, ao discorrer sobre a diferença entre as orações interrogativas parciais encaixadas (IPE) e as orações relativas sem antecedentes (RSA), Sousa (2011) afirma que

o ponto-chave da caracterização proposta pela GDF é a possibilidade que ela oferece de se analisarem como interrogativas apenas as estruturas que funcionalmente o são de fato, isto é, aquelas que o falante emprega para indagar o ouvinte e que, em termos semântico-formais, correspondem a um conteúdo comunicado e funcionam como complementos de predicados com significado interrogativo, marcados pela primeira pessoa gramatical (SOUSA, 2011, p. 127).

Além da diferença entre as orações IPE e RSA, Sousa (2011, p. 128) afirma que a razão pela qual a GDF explica a ausência do núcleo da unidade semântica também se difere de uma para outra: enquanto a ausência do núcleo da unidade semântica, nas orações interrogativas, ocorre porque o núcleo é desconhecido pelo falante no momento da enunciação, o que reforça a existência de um questionamento direcionado ao ouvinte sobre a identidade desse núcleo; nas orações relativas, tal ausência “deve-se a uma escolha do falante de não expressar o item lexical que constituiria o núcleo da unidade representada e que equivale, em geral, a uma palavra genérica, designativa do significado em questão, como *modo, maneira, forma, dia, razão, etc.*” (SOUSA, 2011, p. 129).

As ocorrências a seguir elucidam essa discussão: em (18) e paráfrase, é possível identificar o questionamento do falante a respeito da opinião do ouvinte sobre o tópico religião; o pronome *o que*, nesse caso, tem natureza categorial de um pronome interrogativo e não relativo; já em (19) e paráfrase, notamos que não há um questionamento, ou seja uma força

ilocucionária de interrogação indireta, como ocorre em (18), por parte do sujeito da oração sobre o site de onde foi retirado o passo-a-passo para a produção de um vestido em crochê para uma boneca; portanto, o pronome *onde* aqui tem natureza categorial de um pronome relativo.

(18) Doc.: B.... éh::... *eu gostaria que você me falasse o que que você acha... o que você pensa **Sobre religião.***

Eu gostaria que você me falasse: o que que você acha, o que você pensa sobre religião?

(AC-100; RO: 337-338)

(19) Não me recordo **onde tirei o passo a passo**, mas assim que souber ponho aqui o link.

Não me recordo o lugar/o site (de) onde tirei o passo a passo.

(Internet)²⁵

Uma vez que, nas orações com proformas interrogativas, a intenção é buscar o referente, é possível identificar uma leitura menos definida, refletida na ausência de identificação do conteúdo dessa proforma. Já as orações relativas sem antecedente, conforme esclarece Sousa (2011), permitem que se estabeleça uma interpretação mais ou menos definida para o pronome. Cabe ressaltar que a leitura menos definida para os pronomes relativos “não os tornam interrogativos, nem a oração que eles encabeçam, uma interrogativa encaixada” (SOUSA, 2011, p. 129). Há, segundo a autora, alguns predicados que favorecem essa leitura indefinida, como os predicados negados e os indicativos de desconhecimento, como as ocorrências com *não sabe como/onde/por que/quem*, por exemplo.

Ainda sobre as camadas do Nível Morfossintático, um sintagma (Xp) “é caracterizado pelo fato de ter como núcleo um item lexical transmitido do Nível Interpessoal ou do Representacional” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 296).²⁶ Segundo os autores, não há correspondência direta entre as classes de lexemas reconhecidas em determinada língua e os

²⁵ <https://fi.pinterest.com/pin/549579960757515892/?lp=true>.

²⁶ “A Phrase (Xp) is characterized by the fact that it is headed by a lexical item that is passed on from the Interpersonal Level or the Representational Level”.

tipos de sintagmas, visto que uma língua com uma classe de lexemas altamente flexíveis pode ter uma variedade de tipos de sintagmas. Juntamente com as orações, os sintagmas podem carregar funções sintáticas.

As palavras (X_w), por sua vez, “consistem em uma configuração sequenciada de morfemas (X_m), outras palavras (X_w), sintagmas (X_p) e orações (Cl)” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 400).²⁷ Os autores fazem uma distinção entre lexemas e palavras, uma vez que os primeiros operam no Nível Representacional e as últimas, no Nível Morfossintático. Algumas das razões que os levaram a diferenciar esses conceitos são (i) o fato de uma única palavra (X_w), no Nível Morfossintático, poder corresponder a muitos lexemas no Nível Representacional, ou o contrário, um único lexema, no NR, corresponder a várias palavras no NM; (ii) o fato de que, mesmo em línguas que não fazem nenhuma distinção entre classes de lexemas, há uma variedade de classes de palavras; e (iii) o fato de haver muitas palavras sem nenhum lexema correspondente. Essa última justificativa refere-se a todas as palavras gramaticais, que correspondem a um operador ou a uma função dos Níveis Representacional e Interpessoal ou representam *dummies*²⁸ ou elementos suporte.

A palavra é formada por morfemas, que podem ser categorizados de diferentes formas: a raiz (X_s), um morfema com conteúdo lexical, e afixos (Aff), morfemas com conteúdo gramatical que só ocorrem juntos de uma determinada raiz. Por fim, da mesma forma, as estruturas dos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são convertidas em estrutura fonológica pela operação de Codificação Fonológica. O Nível Fonológico é considerado o *input* para a operação final de Articulação para a realização da expressão linguística. A Articulação ocorre no Componente de Saída, fora da gramática. Nesse nível, são identificadas as seguintes camadas:

²⁷ “A Word maximally consists of a sequenced configuration of Morphemes (X_m), other Words (X_w), Phrases (X_p), and Clauses (Cl)”.

²⁸ Expletivos.

Enunciado (U)
 Frase Entonacional (IP)
 Frase Fonológica (PP)
 Palavra Fonológica (PW)
 Pé (F)
 Sílaba (S)
 Pé (F)
 Palavra Fonológica (PW)
 Frase Fonológica (PP)
 Frase Entonacional (IP)
 Enunciado (U)

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 429), “um Enunciado (U) consiste em uma ou mais Frases Entonacionais (IP), as quais são compostas por uma ou mais Frases Fonológicas (PP); cada frase fonológica contém uma ou mais Palavras Fonológicas (PW), e essas são compostas de um ou mais Pés (F), que, por sua vez, são feitos de, pelo menos, uma Sílabas (S)”.²⁹

O Enunciado, tipicamente separado por pausas mais longas do que os itens mais baixos na hierarquia, designa o trecho completo do discurso em questão. A Frase Entonacional representa o domínio de um único contorno de entonação, isto é, um padrão sistematicamente reconhecível de queda ou elevação do tom geral. Por sua vez, a Frase Fonológica, pertencente a um grupo intermediário entre a Frase Entonacional e a Palavra Fonológica, representa o domínio de várias operações fonológicas que se aplicam a um grupo de Palavras Fonológicas, sem se estender a toda a Frase Entonacional. A Palavra Fonológica também se refere ao domínio de um número de processos fonológicos mais locais. Quando ocorrem generalizações aplicadas à Palavra Fonológica, provavelmente mais de uma Palavra morfossintática está em correspondência com uma única Palavra Fonológica ou, de maneira contrária, que uma única Palavra morfossintática corresponde a mais de uma Palavra Fonológica. Como já mencionado,

²⁹ “An Utterance (U) consists of one or more intonational Phrases (IP), which themselves are composed of one or more Phonological Phrases (PP); each pp contains one or more Phonological Words (PW), and these are composed of one or more Feet (F), which in turn are made of at least one syllable (S)”.

a Palavra Fonológica consiste em um ou mais Pés, que, por sua vez, representam um grupo de Sílabas, responsável, dentro dos Pés, pelas características rítmicas do Enunciado na língua.

Dentre os quatro níveis descritos acima, cabe ressaltar, como já mencionado, que os Níveis Interpessoal e Representacional são especialmente importantes para o entendimento da expressão dos diferentes subtipos modais e evidenciais que serão detalhados nas próximas seções.

2.2 A categoria da modalidade

Nos últimos quarenta anos, a categoria da modalidade tornou-se um tema bastante investigado nos estudos linguísticos, reflexo do reconhecimento de sua relevância para a língua e a comunicação. Representar na língua as atitudes dos falantes em relação à possibilidade de ocorrência de determinado evento, em relação à avaliação do valor de verdade de uma proposição ou em relação à existência de obrigações, permissões, proibições, desejos e capacidades é uma das características mais interessantes da cognição humana. Seu estudo, porém, só foi intensificado recentemente, dado o caráter complexo dos processos de investigação dessa categoria e da própria expressão linguística (NARROG, 2012, p.1).

Diferentes fatores justificam a diversidade de pesquisas sobre modalidade: a variedade de campos de estudos – filosófico, lógico, linguístico ou psicológico – adequados para a análise do fenômeno, a variedade de perspectivas teóricas ou ainda a escolha de um ou outro tipo de modalidade para ser investigado.

Essas diferenças têm reflexo na própria definição de modalidade, que se apresenta como o primeiro desafio para o entendimento dessa categoria, vista como um ‘campo particularmente difícil de se apreender, com limites ainda não estabelecidos’ (DALL’AGLIO-HATTNER,

1995, p. 2). As dificuldades em se investigar esse tema continuam até hoje, entretanto, os problemas são de outra ordem: enquanto tempo atrás o entrave maior estava em categorizar a modalidade, atualmente, a quantidade de informação que temos sobre esse fenômeno linguístico tem feito com que ele continue sendo visto como um campo de estudos desafiador. Se comparada a outras categorias gramaticais como tempo, aspecto e voz, nota-se a dificuldade em apreendê-la, delimitá-la e, como consequência, descrevê-la, visto que a modalidade, segundo Narrog (2012), designa domínios conceituais ao invés de categorias gramaticais. A esse respeito, Neves (2006) afirma que “conceituar modalidade é uma tarefa complexa exatamente porque esse conceito envolve não apenas o significado das expressões modalizadas, mas, ainda, a delimitação das noções inscritas do domínio conceptual implicado” (NEVES, 2006, p.151).

No campo da Linguística, o estudo das modalidades focado na língua em uso deve se redirecionar em função dos aspectos pragmáticos relacionados à expressão linguística. Assim, devem ser analisadas não só as proposições, mas também as relações entre falante e ouvinte e suas intenções comunicativas e atitudes proposicionais. Esse tratamento integrado dos componentes sintático, semântico e pragmático contribui para melhor descrever o conceito de modalidade como um parâmetro comunicativo.

Nesse contexto, Dall’Aglio-Hattner et al (2001) defendem que, tendo em vista o caráter de ‘instrumento de interação’ das modalidades, sua análise só se completa com uma abordagem que considere a língua em uso. Como afirma Dall’Aglio-Hattner (1995, p.51), “a consideração de que a sentença é organizada simultaneamente como mensagem e como evento de interação parece ser a chave para o equacionamento funcional das modalidades.”

2.2.1 A tipologia das modalidades

No funcionalismo holandês, as modalidades foram sempre tratadas a partir da hierarquização das camadas semânticas. Nos primeiros trabalhos sobre modalidade, Hengeveld (1988; 1989) organiza a modalidade de acordo com o grau de subjetividade que expressa. Distinguindo-as em modalidades objetivas e modalidades subjetivas, o autor, sob o aparato teórico-metodológico da Gramática Funcional (DIK, 1989), traz uma grande contribuição para o modelo de análise da oração em camadas, uma vez que a descrição que faz dessa categoria linguística permite compreender porque é possível que diferentes qualificações modais possam ser expressas em um mesmo enunciado.

Em 2004, Hengeveld propõe uma nova tipologia para as modalidades, orientação esta adotada pela GDF (2008). Nessa nova perspectiva, o autor estabelece dois parâmetros de classificação para as modalidades: o *alvo de avaliação de uma distinção modal*, que é a parte do enunciado que é modalizada, e o *domínio de avaliação de uma distinção modal*, que é a perspectiva a partir da qual a avaliação é feita.

Assim, segundo o parâmetro *alvo da avaliação*, três tipos podem ser identificados: “modalidade orientada para o participante”, que afeta a parte relacional do enunciado expresso por um predicado; “modalidade orientada para o evento”, que afeta a descrição de um evento; e “modalidade orientada para a proposição”, que afeta a parte do enunciado que representa a visão e a crença do falante. Segundo o parâmetro *domínio da avaliação*, cinco tipos podem ser identificados: modalidade facultativa, relacionada à capacidade; modalidade deôntica, relacionada ao que é permitido; modalidade volitiva, relacionada com o que é desejável; modalidade epistêmica, relacionada ao que é sabido no mundo real ou imaginário; e modalidade evidencial, que se relaciona com a fonte da informação contida em uma sentença. Nesse último parâmetro, os cinco tipos podem ou não afetar o falante, o evento e a proposição. A partir, então,

do cruzamento do domínio semântico e do alvo da avaliação, tem-se as combinações que passamos a descrever a seguir.

A *modalidade facultativa*, orientada para o participante (20), descreve a habilidade de um participante no evento designado pelo predicado, e a orientada para o evento (21) faz uma caracterização dos eventos em termos das condições físicas ou circunstanciais que possibilitam suas ocorrências.

(20) **O filhote** nasce com um metro de altura ao nível do ombro e assim que sai do útero, já pode ver e após algumas horas **já pode andar**.

(Texto Acadêmico; 19Ac:Br:Enc)

(21) **Vacina pode salvar 3 mil crianças da morte** a cada ano no Brasil.

(Internet)³⁰

Na ocorrência (20), é possível notar a relação entre o participante (o filhote) e o evento ('andar') e a potencial realização desse evento. Assim, nessa ocorrência, a modalidade facultativa orientada para o participante não expressa uma avaliação pessoal do falante, mas sim uma descrição da existência da capacidade de o falante realizar o evento designado pelo predicado 'andar'. Já em (21), a modalidade facultativa orientada para o evento está relacionada à "caracterização do estado de coisas em termos das condições físicas e circunstanciais que permitem sua ocorrência" (DALL'AGLIO-HATTNER; HENGEVELD, 2016, p.3),³¹ ocorrência essa que não está relacionada a capacidades intrínsecas do falante, mas sim às circunstâncias em que o evento ocorre. Assim, a capacidade de o evento descrito pelo predicado 'salvar' ocorrer está sujeita a condições físicas ou circunstanciais (submeter-se à vacinação). Uma possível paráfrase para esse uso modal é "A vacina é capaz de salvar crianças da morte".

³⁰ <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR80335-6009,00.html>

³¹ "(Event oriented facultative modality) characterizes a state-of-affairs in terms of the physical or circumstantial enabling conditions on its occurrence."

A *modalidade volitiva*, se orientada para o participante (22), descreve o desejo de um participante de se engajar no evento descrito pelo predicado; se orientada para o evento (23), caracteriza um evento como desejável ou indesejável, sem o envolvimento do sujeito enunciador nessa avaliação; e, por fim, se orientada para a proposição (24), tem o sujeito enunciador – e não o participante do evento descrito na oração – como a fonte da atitude volitiva expressa na proposição.

(22) O dia que pudé(r) **eu quero voltá(r) lá de novo...** nossa foi maravilhoso.
(AC-062; DE: 264)

(23) **É desejável que o pesquisador eventualmente publique uma síntese de suas pesquisas em revistas internacionais**, mas é claro que na maior parte das ciências humanas a publicação se dará em português, não só em artigos, mas também em livros.
(Artigo de Jornal; 19Ac:Br:Lac:Jrnl)

(24) **Eu desejo que você brilhe e seja luz.**
(Internet)³²

Em (22), podemos notar o desejo de o participante (1ª pessoa do singular) em se envolver no evento descrito: voltar novamente a determinado lugar. Em (23), o alvo da avaliação não é mais o sujeito e sim o evento em si. O que é desejável, portanto, é a ocorrência do estado de coisas: a publicação de uma síntese das pesquisas em revistas internacionais. Já na ocorrência (24), observamos o desejo do enunciador expresso na proposição, ou seja, é possível perceber que o sujeito enunciador deseja que seu interlocutor seja luz.

A *modalidade deôntica* orientada para o participante (25) descreve um sujeito que se encontra sob uma obrigação ou que tem uma permissão para se engajar no evento designado pelo predicado, e a orientada para o evento (26) descreve a existência de obrigações, permissões

³² <http://obviousmag.org/alcovamoderna>

e proibições gerais, sem que o sujeito enunciador assuma a responsabilidade por esses julgamentos.

- (25) Como secretário nacional dos direitos humanos, eu por princípio **não devo comentar decisões judiciais.**

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Pov)

- (26) O porco transmite a solitária - a tênia - e por isso **não se deve comer carne de porco crua** ou pelo menos deve ser bem cozida.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:LF:Recf)

Na ocorrência (25), o sujeito enunciador (1ª pessoa), visto seu papel na sociedade de secretário nacional de direitos humanos, sofre uma pressão legal e, portanto, é impedido de comentar decisões judiciais. Já em (26), o sujeito enunciador não é responsável pelos julgamentos. Assim, dentro de um sistema de convenções morais, legais e sociais, o estado de coisas ('comer carne de porco crua') representa regras gerais de conduta e é caracterizado em termos de não ser permitido.

A *modalidade epistêmica* orientada para o evento (27) caracteriza um evento como possível ou não, a partir do que é sabido sobre o mundo, e a orientada para a proposição (28) especifica o grau de comprometimento do sujeito enunciador com relação à proposição que ele apresenta.

- (27) **É possível que** muitos juízes estejam sob a influência política dos que são contra a privatização da Vale do Rio Doce?

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

- (28) eu acho que aí eu tenho que sê(r) realista muitas coisas pioraram mas muitas coisas... melhorô(u) tam(b)ém... ((barulho ao fundo)) **eu creio que** principalmente na área da saúde... a gente eu achava mais difícil antigamente a gente pagá(r) um convênio... hoje a gente tem um convênio.

(AC-124; RO: 228-231)

Notamos que, em (27), há uma avaliação objetiva quanto à possibilidade de ocorrência do evento ‘estar sob a influência política’; já em (28), essa avaliação recai sobre o valor de verdade da proposição apresentada. Desse modo, o falante (1ª pessoa) expressa sua opinião, em um processo de avaliação subjetiva, comprometendo-se com relação à verdade de que houve uma melhora na situação do país, no que se refere à área da saúde.

Por fim, na tipologia dos modais apresentada por Hengeveld (2004), a modalidade evidencial (29) foi descrita como aquela relacionada à fonte da informação contida no enunciado e ao modo como o enunciador obteve essa informação. Tal uso ocorre somente orientado para a proposição.

(29) **EU acho** que o Edinho num tá fazen(d)o... NA-da... nada nada nada... ele só qué(r) í(r) lá pa Brasília bem...

(AC-062; RO: 401)

Na ocorrência (29), verificamos que o falante infere a informação contida no enunciado por ele descrito. Quando afirma que o prefeito Edinho não está fazendo nada e só quer ir para Brasília, o falante tem por base cálculos mentais que o fazem chegar a essa conclusão. A informação que veicula é, então, resultado dessa inferência e não adquirida por meios diretos ou por relato de terceiros.

O quadro 1, a seguir, resume o resultado da combinação dos parâmetros cruzados.

Alvo Domínio	Participante	Evento	Proposição
Facultativa	+	+	-
Deôntica	+	+	-
Volitiva	+	+	+
Epistêmica	-	+	+
Evidencial	-	-	+

Quadro 1. Classificação cruzada dos tipos de modalidade (HENGEVELD, 2004, p.1193)

No entanto, essa não é a versão mais atual dos estudos discursivo-funcionais no que se refere à modalidade, uma vez que, em 2004, considerava-se a evidencialidade como um subtipo modal, posicionamento reformulado por Hengeveld (2011), ao separar as duas categorias, e reforçado por Hengeveld e Hattnher (2015), ao descrever os quatro subtipos evidenciais existentes, dentre outras publicações posteriores (DALL’AGLIO-HATTNHER; HENGEVELD, 2016, por exemplo). Tal reformulação deve-se à defesa de que a evidencialidade é uma categoria superior à modalidade, uma vez que uma qualificação evidencial pode ter por escopo uma qualificação epistêmica, além de que, sem evidência, nenhuma avaliação sobre um estado de coisas ou sobre uma proposição pode ser feita (NUYTS, 2001; DALL’AGLIO-HATTNHER, 2007).

Além dessa ressalva quanto à evidencialidade, há também uma discussão no que se refere à pertinência da modalidade volitiva orientada para a proposição. Embora essa classificação seja mencionada em Hengeveld (2004), Hengeveld e Mackenzie (2008) não abordam a modalidade volitiva orientada para a proposição, o que reforça o questionamento sobre possibilidade de a volição ter a proposição como alvo da avaliação. De maneira diferente de Hengeveld e Mackenzie (2008), Olbertz (no prelo) defende a existência de uma modalidade volitiva orientada para o conteúdo proposicional. Segundo a autora, esse tipo de modalidade tem como marca principal a aplicação a eventos imaginários, o que reflete na estrutura morfossintática da língua, uma vez que esse tipo de ocorrência é expressa no futuro do pretérito (como podemos notar no exemplo fornecido por Olbertz (no prelo): ‘Todos os editores são filhos do diabo. Para eles **deveria haver um inferno especial**’).³³ A discussão a respeito da pertinência de uma modalidade volitiva orientada para a proposição é extensa, entretanto, como a volição não é um valor que se aplica ao verbo *saber*, não nos aprofundaremos nessa questão,

³³ “Todos los editores son hijos del diablo. Para ellos debería haber un infierno especial”

limitando-nos a seguir a classificação inicial de Hengeveld (2004), posteriormente modificada por Hengeveld (2011) e Hengeveld e Hattnher (2015).

O estudo das modalidades em um modelo de análise da oração em camadas permite um olhar mais cuidadoso para a questão. Assim, distinções modais subjetivas, que indicam o comprometimento do falante com o valor de verdade (verdadeiro, duvidoso ou hipotético) de um conteúdo proposicional, e distinções modais objetivas, que indicam a avaliação do falante quanto à possibilidade de ocorrência de um episódio em relação ao que é conhecido no mundo (HENGEVELD, 2011; DALL'AGLIO-HATTNHER; HENGEVELD, 2016), podem co-ocorrer, uma vez que atuam em camadas diferentes da estrutura oracional.

Ao analisar as diferenças entre modalidades subjetivas e objetivas, Verstraete (2001), por meio de uma abordagem por ele denominada de semiótica, considera que uma proposta capaz de identificar itens subjetivos e objetivos no campo modal deve levar em conta não apenas aspectos semânticos, mas também os gramaticais. Nesse sentido, propõe um modelo em que a distinção modal é feita com base em um princípio funcional básico: a performatividade. Com a ressalva de que a performatividade envolvida na modalidade se diferencia da performatividade tradicional envolvida na força ilusionária de um enunciado, o autor afirma que, quando relacionada à modalidade, os atos, ao invés de estabelecerem relações sociais entre falante e seu interlocutor no contexto discursivo, expressam uma posição de comprometimento particular com relação ao conteúdo proposicional do enunciado (VERSTRAETE, 2001, p.1517), denominando-a, assim, de performatividade modal.

Ao fazer uso de um modal epistêmico subjetivo, o falante faz surgir um comprometimento com a verdade de seu enunciado, assim como um verbo performativo, como *prometer*, utilizado na primeira pessoa do singular no presente, faz surgir uma promessa. Para o autor, a modalidade subjetiva performatiza uma avaliação realizada pelo falante, trazendo

consequências para o contexto sintático em que os itens modais são incluídos. Para elucidar sua afirmação, Verstraete (2001, p.1518) apresenta a seguinte ocorrência:

- (30) Você parece estar tentando se destruir de alguma forma, mas não **deve** me incluir em seu plano de ação.³⁴

Segundo Verstraete (2001), ao empregar o modal subjetivo deôntico *deve* (*must*), o falante apresenta uma posição particular de compromisso em relação ao conteúdo proposicional, demonstrando o quanto considera indesejável o curso dessa ação.

Em ressalva aos posicionamentos de Lyons (1977) e de Hengeveld (1988), de que os modalizadores subjetivos, por marcarem um comprometimento com a verdade da proposição, não podem ocorrer sob o escopo da categoria de tempo, da negação e da interrogação, Verstraete (2001), apoiado no argumento do caráter performativo da modalidade, afirma que é possível que tanto a modalidade objetiva quanto a modalidade subjetiva ocorram em orações interrogativas, entretanto, conforme defende, há, nesses contextos, um efeito diferente, dependendo se o modal é subjetivo ou objetivo. Em contextos interrogativos, enquanto os modais subjetivos são direcionados para o interlocutor, estabelecendo uma interação funcional, os modais objetivos permanecem inalterados. A esse comportamento³⁵, Verstraete dá o nome de efeito ecoico, uma vez que, nesse contexto interrogativo com os modais subjetivos, o falante parece repetir o conteúdo expresso pelo seu interlocutor. Esse efeito diferente ocorre porque não faz sentido que o falante duvide de uma avaliação da qual se comprometeu com a verdade.

³⁴ “You seem to be seeking to destroy yourself in some way, but you **must** not include me in your plan of action”.

³⁵ Para verificar o aproveitamento dessa questão para a distinção entre modalidade subjetiva e objetiva na expressão da subjetividade, ver NAGAMURA (2016), que entende a modalidade objetiva apenas como manifestação da subjetividade inerente (rótulo criado pelo autor para se referir à subjetividade resultante do caráter dialógico da linguagem: “pressupõe que todos os usos da linguagem sejam subjetivos, podendo assim abarcar um número sem fim de formas de expressão” (p. 46)) e a modalidade subjetiva como manifestação da subjetividade inerente e também da subjetividade gramatical (“referente à codificação sistemática dessa presença inevitável do sujeito na linguagem” (p.46)).

Os exemplos a seguir (traduzidos de VERSTRAETE, 2001, p. 1521), referentes à modalidade deôntica subjetiva (31) e objetiva (33), e respectivas construções interrogativas (32) e (34), esclarecem esse efeito ecoico:

(31) O que queremos é que o honorável cavalheiro use todo o peso do seu gabinete. (...) Há uma crise e o ministro **deve** agir agora.³⁶

(32) O ministro **deve** agir agora?³⁷

(33) Sapatas de freio **devem** sempre ser renovadas em grupos de quatro.³⁸

(34) Sapatas de freio **devem** sempre ser renovadas em grupos de quatro?³⁹

Na ocorrência (31), o falante está comprometido com uma necessidade deôntica, diferentemente do que ocorre em (32), em que, por influência do contexto interrogativo, o falante transfere para seu interlocutor a responsabilidade por essa avaliação deôntica, questionando-o sobre seu comprometimento com ela: “Você deseja que o ministro aja agora?”. Já a necessidade deôntica expressa pelo modal objetivo *must* em (33) não sofre mudança em contexto interrogativo. O questionamento presente em (34), segundo Verstraete (2001), não pode ser interpretado como uma pergunta sobre o comprometimento do interlocutor com uma necessidade deôntica, como a paráfrase “Você quer que as sapatas de freio sejam renovadas em grupos de quatro?”, mas sim como uma pergunta sobre seu comprometimento epistêmico a respeito do valor de verdade da proposição sobre a existência dessa necessidade, como podemos notar na paráfrase “Você acha que é verdade que sapatas de freio devem ser renovadas em grupos de quatro?”.

³⁶ “What we want is for the right honourable gentleman to use the full weight of his office. (...) There is a crisis and the minister **must** act now.”

³⁷ “**Must** the minister act now?”

³⁸ “Brake shoes **must** always be renewed in sets of four.”

³⁹ “**Must** brake shoes always be renewed in sets of four?”

Além dessas particularidades, segundo Verstraete (2001), os usos de auxiliares modais subjetivos, dada sua natureza performativa, restringem-se ao tempo presente da enunciação. O autor defende que

os modais subjetivos têm uma função muito diferente: realizam performativamente uma posição de compromisso epistêmico ou deontico em relação ao conteúdo proposicional da oração, e isso sempre acontece no aqui e agora do momento da fala. Um falante não pode trazer à existência qualquer posição de compromisso no passado, assim como ele não pode realizar qualquer ato de fala no passado: a modalidade subjetiva pertence ao componente performativo da oração e, portanto, não está sujeita a distinções de tempo (VERSTRAETE, 2001, p. 1524).⁴⁰

Da mesma forma, os testes realizados por Hengeveld (1989), empregados para mostrar as diferenças entre os tipos modais no que se refere à relação de escopo de cada uma dessas modalidades, demonstram que a modalidade subjetiva, por estar localizada fora da proposição, não pode ser negada ou questionada, conforme já mencionado anteriormente. Além disso, enunciados modalizados subjetivamente encontram-se fora do escopo do tempo, conforme defende também Verstraete. A esse respeito, Dall’Aglio-Hattner (1996, p. 162), remetendo a Hengeveld (1988), afirma que “embora [esses enunciados] possam receber uma forma verbal do passado, essa forma não faz uma referência temporal, ela apenas expressa um grau menor de comprometimento por parte do falante”. Para a análise de *saber*, enquanto verbo de expressão epistêmica subjetiva, defendemos que a restrição temporal ocorre de forma diferente, como poderá ser notado no capítulo 4.

⁴⁰ “Subjective modals have a very different function: they performatively realize a position of epistemic or deontic commitment with respect to the propositional content of the clause, and this always happens in the here-and-now of the speech situation. A speaker cannot bring into existence any position of commitment in the past, just like he cannot perform any speech act in the past: subjective modality belongs to the performative component of the clause and is therefore not subject to distinctions of tense”.

Assim, a distinção entre modal objetivo e subjetivo e suas diferentes relações de escopo reforçam o fato de que a teoria de níveis e camadas da GDF permite uma análise mais abrangente no que concerne ao estudo das modalidades.

Em síntese, a tipologia das modalidades utilizada nesta pesquisa ancora-se na classificação de Hengeveld e Mackenzie (2008),⁴¹ incluindo as modificações propostas em Hengeveld (2011) e Hengeveld e Hattnher (2015). O quadro abaixo resume o atual cenário dos vários significados modais reconhecidos pela GDF.⁴²

Conteúdo proposicional (p)	Episódio (ep)	Estado de Coisas (e)	Conceito situacional (f)
- Epistêmica Subjetiva	- Epistêmica Objetiva	- Deôntica orientada para o evento - Facultativa orientada para o evento - Volitiva orientada para o evento	- Deôntica orientada para o participante - Facultativa orientada para o participante - Volitiva orientada para o participante

Quadro 2. Modalidade na GDF (adaptado de Dall’Aglio-Hattnher e Hengeveld, 2016, p. 4)

Como podemos notar no quadro 2, a modalidade é uma categoria semântica que atua no Nível Representacional da GDF. Dentro desse nível, os subtipos modais são expressos em quatro diferentes camadas. Na camada do conteúdo proposicional (p), está localizada a modalidade epistêmica subjetiva, uma vez que está relacionada com o grau e o tipo de comprometimento do falante no que se refere ao valor de verdade do conteúdo proposicional. Na camada do episódio (ep), situa-se a modalidade epistêmica objetiva, visto que esse tipo modal caracteriza os episódios em termos de (im)possibilidade de ocorrência, levando em consideração o que se sabe sobre o mundo (DALL’AGLIO-HATTNHER; HENGEVELD,

⁴¹ Baseada, por sua vez, em Hengeveld (2004), conforme já mencionado.

⁴² Este quadro foi adaptado de Dall’Aglio-Hattnher e Hengeveld (2016), cujo trabalho não abordou a modalidade volitiva. Adicionamos, portanto, essa classificação ao quadro, conforme apresentado em Hengeveld e Mackenzie (2008).

2016). Na camada do estado de coisas (e), localizam-se as modalidades deôntica, facultativa e volitiva orientadas para o evento. Tal alocação deve-se ao fato de que, nessa camada, as modalidades descrevem a existência de possibilidades, obrigações e desejos generalizados, sem que o falante se responsabilize por esses julgamentos. Por fim, na camada do conceito situacional (f), localizam-se as modalidades deôntica, facultativa e volitiva orientadas para o participante. Tais subtipos modais são situados nessa camada, pois demonstram, cada qual em seu domínio, a relação entre o participante em um determinado evento e a possível realização desse evento.

Assim como a modalidade, a categoria da evidencialidade, bastante relevante para a defesa da multifuncionalidade do verbo *saber*, também é descrita em termos de níveis e camadas. A próxima seção, então, é dedicada à sua discussão.

2.3 A categoria da evidencialidade

A evidencialidade é um fenômeno linguístico em que a fonte da informação contida em um enunciado é explicitada, seja de forma lexical ou de forma gramatical. Sua classificação básica está relacionada à distinção entre *evidencialidade direta*, responsável por demonstrar que o falante testemunhou diretamente o evento, e *evidencialidade indireta*, responsável por demonstrar que o falante transmite determinada informação com base em outras fontes.

Relativamente recente, o estudo dessa categoria só passou a ser feito quando as línguas consideradas “exóticas”, ou seja, línguas diferentes das indo-europeias clássicas, começaram a ser descritas, o que fez com que se percebesse a limitação da perspectiva que se tinha das categorias linguísticas até então conhecidas. De acordo com Aikhenvald (2004, p.11), até o final do século XIX, somente as categorias linguísticas encontradas nas línguas indo-europeias

clássicas eram investigadas mais profundamente. A autora ainda afirma que o primeiro estudioso a formular a noção de uma categoria evidencial obrigatória talvez tenha sido Franz Boas, em 1911, que, no decorrer de alguns de seus trabalhos, mostrou a capacidade de uma língua em codificar, por meios linguísticos, relações que expressam a fonte do conhecimento subjetivo do falante. A partir de seus trabalhos, então, o estudo dos evidenciais (ainda não com esse rótulo) surgiu em muitas gramáticas das línguas indígenas norte-americanas, ligado, principalmente, à categoria modal.

Foi Jakobson, em 1957, que cunhou o termo “evidencial”, sendo também o primeiro a estabelecer uma distinção nítida entre modo (modalidade) e evidencialidade como categorias independentes. O termo, entretanto, passou a ser mais usual na Linguística com a publicação de *Evidentiality: the Linguistic Code of Epistemology* (CHAFE; NICHOLS, 1986), obra que traz uma coletânea dos trabalhos apresentados em uma conferência em Berkeley (EUA), em 1981.

Uma das principais características da evidencialidade é a dêixis, conforme defende De Haan (2005, p.379), ao afirmar que essa categoria “cumpr[e] a mesma função para marcar relações entre os falantes e as ações e os eventos que os demonstrativos fazem para marcar relações entre falantes e objetos”.⁴³ Essa relação dêitica demonstra que é possível, em alguns casos, que a evidencialidade seja uma estratégia para o falante se afastar ou se aproximar da informação veiculada, colocando-se ou não como fonte dessa informação, o que pode resultar em uma relação com a confiabilidade da informação. Entretanto, segundo De Haan (2005), mesmo esse pensamento sendo aplicável a alguns casos, essa não é a razão pela qual os evidenciais são empregados.

⁴³ “Evidentiality thus fulfills the same function for marking relationships between speakers and actions/events that, say, demonstratives do for marking relationships between speakers and objects.”

Para o autor, a evidencialidade direta, por exemplo, é empregada quando o falante deseja mostrar que o evento ocorre dentro de sua esfera dêítica, enquanto a evidencialidade indireta é utilizada para referir eventos que ocorrem fora da esfera dêítica do falante, ou seja, os evidenciais são utilizados para marcar a distância relativa entre o falante e o evento.

Tanto a noção dêítica quanto a noção evidencial referem-se, em sua dimensão pragmática, ao acesso, seja ele perceptual, cognitivo ou social, dos falantes aos objetos e eventos que descrevem. Isso pode ser notado no uso evidencial da língua sanumá (BORGMAN, 1990), em que, no tempo presente, há implicação de uma noção espacial entre o evento e o falante no momento da ocorrência de determinado evento (Da MILANO, 2012). Nessa língua, ao combinar o tempo presente com a marca de evidencialidade, o falante veicula determinada informação com base em evidências ainda presentes no momento da fala. O falante tem acesso a essas evidências, disponíveis no espaço e no momento em que enuncia, portanto, nessa relação entre tempo e evidencialidade, o presente não localiza temporalmente o momento do evento, mas sim o momento em que se adquiriu a informação.

A esse respeito, Aikhenvald (2004, p.271) observa que, além de se originarem de verbos gramaticalizados, os evidenciais podem também ter origem na dêixis e nos marcadores locativos. Como exemplo, cita a língua hupa (GOLLA, 1996 apud AIKHENVALD, 2004), em que a categoria evidencial é polissêmica, indicando também os dêíticos espaciais, ou seja, o evidencial visual, nessa língua, é empregado também com o significado de ‘lá, nesse ponto de vista’;⁴⁴ e a língua hakha lai, em que algumas partículas evidenciais remontam à dêixis e aos pronomes demonstrativos.

No que se refere a essa inter-relação da noção de dêixis com a evidencialidade e seus reflexos na estrutura da língua, Vendrame (2010, p. 50), que descreveu o comportamento dos

⁴⁴ “There, at that point in view”.

verbos de percepção na expressão da evidencialidade sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional, esclarece que,

levando em conta a noção de dêixis imbricada na noção de evidencialidade, pode-se dizer que, quando um falante utiliza um evidencial, ele adota um ponto de vista particular com relação à fonte da informação que veicula. Como o próprio falante sempre está envolvido, de alguma forma, com a percepção ou recepção das informações, ele é o centro dêitico de grande parte das orações que expressam evidencialidade.⁴⁵ Consequentemente, o falante e seu correlato gramatical de pessoa ocupam posição especial nos paradigmas evidenciais.

Dentre os reflexos da dêixis no paradigma evidencial está a restrição morfosintática quanto à pessoa do verbo. Uma vez que o sentido dêitico, fundamental a um verbo evidencial, necessariamente incide sobre o falante ao explicitar a forma como obteve determinada informação, o uso da primeira pessoa é requerido. Assim, em seu estudo, Vendrame (2010) aponta que os verbos empregados fora da primeira pessoa, conjugados em tempo verbal diferente de presente ou passado e negados não servem à expressão da evidencialidade. As mesmas restrições morfosintáticas se verificam neste trabalho.

Desse modo, conforme defende De Haan (2005), é possível estabelecer uma conexão entre elementos dêiticos espaciais, como os demonstrativos, que indicam a distância entre o falante e um objeto; elementos dêiticos temporais, como o tempo gramatical, que indicam a distância entre o falante e a ocorrência de um evento; e elementos evidenciais, que indicam a distância entre o falante e sua proposição.

Observada a relevância das noções de pessoa e tempo na realização da qualificação evidencial, passamos à discussão e exemplificação dos diferentes tipos de evidencialidade.

⁴⁵ Exceção feita aos reportativos com verbos de dizer.

2.3.1 A tipologia dos evidenciais

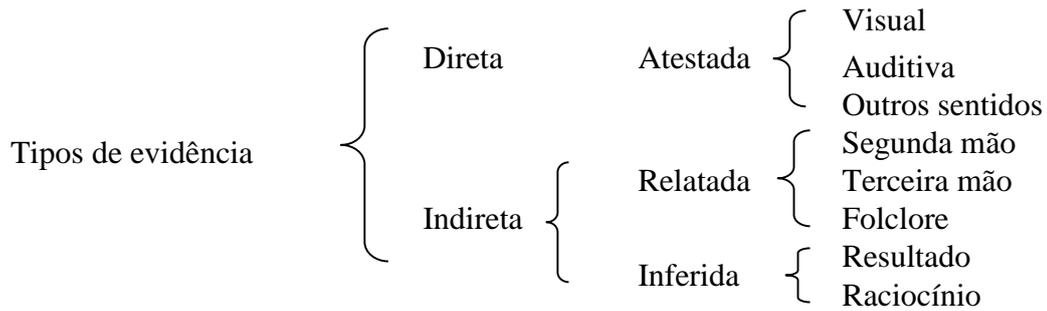
A tipologia dos evidenciais é estabelecida a partir da consideração de duas instâncias envolvidas na expressão da evidencialidade: a fonte da informação e os diversos modos pelos quais o falante obtém acesso às evidências que apresenta. A depender dessas instâncias, essa classificação difere de autor para autor: Willett (1988), que considera a fonte da informação como critério para estabelecer uma tipologia dos evidenciais, divide a evidencialidade em *evidencialidade direta e indireta*; já Aikhenvald (2004), que considera o modo de aquisição da informação, apresenta uma tipologia bastante detalhada, como, por exemplo, os subtipos evidenciais da língua tariana (AIKHENVALD, 2004).⁴⁶

A classificação de Willett (1988) é referência para o estabelecimento dos tipos evidenciais. Em um dos estudos tipológicos pioneiros sobre a evidencialidade, o autor apresenta, além da divisão binária mencionada acima, uma subdivisão para esses evidenciais.

Assim, na evidência direta, o falante afirma que obteve a informação por meio de fonte de natureza primária, ou seja, testemunhou determinada situação e se coloca como fonte da informação. Nesse caso, a informação pode ter sido adquirida por meio da visão, audição ou outro contato sensorial com o acontecimento a que se faz referência. Na evidência indireta, o falante afirma que tomou ciência da informação por meio de terceiros (evidência relatada) ou que a inferiu (evidência inferida). A informação recebida de terceiros (relatada), segundo Willett (1988), pode ser dividida em (a) segunda mão, em que o falante transmite uma informação relatada por alguém que foi testemunha direta; (b) terceira mão, em que o falante transmite uma informação relatada por alguém que não foi testemunha direta (boato); e (c)

⁴⁶ A língua tariana apresenta as seguintes divisões: *visual*, empregado quando a informação é obtida por meio da visão; *não-visual*, empregado quando há a percepção por meio dos sentidos complementares à visão; *inferido genérico*, empregado quando a ocorrência de um evento não testemunhado pode ser inferida a partir de conhecimento geral; *inferido específico*, empregado quando há “provas” visíveis para determinado evento; e *reportado*.

folclore, em que o falante transmite uma informação que é parte de uma história oral consagrada. Em relação à evidência inferida, a inferência pode ocorrer por meio dos resultados de determinada situação, ou seja, evidências observáveis, ou por meio de raciocínio lógico. O esquema abaixo ilustra a tipologia dos evidenciais proposta pelo autor:



Quadro 3. Tipologia dos evidenciais segundo Willett (1988, p.57)

Inspirados na classificação de Willett (1988), Hengeveld e Mackenzie (2008) propõem a tipologia dos evidenciais que, consideradas as modificações de Hengeveld (2011) e Hengeveld e Hattnher (2015), será utilizada no estudo aqui desenvolvido. Nessa releitura, de caráter translinguístico, alguns subtipos apresentados por Willett (1988) recebem apenas outra nomenclatura, entretanto, outros são reanalisados e realocados quanto à organização disposta no quadro acima. A proposta da GDF identifica três subtipos evidenciais (reportativo; inferencial; percepção de evento),⁴⁷ aos quais, posteriormente, é adicionado o subtipo dedutivo (HENGEVELD; HATTNHER, 2015), conforme se nota no quadro abaixo:

NI:	C		
NR:	p	ep	e
	Reportatividade	Inferência	Dedução
			Percepção de Evento

Quadro 4. Tipologia dos evidenciais segundo Hengeveld e Hattnher (2015)

⁴⁷ A percepção de evento é equivalente a um experiencial, como o próprio nome sugere.

Nessa tipologia, a *evidencialidade reportativa* (35), situada na camada do Conteúdo Comunicado, é empregada quando o falante está reportando uma informação de segunda mão (ou terceira). Esse tipo evidencial corresponde à evidência indireta relatada apresentada por Willett (1988).

(35) Se eu entendi, o sr. **disse** que a alternativa para quem não quer Fernando Henrique nem Lula, é **Ciro Gomes**.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Com)

Na ocorrência acima, o falante está relatando uma informação ('a alternativa para quem não quer Fernando Henrique nem Lula, é **Ciro Gomes**') que lhe foi passada por outra pessoa, no caso, pelo seu interlocutor. Nesse subtipo evidencial, o falante não se coloca como a fonte da informação, apenas como um intermediário entre as duas.

A *evidencialidade inferencial* (36), situada na camada do conteúdo proposicional, é empregada quando o falante baseia sua afirmação em evidência fundamentada tanto em sua própria experiência prévia, quanto em seus conhecimentos culturais, históricos ou físicos do mundo, podendo ser equiparada à evidência indireta inferida de raciocínio de Willett (1988), pois está relacionada a cálculos mentais motivados pelo raciocínio lógico.

Na ocorrência a seguir, com base em seus conhecimentos de mundo sobre o comportamento e a postura dos jovens na nossa sociedade, o falante afirma que, nos dias atuais, os jovens, que antes não se interessavam tanto pelo casamento e por formar uma família, têm voltado a debater suas concepções sobre o tema. Tal informação tem como fonte um cálculo mental (e não uma percepção física), uma inferência, do falante. Conhecendo os jovens e, assim, baseando-se em um conhecimento cultural de que eles normalmente não se importam com casamento e família nessa idade, o falante infere que o cenário, que, em sua opinião, já foi mais produtivo em um passado, parece mudar novamente.

- (36) Eu **vejo**... que os jovens se deba::tem um po(u)co aliás se debatiam até mais... Mas hoje em dia... eu sinto... uma... uma::... como se isso tivesse voltado a sê(r) uma tendência... [entende] então... uma disposição a mais... uma abertura a mais... pra um relacionamento assim mais sólido... e pra se constituí(r) uma família.
(AC-150, L. 406-408)

A *evidencialidade dedutiva* (37), localizada na camada do episódio, é baseada na observação de resultados, ou seja, esse subtipo evidencial é empregado quando o falante apresenta sua conclusão sobre um evento ou estado baseado em algum indicador ou resultado observado, o que equivaleria à evidência indireta inferida de resultado de Willett (1988), uma vez que o cálculo mental ocorre após a observação dos resultados de determinada situação, ou seja, após a observação de evidências.

- (37) Inf.1.: ah depois que abriu essa igreja aí (inint) ((arrastou uma cadeira)) eu também fui lá olhá(r) mas eu desliguei eu já esqueci o arro::z
 Inf.2: não (isso aí) eu **vi** que cê desligô(u)
 Inf.1: é né? eu/ mas eu fui lá olha de novo
(AI-002, L. 2-6)

Na ocorrência acima, o informante 2 não viu diretamente o informante 1 desligar o fogão. Na verdade, ele provavelmente viu o fogo apagado e deduziu que o informante 1 o apagou. A dedução só ocorre se alguma evidência puder ser observada pelo falante. O complemento finito da ocorrência (37), ‘desligou’, marca o resultado do processo de desligar o fogo, impossibilitando uma leitura de percepção direta. Caso o complemento estivesse na forma não-finita (‘vi você desligar o fogo’), focalizando, assim, o processo, apenas a leitura de evidencialidade direta, experiencial, seria possível. Ao observar essa evidência (fogo apagado), o informante 2 realiza um cálculo mental dedutivo, que se diferencia do cálculo mental envolvido na inferência. Uma vez que o modo como determinado conhecimento é originado na dedução passa necessariamente pela observação de alguma evidência disponível ao falante no momento em que realiza seu cálculo mental, a dedução, por estar ligada a eventos observáveis,

relaciona-se a estado de coisas, já a inferência, por estar ligada a conhecimentos e crenças, relaciona-se a proposições.

Por fim, a *evidencialidade de percepção de evento* (38), situada na camada do estado de coisas, é empregada quando falante obteve acesso direto à informação por meio de algum sentido (visão, audição, paladar, olfato etc), podendo ser equiparada à evidência direta atestada de Willett (1988).

- (38) Inf.: ah e aí:: eu fui no Pales::tra... encontrei e::la... a gente [conversô::(u)]
 Doc.: [o(u)tro dia] cê foi no Palestra?
 Inf.: é... no dia do desfile... ela desfilô::(u) **vi** ela desfilá::(r)... tava lin::da... aí depois do desfile a gente conversô(u)... aí eu dei um/ umas indiretas nela... NÃO indireta foi... BEM direta... porque senão num ia conseguí(r) falá(r)
 (AC-021, L.62-66)

Na ocorrência acima, o complemento não-finito ‘desfilar’ contribui para a interpretação da evidencialidade de percepção de evento, pois marca a simultaneidade das ações. O informante se coloca como fonte do que está veiculando, afirmando que obteve determinada informação por vias diretas, nesse caso, pela visão, ou seja, o falante presencia o estado de coisas de alguém desfilar. Assim, nesse subtipo evidencial, como o falante afirma ter observado um estado de coisas acontecer, o estado de coisas da percepção (‘ver’) e o estado de coisas percebido (‘desfilar’) devem ser simultâneos.

No que se refere à organização dos níveis e camadas propostos pela GDF, a evidencialidade reportativa está situada no Nível Interpessoal, que trata das motivações pragmáticas da formulação linguística; já as modalidades inferencial, percepção do evento e dedução estão situadas no Nível Representacional, que trata das motivações semânticas da formulação linguística. A evidencialidade reportativa localiza-se no Nível Interpessoal, diferentemente dos outros subtipos, pois, de acordo com Hengeveld e Hattnher (2015, p.484), “o conteúdo da mensagem contido no ato discursivo é caracterizado como transmitido ao invés

de originalmente produzido. O largo escopo do operador de reportatividade é refletido no fato de o relato que ele introduz poder conter todo o conteúdo originalmente produzido pelo falante”.⁴⁸

Os resultados obtidos por Hengeveld e Hattner (2015) confirmam a hierarquia implicacional pressuposta pelo modelo da GDF, mas já prevista no modelo da Gramática Funcional (DIK, 1989). Tendo em vista a relação hierárquica entre as camadas de representação da estrutura do enunciado, Hengeveld (1989, p.142) hipotetiza que a evolução diacrônica no campo das expressões de tempo, modo e aspecto vai do escopo mais estreito para o mais largo, e não o inverso. Adaptando a hierarquia prevista por Hengeveld para o modelo atual da GDF, o caminho relevante para as categorias qualificacionais identificadas no modelo - tempo, modo, aspecto, evidencialidade e negação - pode ser descrito da seguinte forma:

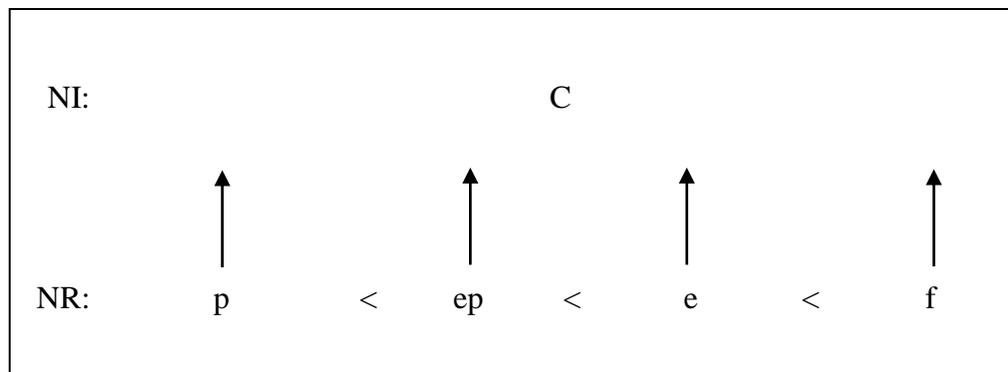


Figura 2. Evolução diacrônica das categorias qualificacionais identificadas na GDF (Adaptado de Hengeveld, 1989 para o modelo da GF)

Na figura acima, podemos observar a direção da evolução diacrônica das categorias qualificacionais da língua. Assim, entende-se que a expressão de uma dada categoria deve respeitar a hierarquia dentro de cada nível. Isso significa que, por exemplo, no Nível Representacional, da camada f (propriedade configuracional) não se pode dar um salto para a

⁴⁸ “The message content contained in a discourse act is characterized as transmitted rather than originally produced. The high scope of the reportativity operator is reflected in the fact that the report it introduces may contain all kinds of material related to the original rather than the current speaker.”

camada ep (episódio) sem antes passar pela camada e (estado de coisas), entretanto é previsto um salto para o nível acima, o Nível Interpessoal. Desse modo, um item pode ser expresso apenas na camada da propriedade configuracional, no Nível Representacional, e na camada do Conteúdo Comunicado, no Nível Interpessoal, sem necessariamente passar por todas as camadas do NR.

No que diz respeito especificamente à evidencialidade, Hengeveld e Hattner (2015) mostraram que essa hierarquia se manifesta em línguas com sistema evidencial múltiplo, da seguinte forma:

(39) inferência > dedução > percepção de evento

Segundo os autores, “se uma língua tem operadores de Inferência, ela terá também operadores de Dedução e de Percepção de evento. Por outro lado, nossa predição é a de que a reportatividade pode coexistir com qualquer combinação, uma vez que ela pertence a um nível diferente” (HENGEVELD; HATTNER, 2015).

Por se tratar de um modelo que busca adequação tipológica, essa teoria é capaz de abranger todos os subtipos evidenciais expressos translinguisticamente. Para a GDF, tanto as formas lexicais quanto as formas gramaticais podem ser acomodadas dentro do modelo. Assim, os modificadores, que são os marcadores lexicais, e os operadores, que são os marcadores gramaticais, servem à expressão da evidencialidade; e, a depender da função que exercem no sistema linguístico, são alocados em diferentes níveis e camadas de acordo com suas características semântico-pragmáticas e morfossintáticas.

É possível notar a adequação tipológica da teoria ao se debruçar sobre dados de outras línguas. Em trabalho anterior (KAPP, 2013), descrevemos as relações entre tempo e evidencialidade em vinte e três línguas indígenas do Brasil. Os resultados confirmaram a hierarquia para os evidenciais proposta por Hengeveld e Hattner (2015), já hipotetizada em

Hengeveld (1989) e anunciada em Hattner (2013), na medida em que, em todas as línguas, a expressão dos evidenciais pertencem a subtipos contíguos na ordem hierárquica proposta: inferência > dedução > percepção de evento, todos eles podendo ocorrer com o subtipo reportativo.

Como dissemos, essa contiguidade na ordem hierárquica proposta não se aplica apenas aos evidenciais, mas sim a todas as categorias qualificacionais abordadas segundo a GDF. Em relação aos verbos modais na língua portuguesa, Dall’Aglio-Hattner e Hengeveld (2016) também comprovaram que, como resultado de um caminho de mudança diacrônico hipotético, os vários significados de um verbo modal devem ocupar camadas contíguas no Nível Representacional.

Aplicando-se a predição descrita em (39) ao verbo *saber*, temos que, se esse verbo modal e evidencial tem múltiplos significados, esses significados deverão conjuntamente estar alojados em camadas semânticas contíguas na distribuição dos subtipos.

Voltando aos estudos translinguísticos sobre evidencialidade e tempo realizados anteriormente (HATTNER, 2013; KAPP, 2013; HENGEVELD; HATTNER, 2015), observamos que os resultados obtidos também reforçam os ganhos que o modelo teórico da GDF traz para o estabelecimento da distinção entre um uso inferencial e um uso dedutivo. A expressão gramatical da evidencialidade, nas línguas nativas do Brasil analisadas, favorece o reconhecimento de contextos diferentes quando se quer veicular uma informação que foi adquirida por meio de cálculo mental baseado em experiência prévia (como é o caso da inferência) e quando se quer veicular uma informação que foi adquirida por meio de cálculo mental baseado em evidências resultantes perceptíveis no momento em que se realiza esse cálculo mental (como é o caso da dedução). Como exemplo dessa distinção, podemos citar o sistema evidencial da língua tariana (AIKHENVALD, 2003b), brevemente exposto no início

dessa seção. Nessa língua, em que os falantes fazem uso dos quatro subtipos evidenciais, há morfemas específicos para expressar a dedução (40) e para expressar a inferência (41).

TARIANA (AIKHENVALD, 2003b, p.288)

- (40) Tj̄inu niwhã-**nihka** di-na.
 cachorro 3.SG.NF.morder-**RECPST.DED** 3.SG.NF-OBJ
 ‘O cachorro o mordeu (eu posso ver sinais óbvios).’

TARIANA (AIKHENVALD, 2004, p.307)

- (41) di-kama-**sika** diha mēdite-pu
 3.SG.NF-ficar.bêbado- **RECPST.INFER** ele inútil+NCL:ANIM-AUG
 ‘Ele ficou bêbado, o inútil’ (inferido com base em conhecimento geral)

O morfema *nihka*, da ocorrência (40), é empregado quando o falante adquire a informação, ou melhor, quando deduz determinada informação, ao ter contato com algum evento resultante, alguma evidência disponível a ele no momento da percepção. Ao afirmar que o cachorro mordeu determinada pessoa, o falante indica gramaticalmente que não viu o momento em que isso aconteceu, viu apenas alguma marca/evidência que o fez deduzir que o cachorro tinha mordido alguém. Já quando usa o morfema *sika*, o falante não vê nem a pessoa estar bêbada, nem evidências palpáveis, físicas, de que ela esteja bêbada. A inferência ocorre pelo fato de o falante conhecer determinada pessoa, a ponto de qualificá-lo como inútil, e saber que, em determinado momento do dia, ela costuma beber. De posse desses conhecimentos comportamentais, o falante veicula uma informação que foi adquirida por inferência.

Do exposto, vale ressaltar que, em enunciados com valor evidencial, é necessário identificar diferentes instâncias de significação, ou seja, além da proposição que contém a informação que o falante quer transmitir, a fonte dessa informação transmitida e/ou o modo como a informação foi adquirida devem ser marcados. Entender as duas instâncias envolvidas na expressão da evidencialidade (a fonte da informação e o modo de obtenção dessa

informação), que são pressupostas na relação hierárquica dos tipos evidenciais de Hengeveld e Mackenzie (2008), é fundamental para uma melhor descrição do fenômeno. Assim, ao utilizar os reportativos, por exemplo, o falante, por opção, pode deixar explícita a fonte da informação, como pode ser observado na ocorrência (42), ou não marcá-la, conforme ocorrência (43); entretanto, o modo de obtenção é sempre o mesmo: obtém-se a informação por meio de relato.

(42) Depois que minha mulher faleceu, soube **por algumas amigas dela** de uma confidência que ela lhes fazia; dizia-lhes que preferia ver-me morrer primeiro por saber a falta que me faria.

(Texto Ficcional; 18:Machado:Epistolário)

(43) **Soubemos** que o juiz foi baleado dentro do Tribunal.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Louzeiro:Devotos)

Na ocorrência (43), a informação ‘o juiz foi baleado dentro do tribunal’ é reportada sem qualquer menção à fonte de aquisição, diferentemente do que ocorre em (42), em que o falante deixa explícito que a informação chegou a ele por meio de algumas amigas de sua esposa. Mesmo assim, é possível notar, pelas marcas morfológicas na sentença (tempo verbal), que o modo da obtenção dessa informação é um relato. De maneira mais clara, a ocorrência (43) pode ser parafraseada como “Disseram/Ouvi dizer que o juiz foi baleado dentro do tribunal”.

Já com os demais evidenciais, o falante é o próprio sujeito da percepção e, portanto, é a fonte da informação. Nesses usos, o modo de obtenção da informação é fundamental para distinguir os subtipos, uma vez que o acesso à informação por meios diretos sensoriais refere-se à *percepção de evento*; o acesso à informação por meio de cálculo mental baseado em evidência resultante refere-se à *dedução*; e o acesso à informação por meio de cálculo mental baseado em conhecimento prévio refere-se à *inferência*. Em resumo, essa relação entre fonte da informação e seu modo de obtenção na expressão da evidencialidade pode ser observada no quadro a seguir:

	Fonte da informação	Modo de obtenção da informação
Evidencialidade	Falante	Percepção sensorial Cálculo mental baseado em evidência resultante Cálculo mental baseado em conhecimento prévio
	Outro	Relato

Quadro 5. Fonte da informação x modo de obtenção da informação na expressão da evidencialidade

Na expressão da evidencialidade aqui investigada, entretanto, nem sempre é necessário haver duas proposições para marcar essas diferentes instâncias. Na ocorrência (43) acima, caso de evidencialidade reportativa, notamos que apenas a informação é veiculada pelo enunciado do falante. Não há menção explícita à fonte dessa informação, e o modo de obtenção da informação só pode ser identificado por meios gramaticais: o passado perfeito no verbo encaixador.⁴⁹ Já no caso da evidencialidade dedutiva e inferencial, especificamente para usos lexicais, as evidências que conduzem os falantes a uma dedução ou ativam seus conhecimentos prévios para realizar uma inferência devem estar inseridas no contexto enunciativo.

Dada a polissemia do verbo *saber*, levanta-se aqui a hipótese de que enunciados que contenham a informação veiculada podem expressar uma informação adquirida (a) de terceiros, ou seja, o falante está passando uma informação que lhe foi passada por outros (uso reportativo); (b) por cálculo mental baseado em conhecimento prévio (uso inferencial); ou (c) por dedução com base na percepção de alguma evidência resultante (uso dedutivo).

Enfim, dentre os possíveis usos que esse verbo expressa na língua, defendemos, portanto, que o falante pode, a depender de seu propósito comunicativo, apresentar um conhecimento adquirido ou possuído; informar; demonstrar uma capacidade em realizar algo; avaliar um enunciado e, como consequência, comprometer-se com sua veracidade; reportar; além de poder também, conforme objetivamos comprovar, inferir; ou deduzir; e, para tanto, seleciona a informação mais adequada para atingir esse propósito, codificando-a gramatical e

⁴⁹ Veja discussão no capítulo 4.

fonologicamente. Esses processos de formulação e codificação da expressão linguística são analisados com base no aparato teórico da GDF.

Levando em consideração o exposto a respeito das categorias de evidencialidade e modalidade e da distinção entre conhecimento e informação, abordaremos, no próximo capítulo, a descrição dos usos do verbo *saber* já reconhecidos na literatura, que passam pelas noções aqui discutidas, mas, conforme propomos na nossa hipótese de pesquisa, não se esgotam nelas.

CAPÍTULO 2

O CENÁRIO DO VERBO *SABER* NA DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA

O verbo *saber*, amplamente descrito como um verbo cognitivo, tem sido estudado por muitos autores que tratam do encaixamento de orações e de categorias qualificacionais, como a modalidade e, em menor grau, a evidencialidade. Dada sua relação com a dimensão epistêmica do conhecimento, o verbo *saber* é capaz de expressar, nos variados contextos, usos alocados em camadas que vão do nível mais alto ao mais baixo na hierarquia semântica da expressão linguística descrita segundo o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional.

Os estudos que descrevem esse verbo, de forma mais específica ou não, classificam-no como um verbo de expressão de (i) cognição, (ii) modalidade facultativa, (iii) modalidade epistêmica, (iv) evidencialidade de domínio comum e (v) como um verbo com função discursiva. Compreendendo-o como um verbo de múltiplas funções, este trabalho pretende mostrar que os sentidos evidenciais do verbo *saber* não se restringem ao valor reportativo e que esses outros usos, os que propomos nesta tese, ocorrem em camadas semânticas contíguas do Nível Representacional (estado de coisas; proposição; e episódio) e na camada do Conteúdo Comunicado do Nível Interpessoal, confirmando a hierarquia implicacional semântica proposta pela GDF.

Isto posto, este capítulo será dedicado à discussão dos usos do verbo *saber* já descritos na literatura. Especial atenção será dada aos usos evidenciais, de modo a demonstrar a pertinência de nossa proposta de expansão desses valores, que será apresentada mais detalhadamente no capítulo 4 desta pesquisa.

1) O verbo *saber*: definição e usos

Proveniente do latim *sapere*, cujo significado relacionava-se ao sentido mais concreto de ‘ter sabor’ e ‘sentir o paladar’, o verbo *saber* passa a assumir o sentido mais abstrato de ‘conhecer’ por meio de um processo de transferência metafórica (BUENO, 1968). É no campo da percepção lógica, e não mais gustativa, que *saber* se destaca no vocabulário português brasileiro. Esse deslizamento semântico, ainda recorrente, traz à cadeia enunciativa outros tantos empregos desse verbo, conforme defendemos nesta pesquisa.

Todos os usos do verbo *saber* relacionam-se, de forma mais ou menos explícita, com as noções de *conhecimento* e *informação*. Como discutido no capítulo anterior, os dados de uso real da língua, utilizados nesta pesquisa, nos levaram a distinguir essas duas noções. Nesse sentido, compreender que a linguagem serve ao uso justifica a existência das muitas formas polissêmicas encontradas na língua, dentre as quais podemos encaixar o verbo *saber*, responsável por expressar diversas capacidades cognitivas na linguagem.

Uma função básica desse verbo é expressar conhecimento por parte do falante, sendo, por isso, classificado como verbo de **cognição** em muitos estudos; entretanto essa não é sua única finalidade. Ao recorrermos às definições apresentadas pelo dicionário Caldas Aulete (AULETE DIGITAL, 2008), encontramos as seguintes acepções:

(*sa.ber*)

1. Ter conhecimento, informação ou notícia de, estar informado sobre;
2. Conhecer especificamente uma técnica, uma matéria, uma ciência etc.;
3. Ter certeza ou convicção de; pressentir;
4. Ter a capacidade, a habilidade ou os meios de (fazer, realizar algo);
5. Ter condição ou capacidade de compreender ou de explicar algo;
6. Ter na memória, de cor;
7. Obter ou tentar obter informação, indagar;
8. Ter como, considerar;
9. Ter sabor; ter sabor de ou parecido com o sabor de.

Essas definições de um dicionário geral são bastante semelhantes às definições encontradas no Dicionário Gramatical de Verbos (BORBA, 1990), como podemos notar nas acepções apresentadas a seguir, compiladas conforme seus diferentes usos:

Indicando processo:

1. Receber informação;
2. Ficar sabendo, ficar ciente de;

Indicando estado:

1. Ter saber ou Ter conhecimento, conhecer.
2. Ter a certeza de ser ou de estar. (epistêmico)
3. Estar a par de, estar informado de.
4. Ter sabor de, ter gosto de.
5. Ter certeza ou ter conhecimento de, estar informado ou consciente de.
6. Ter saber ou conhecimento para.

Alguns dos significados apresentados acima são a base para a definição de outros usos que esse verbo expressa na língua. Dentre esses valores, alguns são reconhecidos e já foram descritos na literatura, conforme previamente mencionado. Tais usos serão elucidados a seguir.

1.1 *Saber* cognitivo

Neves (2000), Sousa (2007) e Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2016 [2008]) classificam o verbo *saber* como predicado de cognição, expressando “conhecimento por parte do referente sujeito da sentença principal” (GONÇALVES; SOUSA; CASSEB-GALVÃO, 2016 [2008], p.79).

- (44) Que:: cê não precisa sabê(r)... (inint.) pra puxá(r) o pré-requisito... cê tem que buscá(r) um objetivo e í(r) lá nele... eu num acho... eu acho que tudo que tivé(r) na minha dissertação eu tenho que **sabê(r)** tudo.

(AI-011-CAS; L.38-39)

- (45) Deveria sê(r) melhorado Saúde... que tá PRECÁRIA demais... e:: a Educação que tá muito que hoje eu acho que tá muito fraco... que eu fiz até a quarta série... minha menina já tá na quinta e::... tem coisa que ela num sabe que eu sei e eu parei de estudá(r) faz tempo já.

(AC-059; RO: 225-229)

Nas ocorrências acima, podemos notar que o falante emprega o verbo *saber* para expressar seu conhecimento acerca de determinado assunto. Em (44), o falante defende que deve ter o conhecimento de todos os assuntos abordados em sua dissertação de mestrado, e, em (45), o falante, mesmo tendo estudado apenas até a quarta série do ensino fundamental, afirma ter um conhecimento que sua filha, estando na quinta série, não possui.

Nas descrições a respeito desse tipo de predicado, os processos mentais que envolvem o verbo *saber* relacionam-se à memória, à crença, à compreensão, à percepção, à constatação e ao conhecimento, ou seja, o uso cognitivo desse verbo tem como complemento, seja ele simples ou complexo, um conteúdo proposicional.

Os trabalhos destacados acima, ao descreverem *saber* como um verbo cognitivo, não fazem distinção quando esse verbo expressa posse e/ou aquisição de conhecimento ou quando expressa posse e/ou aquisição de informação ou ainda quando expressa um conteúdo que foi transmitido por outra pessoa.

Conforme defendemos, há comportamentos típicos de cada um desses usos (e dos demais não mencionados aqui), principalmente no que se refere à camada de atuação de cada um desses complementos, acarretando, nesta pesquisa, a separação dessas funções em tipos diferentes. Investigados esses comportamentos, esta pesquisa passou a ter como objetivo secundário diferenciar a expressão do conhecimento da expressão de uma informação. Ao expressar posse e/ou aquisição de conhecimento, o falante sempre apresenta o resultado de um constructo mental, mas, ao expressar posse e/ou aquisição de informação, o falante pode apresentar, além de uma proposição, uma propriedade lexical, um estado de coisas ou ainda

outras categorias semânticas como lugar, tempo, modo, razão ou quantidade. Se observarmos as ocorrências acima e as compararmos às seguintes, notamos a diferença de uso.

(46) Ele também traiu né?... eu **sei** que eles briga::ram né?

(AC-070; NR: 125)

(47) O médico informou que ainda não **sabe** quanto tempo a apresentadora ficará com o pé imobilizado.

(Narrativa Oral; 19N:Br:Recf)

Por se tratar de um dado exterior ao falante, podendo ser inclusive armazenado, a aquisição de uma informação não envolve um processo analítico por parte do falante. Quando o que é sabido é resultado da análise por meio da razão e da lógica, temos um uso cognitivo, ocorrências (44) e (45), encaixando, assim, apenas proposições; entretanto, quando o que é sabido é uma informação externa ao falante que não inclui uma construção experiencial e relacional, temos um uso informativo, ocorrência (46), em que o complemento de *saber* refere-se a um evento, e (47), em que o complemento de *saber* refere-se à categoria semântica de quantidade. Retornaremos a essa discussão no capítulo 4.

1.2 *Saber* modal facultativo

Outro uso de *saber*, identificado por Neves (2000), Hengeveld (2008), Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2016 [2008]) e Dall’Aglío-Hattner e Hengeveld (2016), refere-se ao contexto em que ele expressa, nas palavras de Neves (2000), uma modalidade habilitativa (48), ou, como apresentado em grande parte dos estudos, incluindo Hengeveld (2004), **modalidade**

facultativa.⁵⁰ Tal modalidade está relacionada a capacidades intrínsecas ou adquiridas pelo participante, por isso ocorre na camada da propriedade configuracional; no caso do verbo *saber*, essa modalidade indica uma capacidade de o participante realizar determinado estado de coisas.

- (48) Estado – Você conhece a literatura brasileira?
 Le Clézio – Infelizmente, não **sei** ler o português. E, como não gosto de ler traduções, quase nunca leio os escritores brasileiros.
 (Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP18)

Na ocorrência acima, é demonstrada a capacidade, ou melhor, a não capacidade, de o falante se envolver no estado de coisas descrito pelo predicado *ler*. Por não ter muita afinidade com a língua portuguesa e não gostar de ler traduções, o falante afirma não ser hábil o suficiente para ler materiais a respeito da literatura brasileira.

1.3 *Saber* modal epistêmico

Neves (2000), Sousa (2007) e Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2016 [2008]) classificam o verbo *saber* como predicado de **modalidade epistêmica**, indicando, em uma atitude avaliativa do falante, “o grau de certeza e/ou seu descomprometimento com relação ao conteúdo da sentença encaixada” (GONÇALVES; SOUSA; CASSEB-GALVÃO; 2016 [2008], p.81), como podemos observar nas ocorrências abaixo.

- (49) Aqui ele tava trabalhando no Champion... na época... **nem sei se** era Champion...
 (AC-072; NR: 249-250)

⁵⁰ Também reconhecida pelas seguintes nomenclaturas: modalidade dinâmica (PALMER, 1979; 1983; 2001) e modalidade inerente (HENGEVELD, 1988).

- (50) “Não há emoções em que eu posso usar para descrever como foi ter que abandonar aquela corrida. Duas desistências em um campeonato não é muito útil. Eu **sei** que fizemos o melhor trabalho, mas não deveríamos ter perdido a liderança daquele jeito. Mas não havia nada o que eu poderia fazer, visto que eu já não tinha mais freios”
(Internet)⁵¹

Na ocorrência (49), é possível observar que o falante avalia o conteúdo de seu enunciado como incerto, ou seja, assume não ter certeza a respeito do nome do supermercado na época em que determinada pessoa lá trabalhava. Diferentemente, em (50), uma construção afirmativa, o falante afirma estar certo de que ele e sua equipe fizeram um bom trabalho, mesmo perdendo a liderança no circuito de corridas, comprometendo-se com o conteúdo proposicional da oração encaixada ao verbo *saber*.

Quanto à classificação referente à atitude do falante na situação do discurso, o verbo *saber* na expressão da modalidade epistêmica ou da cognição pertence ao subgrupo dos factivos, que tomam o fato expresso na oração completiva como verdadeiro, independentemente de a oração estar na afirmativa ou negativa, com exceção das orações completivas introduzidas pela conjunção *se*. Nesses casos, o complemento de *saber* representa proposições, referentes a fatos possíveis que não são verdadeiros nem falsos. A esse respeito, Sousa (2007) afirma:

O conteúdo de uma oração introduzida por *se* é, assim, sempre do tipo que pode ser, mas que nunca é, verdadeiro ou falso, afirmativo ou negativo. Essa particularidade que a conjunção integrante *se* possui de introduzir orações que se referem a possibilidades, e nunca a realidades, evidentemente, é um legado da conjunção condicional, da qual *se* originou, no latim vulgar, a conjunção integrante *se* do português. (SOUSA, 2007, p.85)

Nesse sentido, quando introduzidos por *se*, os complementos de *saber* não são capazes de instaurar realidades, pois o *se* conjunção integrante carrega traços da conjunção condicional,

⁵¹ <http://portalrace.com.br/hamilton-eu-sei-que-tenho-certeza-de-que-eu-vou-ganhar-em-silverstone/>

do latim vulgar, da qual se originou; assim sendo, construções com *saber* introduzidas por *se* apenas indicam possibilidades, diferentemente das introduzidas pelo conector *que*.

1.4 *Saber* evidencial de domínio comum

Além dos usos modais e cognitivos acima relatados, Dall’Aglío-Hattner (2001, 2007) e Vendrame (2005, 2009) descrevem também um sentido de *saber* como indicação de conteúdo reportado de domínio comum, expressando uma informação apresentada como um conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte. Assim, o verbo *saber*, segundo essas pesquisadoras, serve também à expressão da evidencialidade reportativa, em que é possível notar um desaparecimento da indicação da fonte do saber. Esses usos são reforçados, segundo as autoras, pela voz passiva e por intensificadores, como *mais* e *todos*. A seguir, apresentamos algumas ocorrências.

- (51) **É sabido** que, quando uma criança nasce, o conteúdo do olho dentro da órbita é que faz desenvolver a parte óssea em volta.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Cid)

- (52) Rainha - Porque eu não estava lá quando os fatos aconteceram e **todos sabem** disso. A sociedade sabe, o juiz sabe, a polícia sabe. É como o fato de eu não estar no Pontal agora. Você sabe que não estou lá e isto é a mesma coisa.

Estado - Então você acredita que o seu julgamento é realmente político?

Rainha - É político, não tenho dúvida, mas espero um julgamento técnico, pois acredito na Justiça. Os jurados que vão analisar o mérito da questão sabem que sou inocente e por isso não tenho porque ser condenado a nada.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

Nas ocorrências acima, o conteúdo veiculado, tanto em (51) quanto em (52), é tido como compartilhado por falante e ouvinte, uma vez que se trata de informação amplamente acessível a determinada comunidade, por isso Dall’Aglío-Hattner (2001; 2007) e Vendrame (2005;

2009) consideram esse uso do verbo *saber* como expressão de um *saber* concebido como de domínio comum.

Para além desse uso descrito pelas autoras, defendemos aqui que a evidencialidade reportativa expressa pelo verbo *saber* não ocorre apenas para marcar uma informação de domínio comum. Conforme ficará mais claro no capítulo 4, alguns comportamentos morfossintáticos e semânticos permitem-nos identificar outros contextos em que *saber* comporta-se mais especificamente como um item reportativo, que tem como característica a transmissão de uma informação adquirida de terceiros, como podemos verificar com a seguinte ocorrência:

- (53) **Soubemos** de fonte boa e honesta que ele é ladrão e matador.
(19:Fic:Br:Queirós:Muralha)

Na ocorrência acima, o falante não se coloca como a fonte da informação ao afirmar que determinada pessoa é ladrão e matador. Deixa explícito, inclusive, que está reportando um conteúdo recebido de alguém que ele considera ser bom e honesto ('de fonte boa e honesta'), trazendo, assim, mais autoridade ao relato feito.

1.5 *Saber* marcador discursivo

Há também descrições na literatura a respeito de empregos discursivos desse verbo. Em um trabalho baseado nos paradigmas da gramaticalização e da discursivização, Martelotta e Leitão (1996) discorrem sobre a discursivização do verbo *saber* por meio de uma observação pancrônica. Nesse estudo, os autores descrevem a trajetória de abstratização desse verbo rumo a uma função de marcador discursivo, que passa de um contexto puramente interrogativo

(estágio 1) a um contexto interrogativo totalmente retórico (estágio 3), funcionando com um preenchimento de pausa, de modo a encaminhar o fluxo conversacional. Nesse percurso, são identificadas as seguintes etapas:

Estágio 1: “I: é no papel vegetal mesmo... aquele papel duro... papel vegetal **sabe qual que é?**
E: sei (exemplo hipotético)”

Estágio 2: “aí ele pegou e falou assim... eh... não mais é rapidinho... **sabe o que que é?** que a gente queria conhecer vocês”

Estágio 3: “...eu me destacava...eh das minhas ami/ das minhas colegas...aí nós começamos a sair...a passear...ele me...me contava sobre as experiências dele... **sabe?** me colocava nas alturas...dizia que eu era...a garota dele...a garota da vida dele.”

Observando as etapas acima, é possível notar que, no estágio 1, o falante pergunta na intenção de obter uma resposta de seu interlocutor; no estágio 2, intermediário, por meio de uma pergunta semi-retórica, o falante pergunta e ele mesmo responde; por fim, na etapa mais abstrata, no estágio 3, há a presença de um contexto interrogativo totalmente retórico, ou seja, não há nenhuma possibilidade de resposta nem do interlocutor nem do falante, mesmo diante da interrogação.

Analisado também por Urbano (1997), o marcador *sabe?* é considerado sintaticamente independente e semanticamente esvaziado, porém discursivamente relevante, uma vez que funciona como elemento de interlocução.

Outros estudos que se dedicam a analisar esse desbotamento semântico e consequente ganho de valor pragmático são os trabalhos de Valle (2001; 2014). Para Valle (2014, p. 376), esse item, “ao assumir significado mais abstrato ligado à cognição, atua com uso inovador a partir da inserção em contextos interrogativos em atos de fala diretivos”. Tal inovação, mais voltada ao plano textual, refere-se ao seu uso enquanto marcador de foco prospectivo. As ocorrências a seguir elucidam esse contexto discursivo em que é possível encontrar o verbo *saber*:

- (54) Pra cê fazê(r) uma corrente da-QUElas cê tem que pegá(r) um o(u)ro assim BRUto:: tipo um pedaço::... éh fazê(r) a fundição de::le:: começá(r) a prime(i)ra coisa é a fundição... passá(r) pelo laminador:: laminá::(r)... REcortá(r) fazê(r) a chapa fi::na... colocá(r) na máquina pa dobrá::(r) pa encapá(r) aí vai no meio vai um fio de co::bre... Junto com essa lâmina de o::(u)ro que vai sê(r) enrola::da... vai enrolá(r) ela **sabe?** passá(r) na serra e cortá(r) em elinho... tipo um:: argoli::nha uns elo pequeno... aí vai fazê(r) a solda começá(r) a soldá(r) UM por um...

(AC-071; RP: 215-216)

- (55) Assim uns uns três o:: ou quatro ano mais novo que e::la... **sabe**... solte(i)ro nunca teve filho.

(AC-072; NR: 235-236)

Nas ocorrências acima, notamos que o uso de *saber* é esvaziado semanticamente, surgindo no discurso com uma função discursiva de marcador de comentário de fundo, como é possível observar em (54), uma vez que a informação introduzida pelo marcador *sabe?* é trazida para a situação comunicativa na intenção de esclarecer a afirmação anterior ('enrolar a lâmina de ouro'). Na ocorrência (55), notamos a função de preenchimento de pausa na intenção de manter o fluxo conversacional.

Até aqui, discutimos os usos do verbo *saber* já descritos na literatura, antecipando brevemente nossa proposta quanto à distinção entre o uso cognitivo e o uso informativo. Há ocorrências, entretanto, que não se encaixam em nenhuma das acepções acima citadas. Sendo assim, esse cenário da descrição linguística se completará com a proposta que apresentaremos no capítulo 4, ao incluirmos os dois usos evidenciais ainda não descritos e o uso informativo, dissociado do uso cognitivo.

Para caracterizar cada um desses valores, será necessário analisar um conjunto de fatores pragmático-semânticos e morfossintáticos, a serem descritos no próximo capítulo, que abordará também a delimitação do nosso objeto de estudo e os procedimentos de busca e constituição do *corpus* aqui utilizado.

CAPÍTULO 3

UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. No que concerne ao universo da pesquisa, na seção 1, abordaremos o modo de seleção e delimitação do objeto da análise aqui proposto. Na seção 2, serão apresentados os procedimentos de busca e o universo linguístico que levaram à constituição do *corpus*. Por fim, na seção 3 serão descritos os critérios empregados para avaliação dos diversos usos do verbo *saber* no português brasileiro.

1. Delimitação do objeto de estudo

A escolha pelo verbo *saber* foi motivada por observações e consequentes inquietações quanto a usos desse verbo em contextos cujo significado não estava associado a sua definição como verbo cognitivo ou modal. Notamos que *saber* apresentava, nesses contextos específicos, um sentido relacionado à fonte das informações por ele veiculadas. Movidos por essa intuição linguística, buscamos mais ocorrências de uso real da língua a fim de comprovarmos tal expansão semântica.

Nessa busca, investigamos todos os usos do verbo *saber* cujas manifestações formais vão desde empregos como verbo pleno, marcador discursivo a expressões, como *a saber*, *não/num sei*, *sei lá*, *sabe-se lá*. Neste estudo, apenas as expressões acima destacadas não serão consideradas, por se tratarem de usos mais cristalizados na língua cujo comportamento é bastante regular.

Para verificar a hipótese de que *saber* serve à expressão lexical da evidencialidade no português brasileiro, não apenas indicando reportatividade, como já apontado em estudos anteriores (DALL'AGLIO-HATTNER, 2001; 2007; VENDRAME, 2005; 2009), mas também cálculos mentais feitos pelo próprio falante a partir de evidências resultantes ou de conhecimento prévio, buscamos demonstrar que essas diferentes subespecificações podem ser descritas em termos de alargamento de escopo semântico, e, portanto, devem estar alojadas em camadas contíguas da representação da estrutura da oração proposta pela GDF.

2. Procedimentos de busca e constituição do *corpus*

A adoção da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) como embasamento teórico-metodológico implica, necessariamente, na análise de usos reais da língua, uma vez que, para uma perspectiva funcionalista, a função primeira da língua é a interação entre os seres humanos.

Dessa forma, a fim de compormos um conjunto de dados suficiente para a pesquisa aqui desenvolvida, que tem como objetivo descrever todos os usos do verbo *saber*,⁵² selecionamos dois conjuntos de texto de língua oral e de língua escrita, visto que essas modalidades não se excluem e sim se completam em um *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual. Dessa forma, foram levantadas as ocorrências do verbo *saber* no Banco de Dados Iboruna, do projeto Amostra Linguística do Interior Paulista (ALIP - <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>), no Corpus do Português (www.corpusdoportugues.org), e também ocorrências extraídas da internet ([domínio.br](http://dominio.br)).

Constituído de entrevistas com informantes de São José do Rio Preto e de seis cidades circunvizinhas (Bady Bassit, Cedral, Guapiaçu, Ipiguá, Mirassol e Onda Verde), o Banco de

⁵² Exceção feita a expressões cristalizadas, como exposto anteriormente.

Dados Iboruna é composto de dois tipos diferentes de amostra: uma de interação dialógica, produzida por diálogos gravados secretamente em contextos de interação social livre (AI), totalizando 11 gravações, e outra do censo linguístico da região (AC), que reúne 152 entrevistas orais controladas sociolinguisticamente, por meio de variáveis sexo/gênero, idade e escolaridade. As entrevistas da amostra Censo (AC) são compostas por cinco tipos de textos: i) narrativa de experiência (NE), em que o informante conta algo que aconteceu em sua vida, ii) narrativa recontada (NR), em que o informante fala sobre algo que lhe foi contado por outra pessoa, iii) descrição de local (DE), em que o informante descreve determinado lugar, iv) relato de procedimento (RP), em que o informante explica como fazer algo, e v) relato de opinião (RO), em que o informante apresenta uma opinião pessoal sobre algum fato ou sobre alguém.

O Corpus do Português é constituído de cinquenta e sete mil textos em português dos séculos XIII ao XX. Referentes ao século XX, há textos que abrangem amostras de fala e amostras de escrita, tais como revistas, jornais, textos ficcionais, textos acadêmicos, colhidas tanto em português europeu quanto em português brasileiro.

Para o estudo aqui proposto, investigamos todas as entrevistas da amostra Censo e também as amostras de interação do Banco de Dados Iboruna, uma vez que buscávamos encontrar todos os possíveis usos de *saber* expressos na língua portuguesa. É importante salientar que não buscamos aqui fazer uma análise quantitativa; nosso interesse está em descrever, por meio de traços formais e funcionais, os possíveis usos do verbo *saber*, sejam eles recorrentes ou não. Ao longo desta tese, será possível deparar-se com menções à análise quantitativa no que se refere a encontrar padrões, visto que é possível identificar tais padrões a partir do cruzamento dos critérios, que serão apresentados a seguir.

Para compor o conjunto de ocorrências, iniciamos a coleta a partir do Iboruna e, posteriormente, fizemos o levantamento de dados no Corpus do Português. As ocorrências encontradas nesses bancos de dados foram insuficientes no que se refere à expressão da

evidencialidade dedutiva pelo verbo *saber*. Como falantes do português, e, portanto, guiados por nossa intuição linguística, tínhamos conhecimento da existência dessa função, por isso recorreremos ao domínio “.br” da internet para complementarmos nosso *corpus* com ocorrências capazes de comprovar essa nossa hipótese.

A fim de investigarmos os domínios pragmático-semântico e morfossintático que envolvem o verbo *saber* e estabelecermos suas características, buscamos regularidades linguísticas quanto ao comportamento dos diferentes usos desse verbo. Levantadas as amostras, baseamos nossa análise nos critérios descritos abaixo.

3. Critérios para avaliação do comportamento dos diferentes usos de *saber*

Os critérios a seguir servem para nortear a análise das ocorrências do verbo *saber*, de modo a caracterizar, à luz da Gramática Discursivo-Funcional, os diferentes tipos de contextos pragmático, semântico e sintático em que esse verbo assume valores cognitivo, informativo, modal e evidencial. Portanto, para além da descrição desses critérios, justificamos a pertinência deles, de modo a esclarecer a finalidade de cada um dentro da análise aqui proposta. Os critérios serão agrupados conforme sua natureza: pragmático-semântica e morfossintática.

3.1 Critérios de ordem semântico-pragmática

3.1.1 Valor semântico do verbo *saber*

Na busca pelos diferentes usos do verbo *saber*, elencamos valores semânticos que vão desde um uso puramente cognitivo a usos modais e usos evidenciais. Como é de se esperar, todos os valores semânticos expressos pelo verbo *saber* relacionam-se com o eixo do conhecimento, portanto, faz-se necessário aqui indicar que tipo de conhecimento envolve cada um desses usos e por meio de qual faculdade atingimos determinado conhecimento: se adquiridos por meio dos sentidos, sejam eles externos, responsáveis pelas sensações (visão, audição, tato, olfato e paladar) ou internos, responsáveis pelas reflexões (sentimentos, consciência, memória); se adquiridos por meio da razão.

O modo de aquisição desse conhecimento é responsável pelos usos que o falante faz do verbo *saber*. Em função dessa diferença semântica, há mudanças quanto ao comportamento desse verbo. Um exemplo disso pode ser notado ao observar os reflexos do verbo *saber* na estrutura da língua no que se refere à expressão do conhecimento e à expressão da informação. Ambos os usos são atribuídos a um *saber* cognitivo, entretanto, ao nos debruçarmos sobre os dados, notamos que as construções em que o falante expressa aquisição de conhecimento nem sempre são as mesmas em que ele veicula recebimento e/ou posse de informação. Assim, esperamos demonstrar, nesta pesquisa, que os diferentes subtipos de *saber* estão fortemente relacionados ao tipo de estrutura morfossintática em que ocorrem.

Conforme exposto no capítulo anterior, elencamos o seguinte conjunto de valores expressos pelo verbo *saber* em seus diferentes contextos de uso:

3.1.1.1 Saber *com valor COGNITIVO*

O significado de cognição indica posse e/ou aquisição de conhecimento, que aqui é entendido como uma informação assimilada pelo sujeito (maior grau de envolvimento do falante), em um processo reflexivo e crítico, como podemos perceber nas ocorrências a seguir:

- (56) Deveria sê(r) melhorado Saúde... que tá PRECÁRIA demais... e:: a Educação que tá muito que hoje eu acho que tá muito fraco... que eu fiz até a quarta série... minha menina já tá na quinta e::... tem coisa que ela num **sabe** que eu **sei** e eu parei de estudá(r) faz tempo já.

(AC-059; RO: 225-229)

- (57) Me falaram aí sobre gramática não sei o quê - aí eu nesse aspecto aí eu acho - eu sou contra a gramática eu jamais **soube** gramática - eu só passei no vestibular porque no no tempo que eu fiz o vestibular tinha a dissertação né?

(Linguagem Falada; Recife: D2 27)

3.1.1.2 Saber *com valor INFORMATIVO*

O valor informativo do verbo *saber* diferencia-se do cognitivo pelo fato de o sujeito não demonstrar apropriação da informação que está veiculando, ou seja, não há um processo analítico por parte desse sujeito, configurando-se, assim, como algo exterior ao falante (menor grau de envolvimento do falante).

- (58) Minha profissão é pintor eu trabalho na indústria de urna... é:: e lá eu pinto urnas... e urnas é caixão de defunto pra quem num **sabe** e eu sô(u) pintor... de urnas.

(AC-059; RP: 146-148)

- (59) O Partido, inclusive, está se firmando nacionalmente. Pouca gente **sabe** que nós dobramos o número de vereadores nas últimas eleições.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Pov)

3.1.1.3 Saber *com valor MODAL*

Ao modalizar um discurso, o falante leva em consideração o conhecimento que possui sobre eventos possíveis, para julgar a possibilidade de ocorrência de um estado de coisas como certa, provável ou possível, ou considera o conjunto de conhecimentos e crenças que possui, para expressar seu comprometimento com a verdade da proposição. Dos valores modais expressos pelo verbo *saber*, identificamos os usos facultativo e epistêmico, exemplificados a seguir.

a) *Facultativo*

(60) Tinha que tê(r) aquele cuidado claro que era pequenininha né?... ela:: dava/ a gente dava ba::nho normal::... tu::do normal ela Pede ela – “ai eu quero água” – ela **sabe** pedí(r) tudo.

(AC-062; RP: 343-346)

(61) aquela água salgada eu engoli eu acho que UM litro de água salgada ((rindo))... num **sei**... nadá(r) né? ficava na beiraDInha...

(AC-062; DE: 238-239)

b) *Epistêmico*

(62) Mas, quando o meu coração se abriu para o Zen Budismo e essa meditação me trouxe as respostas, então, quando comecei a ler os textos sobre Budismo, pensei: então aquilo que eu experimentei está aqui no texto, eles estão colocando em palavras aquilo que eu **sei** que é verdade, que analogia boa. Então foi um processo da experiência entrar na teoria e não ao contrário.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Web)

(63) A minha irmã atravessô(u) a velhinha... aí na ho::ra de me atravessá(r)... eu já tava trêmula de MEdo... porque eu **sabia** que aquilo ali num tinha segurança nenhuma.

(AC-100; NE: 44-47)

3.1.1.4 Saber *com valor EVIDENCIAL*

A hipótese aqui defendida é a de que o verbo *saber* expressa três dos quatro subtipos evidenciais propostos por Hengeveld e Hattner (2015): (i) reportatividade; (ii) inferência; e (iii) dedução.

a) *Reportativo*

(64) A menina, inquieta pela longa ausência de sua prima, **soube de** Peri que ela estava no seu quarto; mas o índio ocultou parte da verdade, e não disse onde deitara o corpo de Álvaro.

(Texto Ficcional; 18:Alencar:Guarani)

(65) Quem foi que te contou?
 - **Sei de** fonte segura.
 - Quem ganhou o combate?
 - Os legalistas.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Verissimo:Tempo)

b) *Inferencial*

(66) “O William é um rapaz simpático, mas se tivesse que escolher, escolheria o Harry. Ele tem um ar mais rebelde. Tenho-o visto em várias saídas à noite, por isso **sei** que ele gosta mesmo de se divertir”, contou ao Daily Star.

(Internet)⁵³

(67) O Léo gostava muito de você. Ele te poupava... eu **sabia** quando ele gostava mesmo de alguém porque desculpava, justificava, não era implacável como costumava ser com a maior parte das pessoas...

(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Amaral:Amigos)

⁵³ <http://caras.sapo.pt/famosos/2015-09-21-Alesha-Dixon-afirma-O-principe-Harry-tentou-seduzir-me>

c) *Dedutivo*

(68) Por causa da pouca luz no interior do carro, só quando a rapariga falou é que **soube** pela voz que era a Judite.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Pt:Negreiros:Guerra)

(69) Quando entramos meus pais estavam na cozinha, **soube** pelo barulho da conversa e o cheiro bom da comida da minha mãe.

(Internet)⁵⁴

3.1.2 *Natureza pragmático-semântica do complemento do verbo saber*

Com base nos pressupostos da GDF, serão analisadas as unidades semântico-funcionais selecionadas pelo verbo *saber*, levando-se em consideração as unidades do Nível Representacional e Interpessoal. Tal parâmetro aplica-se indistintamente a sintagmas nominais, sintagmas preposicionais, sintagmas verbais e também às orações subordinadas. Por meio desse critério, será possível verificar em que camada atua cada tipo de complemento do verbo *saber*, demonstrando, assim, a adequação da abordagem em níveis e camadas da GDF para o estudo das categorias de modalidade e evidencialidade em língua portuguesa. Nesse sentido, buscamos demonstrar que, assim como defendido por Dall’Aglia-Hattner e Hengeveld (2016) a respeito do comportamento dos verbos modais, se um verbo evidencial tem múltiplos significados, esses significados deverão estar alojados em camadas semânticas contíguas na distribuição dos subtipos. Nessa representação hierárquica, não é possível que subtipos evidenciais do verbo *saber* sejam expressos na camada do estado de coisas e na camada da proposição, sem passar pela camada intermediária a elas, a camada do episódio. Segundo proposta da GDF, portanto, a contiguidade nas camadas deve ser respeitada.

⁵⁴ <http://one-shots-da-1d.tumblr.com/post/55826636146/oneshot-zayn-malik-voc%C3%AAs-se-apaixonam-sem/>

3.1.2.1 Conteúdo Comunicado

- (70) Você sabia que **o pai do Léo se matou também?** - Flora sussurrou a Bia.
 – Não.
 – Eu soube pela Lena, você acredita? O Leo nunca me disse que o pai se matou - disse Flora magoada.
 (Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Amaral:Amigos)

3.1.2.2 conteúdo proposicional

- (71) Embora não tenhas tido um filho, sei, sempre soube pelo teu olhar, **que compreendes o sentido mais profundo da paternidade.**
 (Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Carvalho:Bebados)

3.1.2.3 episódio

- (72) Assim, é possível que algumas das composições de Wolfgang sejam dela. Também sabemos **que** quando ele estava em Londres, trabalhando sobre sua primeira sinfonia, **ela escreveu tudo e fez os arranjos orquestrais para ele.**
 (Internet)⁵⁵

3.1.2.4 estado de coisas

- (73) Percebi que o riso vinha justamente porque ninguém tinha pensado nisso e transferi a pergunta para eles. Ninguém soube **responder melhor.**
 (Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)
- (74) Saindo do Boca Juniors, Tevez tem casa assaltada durante seu casamento. O ex-corinthiano soube **do acontecimento** apenas no domingo, mas resolveu não fazer queixa e manteve a viagem de lua de mel.
 (Internet)⁵⁶

3.1.3 Referências a evidências (explícitas) no contexto

Quando se avaliam os evidenciais que expressam uma percepção mental, as indicações das evidências presentes em um contexto mais amplo são importantes para identificar se a fonte

⁵⁵ http://www.huffpostbrasil.com/2015/11/25/mozart-irma-talentosa-_n_8648926.html

⁵⁶ https://www.futebolinterior.com.br/print/Noticia/impressao?id_conteudo=430470

da informação foi adquirida por meio de inferência baseada na experiência prévia do falante (75) ou por meio de dedução baseada em evidência resultante (76). Esse critério, portanto, será empregado para indicar se a construção linguística que apresenta a fonte da informação transmitida está explícita ou não no contexto.

(75) Não podemos nos agarrar a nada. Conheceste o Hélio ao nascer e acompanhaste o seu crescimento. Embora não tenhas tido um filho, sei, sempre soube **pelo teu olhar**, que compreendes o sentido mais profundo da paternidade.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Carvalho:Bêbados)

(76) Por causa da pouca luz no interior do carro, só **quando a rapariga falou** é que soube **pela voz** que era a Judite.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Pt:Negreiros:Guerra)

3.2 Critérios de ordem morfossintática

3.2.1 Tipo estrutural do complemento do verbo *saber*

O verbo *saber* pode ter como complemento sintagma nominal (77); sintagma verbal (78); sintagma preposicional (79); e orações introduzidas por complementizador (80) ou por pronome (81). Esse critério nos permitirá classificar qual estrutura do sintagma é mais prototípica de cada uso de *saber*.

(77) Me falaram aí sobre gramática não sei o quê - aí eu nesse aspecto aí eu acho - eu sou contra a gramática eu jamais **soube gramática** - eu só passei no vestibular porque no tempo que eu fiz o vestibular tinha a dissertação né? –

(Narrativa Oral; 19Or:Br:LF:Recf)

- (78) **Eu sei declamar** o livro do início ao fim. (Internet)⁵⁷
- (79) Casamento surpresa: a noiva só **soube da festa** seis horas antes. (Internet)⁵⁸
- (80) Nós ficamos aqui, parece um alojamento, não tem estrutura para nada. Eu **sei que a diretoria não tem culpa**, eles dizem que falta funcionário. Toda a documentação é resolvida em São Paulo e demora muito. (Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Cid)
- (81) Ele falô(u) que ele era molequinho... e ele **sabia onde era a casa dos o(u)tros português**s então falava – “óh... pega esses quatro aqui óh leva na casa do fulano. (AC-119; NR: 120-121)

3.2.2 Tipo de conector

O verbo *saber* pode se ligar a seu complemento sem a presença de qualquer tipo de conector, nos casos dos sintagmas nominais e dos sintagmas verbais, como é possível verificar acima nas ocorrências (77) e (78), respectivamente; pode também se ligar por meio de uma preposição, no caso dos sintagmas preposicionais (79); ou ainda, por meio de complementizador ou pronome, no caso das orações complexas.

Em estruturas com sintagmas verbais, o complemento do verbo *saber* ocorrerá sempre na forma não-finita; já em estruturas com orações completivas, o complemento aparecerá sempre na forma finita. A esse respeito, Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2016 [2008]) afirmam que o significado do verbo influencia o tipo de complemento encaixado pelo predicado.

⁵⁷ <https://camiladiesel.wordpress.com/2013/03/20/a-vaca-rebeca-e-o-assobio/>

⁵⁸ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2017/05/21/casamento-surpresa-a-noiva-so-soube-da-festa-seis-horas-antes--284773.php>

Quando o verbo *saber* ocorre em orações completivas, seu complemento oracional pode ser introduzido por *que* (82), factual, ou *se* (83), não-factual, “o que demonstra que a conjunção pode, além de unir duas orações, participar da expressão do significado” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 354). O verbo *saber* pode ainda ser introduzido por pronome (*quando*, *onde*, *como*, dentre outros) em estruturas de orações relativas sem antecedente (84).

O complementizador *que*, segundo Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2016 [2008], p. 101), introduz eventos que remetem a estados de coisas, proposições e atos de fala declarativos, enquanto a conjunção *se* introduz sentenças que equivalem a proposições alternativas e a atos de fala interrogativos, nunca podendo representar eventos, uma vez que esse tipo de conector não é capaz de instaurar realidades. Assim, é possível, por meio desse critério, verificar o tipo de conjunção prototípica de cada uma das funcionalidades do verbo *saber* e, como consequência, identificar as formas que seus complementos podem tomar no que se refere à unidade semântico-funcional.

(82) Então ela ficô(u) um po(u)co perdida ela só sabia **que** a escola ficava no:: Solo Sagrado.

(AC-067; NR: 163-164)

(83) Eles tava/ saiu à noi::te eu não sei **se** é MÁ companhia ou não, mas provavelmente foram tentá(r) ro(u)bá(r).

(AC-071; NR: 94)

(84) A grande questão... é o seguinte... é sabê(r) **aONde**... você deve dá(r) a “martelada” – então ele mostrô(u) o quê?... vale muito mais o conhecimento que uma pessoa tem do que... a atitude que ela vai tomá(r).

(AC-099; NR: 174-175)

3.2.3 *Correferencialidade de sujeitos*

Por meio desse critério, aplicado apenas às completivas, é possível verificar se os verbos da matriz e da encaixada compartilham (85), ou não (86), o mesmo sujeito. Tal critério pode auxiliar a estabelecer padrões quanto às diferentes funções que o verbo *saber* pode expressar na língua. Além disso, no caso das construções complexas [V1 + V2], compartilhar um mesmo sujeito pode indicar caso de auxiliaridade (87), conforme afirmam Lobato (1975) e Longo (1990).

- (85) Mas não tenho mais medo. Já **sei** que **vou** para o mesmo lugar onde estão os que eu matei. Nem tenho mais medo de morrer. Antes, quando eu estava solto, eu tinha medo de morrer e ir para o inferno. Mas agora não tenho mais medo da morte. OP - Foi por isso que você quis se matar?

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Pov)

- (86) **Sabemos** que **o futebol** argentino confia em nós e não queremos decepcionar.

(Artigo de Jornal; FOLHA:9917:SEC:des)

- (87) Ela não **sabe folheá(r)** um livro às vezes...

(AC-088; RO: 543)

3.2.4 *Tempo e modo do verbo saber*

Este critério é aplicado a todos os tipos de construção do verbo *saber* (simples ou complexas); entretanto a investigação dos tempos e modos verbais contribui principalmente para a análise das categorias de modalidade e de evidencialidade, uma vez que, dada a natureza dêitica da categoria evidencial, a oração que veicula a percepção evidencial tende a ser declarativa no presente ou passado do modo indicativo, e dada a natureza subjetiva da categoria modal, a avaliação não pode estar sob o escopo do tempo, devendo necessariamente estar ligada ao momento presente da enunciação. A esse respeito, Hengeveld (1989) afirma que, por estar

localizada fora da proposição, e, por isso, não poder ser negada ou questionada, a modalidade subjetiva está fora também do escopo do tempo. O autor defende que, mesmo sendo possível receber uma forma verbal de passado, essa forma não faz referência temporal, apenas expressa um grau menor de comprometimento por parte do falante.

Com o intuito de observar essas referências, todos os tempos e modos verbais serão investigados, a saber:

Tempo verbal: presente; pretérito perfeito; pretérito imperfeito; pretérito perfeito composto; pretérito mais-que-perfeito; pretérito mais-que-perfeito composto; futuro de presente; futuro de presente composto; futuro de pretérito; futuro do pretérito composto.

Modo verbal: indicativo; subjuntivo; infinitivo; gerúndio; particípio; imperativo.

A seguir, seguem algumas ocorrências exemplificativas.

Presente do modo indicativo

- (88) Inf.: bom essa praia a Praia Grande eu **sei** que muita gente conhece... já Era bonita e agora tá mais...

(AC-124; DE: 109-110)

Pretérito imperfeito do modo indicativo

- (89) Maneco resistiu o quanto pôde. Não se sabe se falou. Mas todos em Jacupiranga **sabiam** que Maneco tinha terras também em Capelinha. Todos sabiam que Maneco tinha vendido recentemente.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Paiva:Brasil)

Pretérito perfeito do modo indicativo

- (90) Me falaram aí sobre gramática não sei o quê - aí eu nesse aspecto aí eu acho - eu sou contra a gramática eu jamais **soube** gramática - eu só passei no vestibular porque no tempo que eu fiz o vestibular tinha a dissertação né?

(Narrativa Oral; 19Or:Br:LF:Recf)

Futuro de presente do modo indicativo

- (91) Mas às vez nunca dá certo porque se eles tivé(r) a carta... eles **vai sabê(r)** que é sinal falso... é a única coisa que tem.

(AC-059; RP: 188-191)

Presente do modo subjuntivo

- (92) Eu gostaria agora J. M. que você me es/ escolhesse alguma tarefa que você **saiba** realizá(r).

(AC-071; RP: 204)

3.2.5 *Tempo-modo da oração encaixada*

Este critério é aplicado apenas às orações completivas e auxiliária na identificação de restrições tempo-modo quanto ao estabelecimento de padrões no que se refere aos usos do verbo *saber*. Visto que a modalidade epistêmica e a evidencialidade ancoram-se no momento presente, seja pelo caráter avaliativo da primeira seja pelo caráter dêitico da segunda, nossa expectativa é não encontrar orações encaixadas em construções com *saber* modal epistêmico ou evidencial inferencial e dedutivo no futuro do indicativo nem em qualquer tempo do modo subjuntivo. Da mesma forma que o critério anterior, todos os tempos e modos verbais serão analisados. Seguem algumas ocorrências ilustrativas:

Presente do modo indicativo

- (93) Nós ficamos aqui, parece um alojamento, não tem estrutura para nada. Eu sei que a diretoria não **tem** culpa, eles dizem que falta funcionário. Toda a documentação é resolvida em São Paulo e demora muito.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Cid)

Pretérito imperfeito do modo indicativo

- (94) Era o bruxo... e::... eu sei que cada dia que nós ia lá (fazer a macumba) tinha que dá(r) maçã pos... pos... espíritos... tinha que dá::(r)... cerveja:: e tinha que dá(r) num sei mais o que e era só dinhe(i)ro que ele de(i)xava lá mas a gente sabia que **era**... enganação né?

(AC-100; NR: 124-127)

Pretérito perfeito do modo indicativo

- (95) Não se sabe se **foi** a mão de Isabel que furtou, na despensa, a bebida que eles tomavam em goles de susto e de medo.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Queirós:Muralha)

3.2.6 Número e pessoa do verbo modificado

Esse critério será empregado para verificar se há alguma regularidade entre um determinado tipo semântico e a pessoa e número em que ocorre. Portanto, todas as combinações serão verificadas: 1ª pessoa do singular; 2ª pessoa do singular; 3ª pessoa do singular; 1ª pessoa do plural; 2ª pessoa do plural; 3ª pessoa do plural.

Considerando esses critérios, descrevemos os usos do verbo *saber*, buscando comprovar nossa hipótese a respeito da função evidencial desse verbo e estabelecer padrões quanto ao seu comportamento pragmático, semântico morfossintático. Os resultados dessa descrição são apresentados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

MULTIFUNCIONALIDADE DO VERBO *SABER* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O verbo *saber*, primeiramente classificado como um verbo de cognição, tem sido descrito em diferentes estudos por suas outras funcionalidades. Esses usos são reflexos do que entendemos por conhecimento: concebido entre a experiência e o entendimento, é um produto mental da interação do indivíduo com o que lhe é exterior, no meio físico e social. Assim, no uso da língua, o falante, a depender de suas intenções comunicativas, ao empregar o verbo *saber*, mobiliza saberes de diferentes ordens.

Nesse processo comunicativo, a escolha de um ou outro *saber* conduz a diferentes contextos no que se refere à estrutura da língua, como pretendemos demonstrar neste capítulo. Desse modo, para além de defender que o verbo *saber* serve à expressão não só do conhecimento e da informação, mas também da modalidade e da evidencialidade, objetivamos, por meio de um aparato teórico capaz de descrever o funcionamento da língua nos seus diferentes níveis, comprovar a distinção aqui proposta para os usos do verbo *saber* ancorando-nos em critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos. Nessa perspectiva, o modelo hierárquico em camadas da GDF possibilita que analisemos esses diferentes usos quanto ao alargamento do escopo do verbo em análise.

Demonstraremos a seguir os contextos pragmático-semânticos e morfossintáticos que envolvem a expressão do verbo *saber* como um verbo de múltiplas funções. Antes, porém, retomamos a tipologia proposta nesta pesquisa, apresentando os diferentes usos estabelecidos:

- **Cognitivo**

(96) Os professores naquela época tinha mais determinação mais interesse em... sei lá ensiná(r) em passá(r)... o que **sabiam** para os alunos.

(AC-133; RO: 432-433)

- **Informativo**

(97) 260 mil brasileiros **sabem** que têm HIV e não se tratam, diz ministério.

(Internet)⁵⁹

- **Modal Facultativo**

(98) Na minha casa ninguém **sabe** fazê(r) arroz soltinho né?

(AC-067; RP: 447)

- **Modal Epistêmico**

(99) A minha irmã atravessô(u) a velhinha... aí na ho::ra de me atravessá(r)... eu já tava trêmula de medo... porque eu **sabia** que aquilo ali num tinha segurança nenhuma.

(AC-100; NE: 44-47)

- **Evidencial Reportativo**

(100) **Soube** que você visitou o pintor. Mas ele não recebe ninguém. Como é que conseguiu?

(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Carvalho:Iniciais)

- **Evidencial Inferencial**

(101) O Léo gostava muito de você. Ele te poupava... eu **sabia quando ele gostava mesmo de alguém** porque desculpava, justificava, não era implacável como costumava ser com a maior parte das pessoas.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Amaral:Amigos)

- **Evidencial Dedutivo**

(102) Ela entrou apressada, acendeu a luz da sala, **sei**, pelo barulho, que nem tirou os sapatos como é de costume aqui em casa.

(Internet)⁶⁰

⁵⁹ <https://www.spdm.org.br/imprensa/noticias/item/2460-260-mil-brasileiros-sabem-que-tem-hiv-e-nao-se-tratam-diz-ministerio>

⁶⁰ <http://crduci.blogspot.com.br/>

Levando em consideração a multifuncionalidade expressa pelo predicado verbal *saber*, passamos, neste capítulo, à descrição detalhada desses usos. Para tanto, conforme apresentado no capítulo anterior, empregamos os seguintes critérios na análise dos dados, agrupados conforme atuação dos níveis da GDF:

- Critérios de ordem semântico-pragmática: 1) Valor semântico do verbo *saber*; 2) Natureza pragmático-semântica do complemento do verbo *saber*; 3) Referências a evidências explícitas no contexto;
- Critérios de ordem morfosintática: 5) Tipo estrutural do complemento do verbo *saber*; 6) Tipo de conector; 7) Correferencialidade de sujeitos; 8) Tempo modo do verbo *saber*; 9) Tempo modo da oração encaixada; 10) Número e pessoa do verbo modificado.

1. *Saber* cognitivo

Ao expressar posse e/ou aquisição de conhecimento, *saber* classifica-se como um verbo cognitivo. O falante, ao fazer uso do verbo *saber* com esse valor semântico, veicula um conteúdo do qual se apropriou por meio de um processo reflexivo-analítico, o que aponta para um maior grau de subjetividade do falante, conforme demonstram as ocorrências a seguir.

(103) Eu sei **matemática**, acredite que sei (se não acreditar, não vou perder o sono). E também sei **português**.

(Internet)⁶¹

(104) “Sei **da dificuldade que é colocar um time na Série A**”, afirma Gideão

(Internet)⁶²

⁶¹<https://aventar.eu/2013/09/13/sobre-o-aumento-das-40-horas-semanais-para-a-funcao-publica/>

⁶²http://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/futebol/nautico/1,204,18,98/2013/09/12/noticia_na_utico,26193/sei-da-dificuldade-que-e-colocar-um-time-na-serie-a-afirma-gideao.shtml

(105) Há 50 anos, os cientistas sabem **que as informações hereditárias contidas nos genes são constituídas pelo ácido desoxirribonucleico.**

(Internet)⁶³

Como cognitivo, o verbo *saber* pode ocorrer tanto em orações simples quanto em orações complexas. No caso das orações simples, a estrutura sintática em que esse conhecimento é veiculado pode ser um sintagma nominal (SN), como na ocorrência (103), em que o falante afirma ter conhecimento dos conteúdos de matemática e português, adquiridos por ele por meio de um processo subjetivo, ou um sintagma preposicional (SPrep), como na ocorrência (104), em que o falante afirma que, por causa do conhecimento tático que possui, é difícil colocar um time de futebol na série A.

Quando esse predicador ocorre em orações complexas, pode encaixar orações completivas, como em (105), em que o complemento de *saber* é introduzido por complementizador, ou orações relativas sem antecedente, como veremos mais adiante, em que o complemento é introduzido por proformas que representam uma unidade semântica (razão, tempo, modo, lugar etc.) cujo núcleo é ausente, mas geralmente equivalente a uma palavra genérica designativa do significado em questão. A ocorrência (105) acima expressa um uso cognitivo de *saber*, pois demonstra aquisição de conhecimento por parte do sujeito da oração, ou seja, demonstra uma apropriação subjetiva por parte dos cientistas no que se refere ao conhecimento sobre informações hereditárias contidas nos genes serem constituídas pelo DNA.

Nessas orações complexas, as sentenças ocorrem sempre na forma finita, sendo introduzidas por um conector específico para cada tipo de oração.

Nas construções completivas, por exemplo, uma vez que o complemento do verbo *saber* com uso cognitivo deve ser factual, pois corresponde a conhecimento sobre o mundo real, a única possibilidade é que seja introduzido pelo complementizador *que*:

⁶³ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/fovest/fo1505200318.htm>

- (106) Como a concentração de poluentes varia bastante ao longo do leito do rio, os técnicos sabem **que os resultados vão indicar a saúde do rio apenas em um trecho de poucos quilômetros.**

(Internet)⁶⁴

Nessa ocorrência, é possível notar que o complemento encaixado por meio da conjunção *que* refere-se a um conhecimento por parte do falante sobre determinada situação do mundo real. O referente do sujeito da oração matriz, com base em associações e reflexões acerca da qualidade da água, veicula um conteúdo factual (os resultados encontrados na amostra da água só indicarão possíveis poluentes em apenas um pequeno trecho do rio) que só pode ser introduzido pelo complementizador *que*.

A impossibilidade de se empregar a conjunção *se* para introduzir os complementos desse uso do verbo está relacionada à semântica desse complementizador. Por não ser capaz de instaurar realidades, reflexo de sua origem no português, o conector *se*, que encaixa conteúdos não-factuais, impossibilita construções que veiculam conhecimento, conteúdo necessariamente factual.

Além de poder encaixar orações introduzidas pelo complementizador *que*, o verbo *saber* pode encaixar orações introduzidas por pronomes. Nesses casos, embora haja semelhança estrutural, tais construções não são consideradas completivas e sim relativas sem antecedente. Vejamos as ocorrências, e possíveis paráfrases, a seguir:

- (107) A grande maioria delas são programadores e não analista de sistema ou seja... eles fazem aquilo que o cliente manda mas num sabem **o que** que eles estão fazen(d)o.
Num sabem as coisas que estão fazendo.

(AC-099; RP: 435-437)

- (108) Eu num CObro pelo que eu tô fazen(d)o e sim pelo conhecimen[to que] eu tenho... em saBÊ(r) **o que** que eu tenho que fazê(r).

[Eu cobro] pelo conhecimento que eu tenho em saber aquilo que eu tenho que fazer.

(AC-099; NR: 188-189)

⁶⁴ <http://mundoestranho.abril.com.br/saude/que-doencas-pode-pegar-uma-pessoa-que-cai-num-rio-poluido/>

Como podemos observar nas ocorrências acima, o complemento do verbo *saber* é um núcleo ausente que pode ser representado por uma palavra genérica. As paráfrases das ocorrências acima permitem verificar a típica construção relativa que envolve tais complementos. Esse tipo de construção não pode ser compreendido como uma interrogativa parcial encaixada, pois, conforme defendem Hengeveld e Mackenzie (2008), só podem ser consideradas interrogativas orações que, de fato, constituem um Conteúdo Comunicado, o que não é o caso dos argumentos do predicado *saber* em ilocuições afirmativas.

Dos possíveis pronomes que introduzem orações relativas sem antecedentes, o uso cognitivo tende a ocorrer com *como*, *por que* e *o que/qual*, pois correspondem a unidades semântico-funcionais capazes de indicar processo. Portanto, são compatíveis com *saber* cognitivo, que, necessariamente, envolve um conteúdo que se transforma em conhecimento por meio de um processo analítico-reflexivo. Em outras palavras, o que é sabido é resultado da análise por meio da razão e da lógica. Observem as ocorrências:

(109) Mas nem todo mundo sabe **como** rochas são formadas no corpo humano. (Internet)⁶⁵

(110) Não sei **por que** o Sol passa parte de seu tempo em um estado magneticamente quiescente, e se os mínimos de manchas solares ocorrem com uma regularidade que é suficiente para prever quando o próximo episódio pode ocorrer em repouso. (Internet)⁶⁶

Na ocorrência (101), o pronome *como* introduz um complemento correspondente ao modo (m) como determinadas rochas são formadas no corpo humano e, na ocorrência (102), o conectivo *por que*, formado por preposição mais pronome relativo, introduz um complemento

⁶⁵ <http://medical-best-help.com/pt/pages/692217>

⁶⁶ <https://sandcarioca.wordpress.com/2012/02/17/manchas-solares-eo-clima/>

correspondente à razão (r) pela qual o sol passa parte de seu tempo em um estado magneticamente quiescente, ambas unidades do Nível Representacional.

As ocorrências até então apresentadas elucidam uma outra característica morfossintática do uso de *saber* cognitivo. Uma vez que tal uso veicula um conhecimento adquirido, é improvável que o sujeito da oração encaixada seja o mesmo da oração matriz. Há, ainda, uma tendência de o sujeito da oração encaixada carregar traço inanimado ou não humano, já que seu conteúdo, muitas vezes, é o próprio conhecimento assimilado. Portanto, *saber* cognitivo não apresenta correferencialidade de sujeito.

No que se refere aos demais aspectos morfossintáticos presentes nos critérios de análise, foi possível observar que, além de não haver restrição quanto a número e pessoa do verbo, não há também restrição de tempo-modo do verbo *saber*, seja nas orações simples seja nas complexas. Quando o verbo da oração encaixada ocorre no presente do indicativo, o conhecimento é entendido como uma verdade atemporal. A necessidade de respeitar as correlações de tempo-modo entre as orações matriz e encaixada pode determinar algumas restrições, não relacionadas à semântica do verbo *saber*, como, por exemplo, quando o verbo da oração matriz está conjugado no pretérito imperfeito, restringindo, portanto, o verbo da encaixada a alguns tempos verbais específicos:

(111) Os pesquisadores já **sabiam** que as moléculas de água originadas em diferentes locais do Sistema Solar **têm** diferentes proporções de deutério em sua composição.
(Internet)⁶⁷

(112) Alguns **sabiam** que as moléculas **eram** pequenas e componentes básicos da matéria, mas não além disso.
(Internet)⁶⁸

⁶⁷ <http://veja.abril.com.br/ciencia/agua-da-lua-tem-a-mesma-origem-que-a-da-terra/>

⁶⁸ <http://genereporter.blogspot.com.br/2010/07/>

Na ocorrência (111), como o pretérito imperfeito do indicativo tem como momento de referência o mesmo ponto que o momento do acontecimento (ou seja, MR = MA), simulando, assim, um presente no passado, o verbo da oração encaixada deve ser conjugado em um tempo que permita uma interpretação semanticamente coerente da sentença, o que ocorre com o presente, empregado nessa ocorrência, o futuro do presente, o futuro do pretérito e o próprio pretérito imperfeito, como ocorre em (112). A escolha pelo presente sugere que a informação veiculada indica uma verdade atemporal, diferentemente do que ocorre em (112), em que o falante destaca, ao fazer uso do pretérito imperfeito, o momento passado da descoberta, não interessando a ele, portanto, trazer aquele conhecimento como atemporal.

2. *Saber* informativo

De forma diferente do uso cognitivo, o verbo *saber* é classificado como informativo quando expressa posse e/ou aquisição de informação, ou seja, quando o falante veicula um conteúdo exterior a ele, algo que pode ser armazenado e que não requer envolvimento em um processo analítico. A informação, que apresenta grau menor de subjetividade quando comparada ao conhecimento, é algo que está pronta e disponível ao falante, conforme notamos na ocorrência abaixo:

(113) Você **sabe o horário** das barcas? Nazaré tornou a pensar.
(Narrativa Oral; 19:Fic:Br:Queirós:Galo)

Tal definição é corroborada quando se observa a natureza pragmático-semântica do complemento do verbo *saber*, que, diferentemente de *saber* cognitivo que só aceita proposição

como complemento, pode expressar um estado de coisas (114), uma proposição (115) e um episódio (116). Conforme afirmado anteriormente, o conhecimento só pode ser expresso em um conteúdo proposicional; entretanto, é possível ter informação sobre a ocorrência de determinado evento. A unidade semântico-funcional expressa por *saber* apresenta-se, portanto, como um critério relevante para a distinção de um uso cognitivo e de um uso informativo.

(114) Não descobrimos o nome, mas sabemos **da reunião** porque ela aconteceu no mesmo dia em que dirigentes do todo o país estavam no Rio pro sorteio da Copa do Brasil.
(Internet)⁶⁹

(115) o padrasto só que::... que trabalha... chegava em casa... batia nela... ameaçava de batê(r) na M. L.... então ela ficava com medo... – “ele nunca encostô(u) a mão nela” – DISse a mãe... a gente não sabe **dos fatos...** mas a menina... se fechô(u)... chegô(u) agora no final do ano era um caso de reprova...
(AC-086; RO: 670-673)

(116) Assim, é possível que algumas das composições de Wolfgang sejam dela. Também sabemos **que** quando ele estava em Londres, trabalhando sobre sua primeira sinfonia, **ela escreveu tudo e fez os arranjos orquestrais para ele.**
(Internet)⁷⁰

Na ocorrência (114), o conteúdo que complementa o verbo *saber* – ‘a reunião’ – configura-se como um estado de coisas, pois pode ser localizado no tempo e no espaço e ser avaliado somente em termos de sua realização. Em (115), o complemento do verbo *saber* não mais se refere a um evento e sim a um constructo mental – ‘os fatos’ –, que não pode ser localizado nem no tempo nem no espaço, portanto, só pode ser avaliado em termos de sua verdade/falsidade. A ocorrência (116) exemplifica uma construção em que *saber* encaixa episódio, um conjunto semanticamente coerente de estados de coisas (‘escreveu tudo’ e ‘fez os arranjos orquestrais’).

⁶⁹ <http://jbfilhoreporter.final.com.br/2015/08/06/mais-sobre-a-demissao-de-aguirre-e-a-contratacao-do-novo-tecnico-do-inter/>

⁷⁰ http://www.huffpostbrasil.com/2015/11/25/mozart-irma-talentosa-_n_8648926.html

As ocorrências acima demonstram também quais os tipos estruturais possíveis que ocorrem como complemento do verbo *saber*: sintagma nominal, em (113); sintagma preposicional, em (114) e (115); e oração, em (116).

As orações subordinadas com o uso informativo também podem ser completivas ou relativas sem antecedente, em ilocuções afirmativas, assim como ocorre com o uso de *saber* cognitivo. A diferença, entretanto, é que, por se tratar de um conteúdo menos subjetivo e que não requer do falante um processo reflexivo-analítico, o complemento de *saber* informativo pode ser introduzido por todos os tipos de pronomes relativos. As ocorrências a seguir demonstram algumas dessas possibilidades:

- (117) Não tenho nada a esconder, o governo sabe **quanto** eu ganho, meu gerente do banco infelizmente também, inclusive todos os outros bancos devem saber também, porque desde de que comecei a trabalhar não para de aparecer cartas de cartão de crédito aqui em casa.

*O governo sabe **tudo quanto** eu ganho.*

(Internet)⁷¹

- (118) Os bonzinhos... que:: que os direitos humanos defendem... aqui::... os bandidos:: têm direitos... defendidos... os bons... até hoje ninguém sabe **quem** matô::(u)::...

*Ninguém sabe **a pessoa que** matou.*

(AC-147; DE: 165-166)

- (119) Eu subi a escadaria né? da da Estação da Luz... co/ com o endereço do do da minha tia no BOLso da camisa... e:: nem sabia **onde** que era o ponto de ônibus..

*Eu nem sabia **o lugar onde** que era o ponto de ônibus.*

(AC-129; NE: 19-20)

Conforme podemos verificar, o alvo do *saber* recai, nas ocorrências acima, não sobre o estado de coisas, mas sim sobre a unidade semântico-funcional representada pelo pronome. Em (117), notamos que o estado de coisas é sabido, apenas a quantidade não é informada, assim, a entidade representada é a de quantidade ('O governo sabe **quanto** eu ganho'). Do mesmo modo,

⁷¹ <https://queroficarrico.com/blog/2009/06/16/pague-impostos-e-ganhe-dinheiro/>

nas ocorrências (118) e (119), o estado de coisas é sabido, mas o indivíduo (‘Ninguém sabe **quem** matou’) não é informado em (118) e, em (119), não se informa o lugar (‘Nem sabia **onde** era o ponto de ônibus’).

Das ocorrências até então apresentadas nessa seção, notamos que o uso informativo de *saber* pode apresentar complemento introduzido por preposição (caso de SPrep), por pronomes relativos (caso das relativas sem antecedente) e por complementizador (caso das completivas) ou complemento ligado diretamente ao verbo (caso de SN).

O tipo de conector especificamente nas orações completivas é mais um traço relevante para a distinção entre *saber* cognitivo e *saber* informativo. Uma vez que o conhecimento deve ser factual, apenas a conjunção *que* é permitida com o uso cognitivo, no entanto, ao veicular uma informação, o verbo *saber* não precisa ser complementado por um conteúdo factual, por isso é possível que *saber* informativo seja introduzido tanto pelo complementizador factual *que* quanto pelo complementizador não-factual *se*. Vejamos as seguintes ocorrências, que exemplificam esses usos informativos:

(120) Nós sabemos **que** o jornalismo remunera mal, mas mesmo assim as pessoas insistem em trabalhar nesse ramo da fotografia.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Web)

(121) Os 26 estivadores retirados dos navios foram colocados num ônibus da PF e não se **sabe se** já foram levados para Santos.

(Artigo de Jornal; 19N:Br:SCat)

Na ocorrência (120), o conector *que* introduz um conteúdo factual, ou seja, o falante entende a informação ‘o jornalismo remunera mal’ como sendo verdadeira; já em (121), a informação veiculada é apresentada pelo falante como não-factual, ou seja, não é pressuposta como verdadeira nem como não verdadeira.

No que se refere ao critério ‘correferencialidade de sujeitos’, observamos que tal critério parece não ser relevante para a classificação de *saber* informativo, uma vez que todas as combinações são possíveis: sujeitos idênticos e sujeitos diferentes. A semântica do verbo *saber* com uso informativo permite que a oração encaixada tenha sujeito animado ou sujeito inanimado, diferentemente do que ocorre com *saber* cognitivo, que só aceita sujeito inanimado na completiva.

(122) Eu moro em São Paulo, estudo lá, mas o que sempre nos uniu foi saber que podemos contar uma com a outra e, mesmo de longe, **ela sabe que pode me procurar.**
(Internet)⁷²

(123) **Sabemos** que a inflação reduz o poder aquisitivo do nosso povo.
(Narrativa Oral; 19Or:Br:LF:Recf)

Como podemos notar nas ocorrências acima, os sujeitos das orações subordinadas podem ser correferenciais, como em (122), ou não, como (123). A ocorrência (122) exemplifica um complemento, cujo sujeito animado é o mesmo da oração matriz. Já a ocorrência (123) apresenta uma oração completiva com sujeito inanimado e, como consequência, diferente do sujeito da oração matriz. Como a correferencialidade de sujeitos é indiferente nesses casos, tal critério se mostra irrelevante na expressão do verbo *saber* com uso informativo.

Conforme discutido nesta seção, é possível constatar que, no que se refere ao uso de *saber* informativo, há um contexto morfossintático menos cristalizado. Quanto aos critérios tempo-modo do verbo *saber* e do verbo da oração encaixada e o critério número-pessoa do verbo modificado, verificamos que não há nenhuma restrição de tempo-modo, nem no verbo encaixador, nem no verbo da oração encaixada, assim como não há restrição quanto à pessoa e ao número do encaixador, conforme se nota a seguir.

⁷² <http://www.ortoblog.com/exclusivo-alina-silva-prima-da-bbb-adriana-santana-e-entrevistada-pelo-ortoblog/>

(124) Assim a gente sabe que o ‘não’ **ganhô(u)** tudo.
[Falavam sobre o referendo do desarmamento]

(AC-131; RO: 231)

(125) Tem casos também de pessoas que sabe que a criança **vai nascê(r)** com deficiência.
(AC-072; RO: 631-632)

(126) A gente tem que trabalhá(r) agora porque no futuro a gente num sabe o que **vai acontecê(r)**.

(AC-130; RO: 435)

Sendo a informação algo mais objetivo, *saber* informativo não se prende à semântica de nenhum tempo verbal, podendo, portanto, ser conjugado em todos os tempos do indicativo. Em (124), por exemplo, o verbo encaixador poderia estar no pretérito perfeito (‘a gente **soube** que o não ganhou tudo’), pretérito imperfeito (‘a gente **sabia** que o não ganhou tudo’), pretérito mais-que-perfeito (‘a gente **tinha sabido** que o não ganhava tudo’), futuro de presente (‘a gente **saberá** que o não ganhou tudo), futuro do pretérito (‘a gente **saberia** que o não ganhou tudo...’). Alterando o tempo, não alteramos o significado do verbo, que continua expressando informação adquirida. A mudança relaciona-se à semântica de anterioridade, simultaneidade e posterioridade de cada tempo verbal. O mesmo se verifica quanto (i) ao modo subjuntivo (**saiba, soubesse, souber**), que, mesmo trazendo ao contexto enunciativo um mundo de possibilidades, não modifica o sentido informativo de *saber*, e (ii) ao número e à pessoa do verbo: a informação continua sendo veiculada independentemente de alteração nessas categorias.

3. *Saber* modal facultativo

Com valor de modal facultativo, *saber* descreve “a capacidade de um participante para se envolver em um tipo de estado de coisas designado pelo predicado” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), como notamos nas ocorrências abaixo:

(127) Num **sei jogá(r)** dama.

(AC-065; RP: 271)

(128) Meu pai não **sabia nadá(r)** ele/ esse senhor pulô(u) no rio e:: salvô(u) éh... ele tava/ tava se afogando.

(AC-083; NR: 110-111)

A descrição dada pela GDF para esse tipo modal deixa claro que a natureza pragmático-semântica do complemento do verbo *saber* é sempre um estado de coisas. Assim, as ocorrências (127) e (128) demonstram a não capacidade de o falante realizar o evento de jogar dama, na primeira, e de o sujeito da oração matriz se envolver no evento de nadar. No que se refere às camadas do Nível Representacional da GDF, duas observações são necessárias: a primeira relaciona-se ao fato de que, ao expressar um significado facultativo, o escopo do verbo *saber* será sempre voltado para o participante e, por isso, deve ser alocado na camada da propriedade configuracional; a segunda, por sua vez, relaciona-se ao tipo de complemento encaixado em um *saber* facultativo, que será sempre um estado de coisas, visto que só é possível ser um participante de um estado de coisas.

Também é possível notar, a partir das ocorrências acima, que, com esse uso, o complemento de *saber* é sempre um sintagma verbal (SV), ou seja, é sempre uma oração não-finita e, portanto, sem a presença de qualquer complementizador.

A respeito da estrutura de encaixamento desse predicado, Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2016 [2008], p.74), ao descreverem as construções subordinadas substantivas no

português, excluíram do *corpus* ocorrências como essa, dado seu caráter já cristalizado, visto que seu significado e sua configuração se aproximam de auxiliares, rumo à formação de perífrases modais que codificam um único estado de coisas. Justificam, assim, a exclusão:

Uma das razões pelas quais não se justificaria uma análise desses casos em termos de *predicado matriz + sentença não-finita* é que, numa tal análise, seria preciso falar em correferencialidade entre os sujeitos da matriz e da encaixada como um fator responsável pela forma não-finita da sentença, e nunca haverá, nesses casos de *quase-auxiliaridade*, dois sujeitos que possam ser correferenciais, mas apenas um sujeito, ao qual se relaciona o único estado-de-coisas codificado pela construção (GONÇALVES; SOUSA; CASSEB-GALVÃO, 2016 [2008], p.74, grifo dos autores).

Uma vez que os autores se dedicam a estudar o comportamento do predicado matriz e seus complementos, é relevante para eles a exclusão, entretanto, para fins desta pesquisa, dado seu objetivo de descrever o verbo *saber* como um verbo de múltiplas funções no português, elencar suas características enquanto verbo modal facultativo, mesmo apresentando um uso ‘quase-auxiliar’, conforme afirmam os autores, é importante. A particularidade que o uso facultativo desse verbo apresenta nesta pesquisa relaciona-se ao fato de não poder ser considerado como um verbo encaixador, justamente por carregar esse traço de ‘quase-auxiliaridade’, não podendo, portanto, ser alocado lado a lado com os outros usos qualificadores que *saber* exerce na língua.

Assim, orações em que o verbo *saber* expressa um uso modal facultativo têm sempre como complemento semântico estados de coisas e são do tipo ‘predicado matriz *saber* + sentença não-finita’, ou seja, *saber* facultativo apenas compõe predicados, não podendo ser o próprio predicado, como é possível notar em (129) e (130).

(129) Durante dias eu me preparei para aquele encontro, durante dias eu me preparei para falar de amor e do amor que eu sentia por ela. Não rolou! Eu **não soube falar de amor, não soube explicar aquela sensação** que tomava conta do meu ser.

(Internet)⁷³

⁷³ <https://frasespoemaseoutros Pensamentos.blogspot.com.br/2013/07/eu-nao-soube-falar-de-amor.html>

(130) Ele era muito parado... ele **sabia trabalhá(r)** conhecia bem a profissão mas num tinha:... éh:: iniciativa nenhuma...

(AC-099; NE:15-16)

No que se refere à expressão de tempo e modo, por se tratar de um caso de ‘quase-auxiliaridade’, apenas o verbo *saber* pode receber marca de tempo-modo, o que ocorre sem restrição. O mesmo pode ser observado quanto aos critérios de número-pessoa. As ocorrências a seguir ilustram o uso do subjuntivo:

(131) O barulho é horroroso - se eu **soubesse** fazer até eu imitava.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:LF:Recf)

(132) E as coisas que ocorrem no Brasil são um prato cheio para um autor que **saiba** escrever.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

(133) Só posso ser ministro na medida em que **souber** cumprir a programação financeira do ministério.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

É possível notar que tais critérios (tempo-modo e número-pessoa) não são relevantes para a distinção dos usos de saber. Pelo fato de a estrutura morfossintática ser sempre a mesma (*saber* + infinitivo do verbo), o primeiro verbo dessa construção pode receber todas as flexões de tempo-modo e número-pessoa sem alterar seu sentido facultativo.

4. *Saber* modal epistêmico

Outro uso já previsto do verbo *saber* refere-se à expressão da modalidade epistêmica. A ocorrência seguinte demonstra um possível sentido avaliativo desse verbo encontrado em nosso *corpus*. Ao enunciar sentenças como (134), o falante se compromete com relação à veracidade

do conteúdo expresso na proposição e, ao qualificar seu enunciado ‘muita gente conhece a Praia Grande’ como certo, responsabiliza-se por essa avaliação.

(134) Bom, essa praia a Praia Grande eu **sei** que muita gente conhece... já era bonita e agora tá mais.

(AC-124; DE: 109-110)

Por se tratar de um conteúdo que reflete a avaliação do falante, o complemento do verbo *saber* com uso modal epistêmico só pode ser representado por uma proposição. Não é possível que um verbo com natureza subjetiva-avaliativa encaixe um conteúdo que não se refira a um constructo mental, avaliado em termos de verdade.

A análise dos aspectos morfossintáticos que envolvem o uso de *saber* como modal epistêmico exigiu atenção para algumas restrições morfossintáticas. A primeira delas está relacionada ao tipo estrutural do complemento, que só pode ser uma oração completiva. A segunda relaciona-se ao fato de não ser possível, dado o caráter performativo dos modalizadores subjetivos, marcar um comprometimento com a verdade da proposição estando o modalizador sob escopo da categoria de tempo, da negação e da interrogação, conforme discussão apresentada no capítulo 1. Segundo Verstratete (2001), a modalidade subjetiva e a modalidade objetiva podem ser diferenciadas com base em um princípio funcional básico: a performatividade modal, que expressa uma posição de comprometimento particular com relação ao conteúdo proposicional do enunciado. Estando a avaliação ligada ao falante e ao seu contexto de enunciação, há também a impossibilidade de ocorrência da modalidade epistêmica com a não primeira-pessoa. Os usos subjetivos dos predicadores modais, portanto, restringem-se à primeira pessoa, uma vez que a avaliação feita de determinada proposição precisa necessariamente passar pelo crivo do falante e estar, nesse sentido, também ligada ao tempo presente da enunciação.

Não utilizando a nomenclatura de performatividade modal, mas de forma compatível com essas ideias, Hengeveld (1989) afirma que, por estar localizada fora da proposição, e, por isso, não poder ser negada ou questionada, a modalidade subjetiva está fora também do escopo do tempo. O autor defende que, mesmo sendo possível receber uma forma verbal de passado, essa forma não faz referência temporal, apenas expressa um grau menor de comprometimento por parte do falante.

Considerando esse aspecto, é possível afirmar que uma especificidade de *saber* epistêmico é estar necessariamente ligado ao momento presente da enunciação. Assim, no que se refere ao critério tempo-modo do verbo da oração principal, o predicador *saber* restringe-se a contextos específicos. Já, quanto à oração encaixada, não há restrição quanto ao uso dos diferentes tempos; há apenas restrição quanto ao modo, que, assim como para o verbo encaixador, só ocorre no indicativo, fato justificado pelas restrições combinatórias, na sentença matriz, do uso de tempos verbais relacionados ao momento da fala. A respeito dessa referência temporal, Gonçalves, Souza e Casseb-Galvão (2016[2008]) afirmam:

Comentários e julgamentos têm referência temporal simultânea ao momento da enunciação, mas a referência temporal da sentença encaixada pode ser simultânea (presente), anterior (passado) ou posterior (futuro) à referência temporal da matriz, uma vez que o valor de verdade da sentença-complemento está “pressuposto”, independentemente da referência temporal matriz (GONÇALVES; SOUSA; CASSEB-GALVÃO, 2016 [2008], p. 111)

Ainda em relação à questão do escopo do tempo verbal, observemos as seguintes ocorrências:

- (135) Escute, Fininho, eu **sei** que você nunca faria uma coisa contra a sua consciência.
- Mentiroso – disse Delfino, ameaçando-o com o indicador, como se falasse a um menino travesso.

(Narrativa Ficcional; 19:Fic:Br:Callado:Madona)

- (136) Sempre tive a necessidade de desenvolver o meu trabalho pessoal movido pelo desejo, não pela necessidade. Desde o começo, **sabia** que meu caminho na fotografia passava por um trabalho mais autoral.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

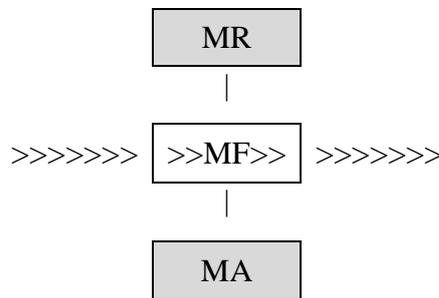
Nessas ocorrências, o falante expressa sua avaliação de certeza com relação ao conteúdo que veicula em seu enunciado, seja com o verbo conjugado no presente, seja no pretérito imperfeito do indicativo. O uso passado da forma verbal, conforme mencionado acima, é previsto por Hengeveld (1989); para o autor, esse uso serviria para minimizar o comprometimento do falante em relação a seu enunciado. A análise das ocorrências de *saber* epistêmico com o passado, que só pode ser imperfeito, pode ser explicada pela organização dos momentos estruturais desse tempo, que leva o falante a contemplar o evento a partir de uma perspectiva passada, e não a partir da perspectiva da enunciação, como ocorre com o presente.

O filósofo e lógico Hans Reichenbach (1947), influenciado pela noção de referência utilizada na Teoria da Relatividade Especial (TRE), proposta por Einstein, formulou uma teoria de tempo relativo que apontava para a relevância de três momentos estruturais na descrição do tempo: o momento da fala ou da enunciação (ME), o momento do evento ou do acontecimento (MA) e o momento de referência (MR). O primeiro marca o momento da realização do ato de fala, o segundo trata do momento da realização do estado de coisas, e, por fim, o momento de referência refere-se a um intervalo de tempo em que falante transmite ao ouvinte a perspectiva de tempo na contemplação do momento do evento. Para o autor, que introduziu a noção de ponto de referência, todos os tempos gramaticais eram organizados com relação a esses três momentos. É esse momento de referência, essa perspectiva de tempo para contemplar o ME, que restringe a expressão da modalidade com o verbo *saber* epistêmico ao presente ou ao passado imperfeito.

Deprendemos das ocorrências analisadas que o tempo característico do verbo *saber* epistêmico não é restrito ao presente, mas sim relacionado ao presente. Quando no tempo

presente, o verbo *saber* toma como referência o próprio ato da enunciação; quando no pretérito imperfeito, o verbo *saber* toma como referência o momento de ocorrência do evento, e a avaliação que ele expressa é entendida como simultânea ao acontecimento do evento, criando um simulacro de um “momento da enunciação no passado”. Os esquemas abaixo ilustram essas diferentes perspectivas:

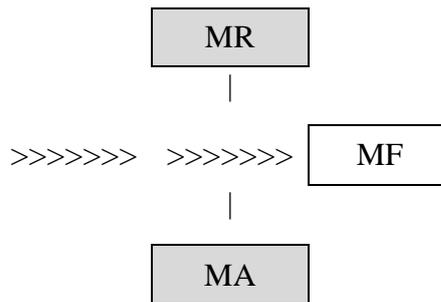
(127a) eu **sei** que você nunca faria uma coisa contra a sua consciência.



(MA, MF, MR)

(Narrativa Ficcional; 19:Fic:Br:Callado:Madona)

(128a) Desde o começo, **sabia** que meu caminho na fotografia passava por um trabalho mais autoral.



(MA, MR – MF)

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

Ambos os tempos, presente do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo, na construção dos momentos estruturais, têm o momento de referência (MR) simultâneo ao momento do evento ou acontecimento (MA), sendo os únicos tempos do indicativo em que MR = MA. Tal estruturação se reflete na semântica do pretérito imperfeito, entendido com um

presente no passado. Nesse contexto, argumentamos que a modalidade epistêmica com o verbo *saber* só ocorre em estruturas em que a perspectiva de contemplação do evento (MR) seja simultânea ao próprio evento.

Ainda relacionado à natureza performativa modal, o *saber* epistêmico só pode ser expresso pela primeira pessoa do discurso, já que, como esse verbo indica a fonte do saber, ao apresentar uma avaliação subjetiva com relação à indicação desse saber, só é possível que o falante construa seu enunciado em primeira pessoa, comprometendo-se fortemente com a verdade de sua proposição. Esse tipo de comportamento do modal epistêmico permite demonstrar que distinções gramaticais relacionam-se a distinções semânticas, no sentido de que, conforme afirma Verstraete (2001), modalizadores subjetivos performatizam uma avaliação desempenhada pelo falante, resultando em consequências para o comportamento sintático dos itens modais.

Como a avaliação subjetiva pode ser feita sobre proposições relacionadas a outras pessoas, é possível que o sujeito da encaixada seja diferente do sujeito da matriz (primeira pessoa), não apresentando, necessariamente, correferencialidade de sujeito. Abaixo, apresentamos ocorrências em que oração matriz e oração completiva podem ou não compartilhar o mesmo sujeito.

- (137) Não sei por que cargas d' água meu avô não queria saber desse casamento, porém meu bisavô - o Joaquim, Joaquim Cavalheiro - insistiu e disse pra o genro: “Arlindo, se você não fizer esse casamento eu faço, primeiro porque eu conheço o rapaz, sei das qualidades dele, **sei que ele é um homem de verdade**, e além disso **sei que a Júlia gosta do rapaz**, os dois se amam, então, pra que que você vai impedir?” Então meu avô, quando viu a situação, ele consentiu o casamento. Não sei se por isso ou simplesmente pra evitar um choque de sons, ficaria muito desagradável minha mãe assinar Júlia Alves Chaves, então minha mãe assina exclusivamente Júlia Chaves, daí o meu avô jamais se conformou com isso.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:LF:SP)

(138) Eu sou apenas um militante da Frente Ampla, a coligação da esquerda uruguaia, nada mais que isso. Mas não quero cargo nenhum de dirigente político nem quero ser um pensador de ideologias. Hoje **sei que não tenho vocação para a política**: não sou bom orador, não sei improvisar.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

Em (137), há várias ocorrências do verbo *saber*. As duas em destaque, “Sei que ele é um homem de verdade” e “Sei que a Júlia gosta do rapaz”, e também a oração em (138), “Sei que não tenho vocação para a política”, indicam o comprometimento do falante com a verdade do enunciado.

A pessoa do verbo *saber* é um critério relevante para a distinção entre *saber* epistêmico e *saber* cognitivo. Nas ocorrências acima, a primeira pessoa do singular marca um comprometimento do falante com a verdade de sua proposição, entretanto, ao mudarmos a pessoa, o verbo *saber* deixa de expressar modalidade epistêmica e passa a veicular, a depender do grau de envolvimento do falante, conhecimento ou informação. Se alterarmos a pessoa verbal da ocorrência “**Sei** que a Júlia gosta do rapaz”, cuja leitura é epistêmica, por exemplo, a leitura passa a ser de informação, uma vez que apenas se veicula, objetivamente, um conteúdo externo ao falante, conforme se nota: “Fulano **sabe** (tem a informação de) que a Júlia gosta do rapaz”.

Além dos usos destacados em (137), em que o tipo de complementizador empregado para introduzir as proposições avaliativas é *que*, destacamos também um uso epistêmico em que o complementizador que introduz a oração subordinada é a conjunção integrante *se*, como podemos notar na ocorrência recortada de (137), reproduzida em (139):

(139) **Não sei se** por isso ou simplesmente pra evitar um choque de sons, ficaria muito desagradável minha mãe assinar Júlia Alves Chaves.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:LF:SP)

Todas as ocorrências epistêmicas de *saber* referem-se a uma avaliação atitudinal que implica a descrição de um constructo mental, podendo ser factual, quando o complemento é introduzido pelo conector *que* (140), ou não-factual, quando introduzido por *se* (141).

(140) Agora sei **que me ama de fato**. O resto não importa.
(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Carvalho:Somos)

(141) Eu se fosse pra mim morá(r) eu num sei **se eu conseguiria hoje... morá(r) num lugar desses**.
(AC-071; DE:189-190)

Nas ocorrências acima, quando o complemento oracional de *saber* é introduzido pelo complementizador *que*, a proposição ('me amar de fato') é avaliada pelo falante e assumida pelo ouvinte como verdadeira, ao passo que, quando o complemento de *saber* é introduzido pela conjunção *se*, a proposição ('conseguir hoje morar num lugar desses) não é avaliação nem como verdadeira, nem como falsa. Essa é a diferença do valor pressuposicional do conteúdo da encaixada instaurado quando a oração é introduzida por essas duas conjunções.

Essa estrutura de *saber* epistêmico com complemento não-factual da expressão *não saber se* será discutido mais detalhadamente em uma seção específica mais adiante, uma vez que os limites entre um *saber* informativo e um *saber* epistêmico, nessa expressão, não parecem ser muito simples.

5. *Saber* evidencial reportativo

O predicado verbal *saber* também apresenta um uso reportativo, ou seja, indica que o falante está passando uma informação que lhe foi passada por outros, portanto, a natureza pragmático-semântica da construção encaixada é sempre de Conteúdo Comunicado (C). Esse

relato produzido pelo falante é exposto sempre em oração complexa na forma finita. Além disso, por reportar conteúdo informacional considerado como fato, *saber* reportativo requer sempre complementizador factual *que*, como mostra (134).

(142) Estado – **Soube que** em sua recente visita ao Peru, o senhor andou levantando informações sobre a situação da imprensa naquele país e saiu de lá preocupado. Poderia falar alguma coisa sobre o que está ocorrendo?

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

Em (142), a interpretação de *saber* como reportativo advém do fato de ele ser capaz de evocar um Conteúdo Comunicado (a pessoa do interlocutor ter andado levantando informações sobre a situação da imprensa no Peru...) originado em uma situação comunicativa anterior em que o falante, na qualidade de ouvinte, tomou conhecimento de tal conteúdo que agora comunica ao seu ouvinte na situação comunicativa corrente. Tal entendimento pode ser mais bem esclarecido ao observarmos uma paráfrase de (134):

(142a) **Alguém me contou que**, em sua recente visita ao Peru, o senhor andou levando informações sobre a situação da imprensa naquele país.

A paráfrase (142a) permite compreendermos que, do mesmo modo que as orações completivas de verbos *dicendi*, como *perguntar*, *dizer*, *contar*, podem ser consideradas, de acordo com a proposta da GDF, equivalentes a um Conteúdo Comunicado, uma unidade do Nível Interpessoal, o verbo *saber*, quando indica evidencialidade reportativa, também encaixa uma oração equivalente a um Conteúdo Comunicado.

O uso reportativo do verbo *saber* pode indicar uma fonte definida, conforme ocorrência (143), ou indefinida, conforme ocorrências (144) e (145):

(143) Você sabia que o pai do Leo se matou também? - Flora sussurrou a Bia. - Não. – Eu soube **pela Lena**, você acredita? O Leo nunca me disse que o pai se matou - disse Flora magoada.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Amaral:Amigos)

(144) Queremos batizar nossos filhos. **Soubemos** que o senhor é padre.

(19:Fic:Br:Olinto:Sangue)

(145) **É mais do que sabido** que os sistemas de segurança dos bancos, pelo browser, exigem a instalação de módulos de segurança.

(Internet)⁷⁴

O *saber* reportativo de fonte indefinida pode indicar que a informação relatada é baseada em uma fonte identificável pelo falante, porém não definida, como em (144), em que não há menção à fonte da informação, ou apresentar um relato que toma como base informações de amplo conhecimento em uma dada comunidade, como em (145), em que a fonte original da informação não está mais disponível ao falante.

Esse uso apontado em (145) pode expressar um conteúdo tido como compartilhado por falante e ouvinte, por se tratar de informação amplamente acessível a determinada comunidade. Tal subtipo, exemplificado com as ocorrências (145) e (146), foi descrito por Dall’Aglio-Hattner (2001; 2007) e Vendrame (2005; 2009) sob o rótulo de *evidencialidade assumida como de domínio comum*.

(146) O mais grave deles [problemas de trânsito na porta das escolas] é certamente o que diz respeito à segurança dos estudantes, pois nem sempre há policiamento de trânsito nessas áreas e, **como se sabe**, nossos motoristas só obedecem as normas de trânsito quando há polícia por perto.

(Narrativa Oral; 19N:Br:Bahia)

⁷⁴ <https://www.facebook.com/bancodobrasil/posts/1237990569556143>

A respeito do evidencial de *domínio comum*, subtipo da evidencialidade relatada, Vendrame, estabelecendo um paralelo com a tipologia apresentada por Botne (1997 apud VENDRAME, 2009, p.235), questiona o modo de obtenção da informação veiculada por meio desse evidencial. Para a autora, é difícil precisar como o falante obteve essa informação, uma vez que, além de relato, sua aquisição pode ter ocorrido por meio de leituras ou outros meios, definição que, para esse uso evidencial em específico, não faz diferença, visto que seu uso tem como intenção maior destacar que determinada afirmação é de conhecimento de uma dada comunidade, configurando-se, portanto, do ponto de vista do falante, como verdade incontestável, independentemente do modo como a informação foi adquirida.

Mesmo com esse desaparecimento da indicação da fonte do saber, usos como os de relato de *domínio comum* apresentam marcas morfológicas, como o reforço da voz passiva e a presença de intensificadores como *mais* e *todos* (*Todos sabem; é mais que sabido;*), conforme demonstrado por Dall’Aglío-Hattner (2001; 2007), que asseguram seu uso como reportativo. Esse recurso é empregado com a intenção de tornar o enunciado mais convincente, como se o falante recorresse a um argumento de autoridade.

Como demonstramos em trabalho anterior (KAPP, 2013), a subespecificação do evidencial reportativo é comum em línguas que marcam morfológicamente a categoria de evidencialidade. A língua mamaindê (EBERHARD, 2009), por exemplo, subdivide o conteúdo reportado em *reportado de segunda mão* e *reportado de terceira mão*; a língua jamamadí (CAMPBELL, 1977b) distingue a reportatividade em *relatada por testemunha ocular* e *relatada por testemunha não-ocular*; já a língua wanano (STENZEL, 2004) expressa dois dos tipos de evidencialidade reportativa propostos por Dall’Aglío-Hattner (2007): *evidencialidade relatada de fonte definida* e *evidencialidade relatada de fonte indefinida*.

Ao contrário do que ocorre com as línguas que têm marcas gramaticais específicas para diferenciar esses usos, os subtipos reportativos expressos pelo verbo *saber* devem ser

diferenciados por outros meios (o uso da passiva em construções de reportatividade de *domínio comum*; a explicitação da fonte – por Fulano –, por exemplo, combinado a outros fatores, conforme apresentados aqui).

Como pudemos notar nos dados, a ocorrência de *saber* reportativo, no que se refere ao critério tempo-modo, apenas é possível no passado perfeito do indicativo (148) e no presente do indicativo (147), mas, neste último caso, a fonte da informação deve estar explícita, pois, caso contrário, esse tipo de predicado seria semanticamente classificado como informativo.

(147) Do Graça [Aranha] não o há ainda cartas, mas **sei** pelo sogro que chegou bem.
(Narrativa Escrita; 18:Machado:Epistolário)

(148) Quando **soube** que ia receber o Fortabat, retirei minha candidatura do Planeta.
(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

Com base em (147) e (148), é possível notar que, quando o tempo do verbo encaixador é passado, não há a necessidade de explicitar a fonte da informação. Isso ocorre porque uma informação recebida necessariamente está relacionada a uma situação télica, por isso é possível entender que, quando *saber* está conjugado no passado perfeito (tempo prototípico da marcação quantitativa do aspecto télico) e na primeira pessoa do singular (conforme restrições características da categoria evidencial), seu complemento oracional pode representar um Conteúdo Comunicado.

É necessário, assim, respeitar as restrições de número-pessoa referentes a enunciados evidenciais, conforme discutimos no capítulo 1. A evidencialidade é expressa sempre em primeira pessoa, fato explicado pela natureza dêitica de tal categoria. Para De Haan (2005), a evidencialidade tem como significado básico marcar a relação entre o falante e os eventos descritos por ele, o que permite, então, comparar a função que a evidencialidade exerce com as funções desempenhadas pelos demonstrativos, por exemplo. Sob esse ponto de vista, o autor

esclarece que, ao empregar um evidencial direto, o falante demonstra que o estado de coisas acontece dentro de sua esfera dêitica, enquanto, ao empregar um evidencial indireto, demonstra que o estado de coisas ocorre fora de sua esfera dêitica. A esse respeito, Vendrame (2010) afirma:

Levando em conta a noção de dêixis imbricada na noção de evidencialidade, pode-se dizer que, quando um falante utiliza um evidencial, ele adota um ponto de vista particular com relação à fonte da informação que veicula. Como o próprio falante sempre está envolvido, de alguma forma, com a percepção ou recepção das informações, ele é o centro dêítico de grande parte das orações que expressam evidencialidade. Consequentemente, o falante e seu correlato gramatical de pessoa ocupam posição especial nos paradigmas evidenciais (VENDRAME, 2010, p. 50).

Podemos, então, constatar que, do ponto de vista morfossintático, o critério tempo-modo do verbo principal, que só ocorre no presente e no passado perfeito do indicativo, juntamente com a pessoa do verbo encaixador, que só ocorre com a primeira pessoa, é relevante para a distinção entre *saber* reportativo e *saber* informativo. Quanto ao tempo e modo da encaixada, conforme demonstram as ocorrências a seguir, não há restrições quanto a tempo, apenas quanto ao modo, que só se manifesta no indicativo.

(149) Estado – Voltando a você, **soube** que **possui** também uma faceta de poeta.

Bial – Em 1984 fiz alguns recitais com dois amigos.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

(150) A menina, inquieta pela longa ausência de sua prima, **soube** de Peri que ela **estava** no seu quarto; mas o índio ocultou parte da verdade, e não disse onde deitara o corpo de Álvaro.

(Texto Ficcional; 18:Alencar:Guarani)

(151) Sou blogueira de Piracicaba (interior de S.P) e **soube** que você **virá** na minha querida cidade.

(Internet)⁷⁵

⁷⁵ <http://www.lalanoieto.com.br/2012/grazi-massafera-gravida-linda/>

6. *Saber* evidencial inferencial

Um segundo uso evidencial apresentado pelo verbo *saber* é o inferencial, empregado quando o falante baseia sua afirmação em evidência fundamentada em seus conhecimentos culturais, históricos ou físicos do mundo. A ocorrência (152) demonstra o cálculo mental que o falante faz ao construir seu enunciado: baseado em seu conhecimento sobre o comportamento e a atitude geralmente atribuída aos pais, o falante, ao olhar para seu interlocutor, afirma *saber* que ele compreende o sentido da paternidade.

(152) Não podemos nos agarrar a nada. Conhecestes o Hélio ao nascer e acompanhaste o seu crescimento. Embora não tenhas tido um filho, **sei**, sempre **soube** pelo teu olhar, que compreendes o sentido mais profundo da paternidade.

(Narrativa Ficcional; 19:Fic:Br:Carvalho:Bebados)

Na ocorrência acima, a inferência só é realizada porque o falante tem conhecimento cultural sobre a paternidade, conhecimento este que não está disponível em seu enunciado, mas que é ativado ao observar o comportamento da pessoa envolvida. Outra ocorrência em que podemos perceber essa relação é (153), em que o falante, baseado em seu conhecimento/sua experiência sobre o comportamento e a raça de determinado tipo de animal, afirma *saber* se ele é de qualidade.

(153) Compro baseado em a minha experiência. Só de olhar já **sei quando o animal tem qualidade**, disse Carvalho.

(Artigo de Jornal; 19N:Br:Folha)

No que se refere ao caráter dêitico da categoria da evidencialidade, na ocorrência acima, é possível notar, por meio da marcação feita pela voz no narrador (‘disse Carvalho’), que toda a sentença se refere à voz do personagem no discurso direto, fato que evidencia bem a dêixis presente no relato expresso pelo verbo *saber*.

Em (153), a oração introduzida pelo conector *quando*, nesse contexto, comporta-se como uma construção com valor condicional (cf. SOUSA, 2003; HIRATA-VALE, 2005; 2008). Segundo Hirata-Vale (2005), tal interpretação condicional do conector *quando* depende de fatores pragmáticos, semânticos e morfossintáticos. No que se refere aos aspectos formais, tempo e aspecto são fatores que influenciam o significado condicional de tal conector, uma vez que as construções condicionais normalmente envolvem simultaneidade entre a matriz e a subordinada e trazem o aspecto imperfectivo. Assim, ao expressar habitualidade, marcam o caráter durativo das situações descritas nas orações introduzidas por *quando*. Do ponto de vista pragmático, as construções condicionais podem ser consideradas como mais subjetivas, e, portanto, empregadas para argumentar, especificar ou restringir o significado da oração principal, uma vez que a condicionalidade remete a um campo hipotético, o que não ocorre com as construções temporais.

Os critérios discutidos acima utilizados para compreender como ocorre a interpretação condicional do conector *quando* podem ser verificados também na oração seguinte:

- (154) O Léo gostava muito de você. Ele te poupava... eu **sabia quando ele gostava mesmo de alguém** porque desculpava, justificava, não era implacável como costumava ser com a maior parte das pessoas.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Br:Amaral:Amigos)

Por se tratarem de cálculos mentais, os complementos introduzidos por *saber* inferencial equivalem sempre a conteúdos proposicionais.

Conforme demonstram as ocorrências anteriores, no que se refere ao tipo estrutural do complemento, uma vez que tal complemento veicula a informação inferida, o verbo *saber* com função inferencial necessariamente encaixa orações complexas, sejam introduzidas por *quando* (com valor condicional) ou por *que*, no caso das completivas, sejam introduzidas por outros *pronomes*, no caso das orações relativas sem antecedente.

Os usos desses diferentes conectores é possível, pois o falante elabora seu enunciado com base em um cálculo mental resultante de algum conhecimento que, muitas vezes, pode ser baseado em crença. Por isso, o enunciado produzido pelo falante pode ser factual, no caso de complemento introduzido pela conjunção *que*, e não-factual, no caso de complemento introduzido pela conjunção *se*.

No caso das construções relativas sem antecedente, o complemento do verbo *saber* equivale a uma palavra designativa do significado envolvido na informação veiculada pelo falante. Na ocorrência abaixo, a informação necessária para ativar determinado cálculo mental fica disponível ao falante quando troca olhares com a pessoa da qual está falando. Assim, com base nessa evidência, o falante ativa seu conhecimento prévio acerca dos trejeitos e do comportamento dessa pessoa, e o que normalmente eles significam, para realizar seu enunciado ('sabemos o que estamos pensando').

(155) Temos tanta intimidade que não precisamos mais falar. É só olhar um para o outro e já **sabemos** o que estamos pensando Essa unidade só um grupo dá.

É só olhar um para o outro e já sabemos as coisas que estamos pensando.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:ISP)

Cabe ressaltar aqui que a ocorrência acima é um caso especial da expressão da inferência pelo verbo *saber*. Em (155), diferentemente das demais apresentadas até então, é possível notar um sentido inferencial de *saber*; no entanto, esse uso não é qualificacional e sim descritivo. Isso é justificado pelo critério *número do verbo encaixador*: a dêixis presente na primeira pessoa do plural não é a mesma da dêixis de primeira pessoa do singular. Ainda que pensássemos em um plural inclusivo, seria apenas possível conceber tal ocorrência como apresentando uma dêixis compartilhada – por isso um uso descritivo, o que permite, mesmo diante de um uso não qualificacional dessa categoria, a aceitação de uma leitura inferencial, uma vez que temos marcado, de maneira mais sutil, a presença do falante no paradigma evidencial. Desse modo,

podemos compreender o *saber* inferencial como sendo de dois tipos: um com uso descritivo (caso da primeira pessoa do plural) e outro com uso qualificacional (caso da primeira pessoa do singular). Diferenciam-se apenas pelo número do verbo encaixador, sendo esse critério, portanto, relevante para a distinção desses dois tipos de inferência com o verbo *saber*.

Em complemento a essa discussão sobre o número (singular/plural) do verbo *saber*, conforme já mencionado, tal verbo é considerado evidencial em usos declarativos afirmativos que têm o falante como centro dêitico. Por essa razão, o verbo encaixador não ocorre com o futuro nem pode ser expresso em segunda ou terceira pessoa. Tais restrições podem ser observadas na ocorrência (156) e nas demais apresentadas nesta seção.

- (156) Damos supercerto! Eu tenho um tipo brincalhão e a Ana também é um pouco assim. Mas ela acaba me controlando! Se formos os dois assim, piramos. Tem dia que eu estou mais empolgado e ela me traz para a Terra. Nós temos um entrosamento e um timing que se completam. Só de olhar, **já sei quando ela não está muito bem**, e vice-versa. Isso passa no ar e o público percebe.”

(Internet)⁷⁶

Quanto ao critério de correferencialidade de sujeitos, podemos notar que o sujeito da oração matriz, sempre primeira pessoa, não é o mesmo da subordinada. É improvável que o falante faça uma inferência sobre si mesmo empregando o verbo *saber*, pois, ao afirmar que ‘sabe’ algo sobre si, o conteúdo veiculado por esse verbo só pode ser do tipo informativo ou epistêmico. A qualificação que faz do enunciado encaixado em *saber* é do tipo modal e não evidencial.

⁷⁶ <https://www.altoastral.com.br/entrevista-com-andre-marques-apresentador-do-video-show/>

7. *Saber* evidencial dedutivo

A dedução, por sua vez, marca que o falante construiu determinado enunciado baseado em evidências resultantes percebidas por meio de algum dos sentidos. Assim, é na camada do episódio que se localiza a evidencialidade dedutiva. A sua localização nessa camada é justificada por Hengeveld e Hattner (2015) pelo fato de que a dedução envolve, pelo menos, dois estados de coisas relacionados, um percebido e um deduzido, já que, para chegar a uma dedução (evento deduzido), o falante precisa se basear em alguma evidência disponível (evento percebido) no contexto.

Na expressão de *saber* dedutivo, essa evidência disponível no contexto deve ser explicitada. Casos em que a evidência não é explicitada no contexto comunicativo não são considerados como dedução, visto que o verbo *saber* apresenta múltiplos valores semânticos. Nesse cenário, para que *saber* tenha uma leitura evidencial dedutiva, esse verbo necessariamente tem de ocorrer em um enunciado que explicita a evidência, o que não seria necessário se a evidencialidade fosse uma categoria gramatical obrigatória em português, como é em outras línguas.

(157) **Sei**, pelo barulho do encanamento do edifício, que o vizinho do andar de cima já acordou e está escovando os dentes.

(Internet)⁷⁷

Na ocorrência (157), o falante, a partir da evidência resultante, que deve estar disponível no momento de sua enunciação e normalmente explícita no enunciado de *saber* dedutivo (o barulho do encanamento feito no apartamento), deduz que seu vizinho acordou e estava escovando os dentes.

⁷⁷ <https://vjeputa.tumblr.com/>

O evento deduzido, dada a natureza dêitica da evidencialidade, é expresso sempre na forma finita do verbo declarativo no presente (158) ou no passado (159) do modo indicativo, tendo necessariamente como sujeito oracional a primeira pessoa do singular.

(158) Luiza está acordada, **sei pelo barulho** do chuveiro ligado no outro banheiro. Tomara que a água quente dê para todo mundo.

(Internet)⁷⁸

(159) Por causa da pouca luz no interior do carro, só quando a rapariga falou é que **soube pela voz** que era a Judite.

(Texto Ficcional; 19:Fic:Pt:Negreiros:Guerra)

Ao observarmos as ocorrências acima, é possível notar que os dois estados de coisas necessários para a realização da dedução estabelecem uma relação causal do tipo epistêmica, uma vez que tal relação se pauta em um conhecimento, julgamento ou crença do falante. Na ocorrência (158), o falante deduz que Luiza está acordada com base na percepção física do barulho do chuveiro ligado, ou seja, ouvir o barulho do chuveiro ligado é a causa para deduzir que Luiza está acordada; e, em (159), o falante deduz que Judite está no interior do carro ao perceber, por meio da audição, o falar/a voz da rapariga, ou seja, ouvir a voz de Judite (ou alguma bem parecida) ocasiona o evento deduzido. As ocorrências acima demonstram também que deve haver necessariamente simultaneidade entre esses dois estados de coisas.

Essa definição de dedução conduz naturalmente a uma característica morfossintática desse uso: o verbo *saber* só admite complemento oracional introduzido pelo conector *que*. A impossibilidade de a conjunção *se* introduzir conteúdo deduzido está relacionada ao fato de que, para ter dedução, é necessário ter, ao menos, dois eventos, e o complementizador *se* não instaura realidades, apenas conteúdos proposicionais. Portanto, não pode conter o evento deduzido.

⁷⁸ <https://revistanomade.wordpress.com/2015/12/24/entao-e-natal/>

Os sujeitos da oração matriz e da oração encaixada, assim como em construções com *saber* cognitivo, não podem ser correferenciais, pois o complemento da oração completiva carrega a informação do evento deduzido, que, mesmo tendo um sujeito animado e humano, mostra-se incompatível com o sujeito da oração matriz. Casos em que ocorram correferencialidade de sujeitos não são considerados evidenciais. Assim, se alterarmos a concordância do sujeito da oração encaixada da ocorrência (162) a seguir (**‘Sei, pelo barulho, que nem *tirou* os sapatos’**), com valor dedutivo, para a primeira pessoa (**‘Sei [pelo barulho] que nem *tirei* os sapatos’**), a sentença perde o valor evidencial e adquire valor informativo, ou até mesmo uma função discursiva, a depender do contexto. Os usos discursivos de *saber* serão discutidos na seção 10 deste capítulo.

Para melhor compreendermos a diferença semântico-pragmática, e o conseqüente reflexo morfossintático existente entre subtipos evidenciais (reportativo, inferencial e dedutivo), podemos comparar as ocorrências a seguir entre si.

(160) **Sei, pela voz de amigos e pacientes, como a cor de sua pele já lhes rendeu situações parecidas**, bem como muitas outras mais veladas, mas não por isso menos constrangedoras.

(Internet)⁷⁹

(161) **Sei pela voz de Lucy** que ela está apavorada.

(Narrativa Ficcional; A última delegacia - Patricia Cornwell)

(162) Ela entrou apressada, acendeu a luz da sala, **sei, pelo barulho, que nem tirou os sapatos** como é de costume aqui em casa.

(Internet)⁸⁰

Na ocorrência (160), a fonte da informação ‘saber que a cor da pele rendeu situações parecidas’ não é o próprio falante, como em (161) e em (162). Essa informação foi adquirida

⁷⁹ <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/11/paulo-gleich-o-que-acontece-com-as-minas-na-ciencia-4639725.html>

⁸⁰ <http://crduci.blogspot.com.br/>

por meio de terceiros, portanto, representa um Conteúdo Comunicado, expressando evidencialidade reportativa. Em (161) e (162), a informação tem como fonte o próprio falante que a apresenta como o resultado de cálculos mentais, seja com base em conhecimento prévio sobre comportamentos (pessoas apavoradas falam com a voz alterada, expressão, portanto, da evidencialidade inferencial), como em (161), seja com base em evidências resultantes (o barulho do salto do sapato), como em (162), expressando evidencialidade dedutiva).

8. Uso descritivo básico do verbo *saber*

O verbo *saber* tem sua origem em *sapere* do latim, cuja acepção é *sentir o paladar, ter sabor*. É possível notar que, com essa significação, *saber* indica uma percepção gustativa, o que implica uma experiência direta por meio de um dos sentidos (paladar) para um sujeito. Vejamos as ocorrências:

(163) Meu poema é puro, flor
Sem haste, juro!
Não tem passado nem futuro.
Não **sabe a** fel nem **sabe a** mel:
é de papel.”

(Ferreira Gullar, A poesia)

(164) A boca lhe **sabe** amarga.

(Alberto Dines, Vinte histórias curtas)

Esse uso do verbo *saber*, que é comum no português europeu mas raro no português brasileiro, não ocorreu em nosso *corpus*. As duas ocorrências acima, encontradas em contextos específicos, como o texto poético de Ferreira Gullar e a narrativa literária de Alberto Dines,

permitem-nos discutir as características desse uso, de modo a esclarecer se tal emprego de *saber* pode ser entendido como expressão da evidencialidade direta.

Segundo Borba (1990, p. 1207), o verbo *saber* com esse valor ocorre “com sujeito inativo expresso por nome não animado e com dois complementos: um, apagável, da forma **a** + nome humano e outro, predicativo do sujeito, ou, então, da forma **a** + nome concreto não animado.” Assim, em (155), [a fel] e [a mel] representam o predicativo do sujeito [poema] que funciona como um dos complementos de *saber*, que tem, por sua vez, o segundo complemento apagado (sabe a alguém). Esse complemento expresso por nome humano não é apagado na ocorrência (156) e pode ser identificado pelo pronome *lhe* (*A boca [lhe] sabe amarga*), que marca o experienciador do verbo *saber*.

Nesse sentido, mesmo preservando os traços de uma percepção física, ocorrências com esse uso não possuem características suficientes para caracterizá-las como um evidencial de percepção de evento, que opera na camada do estado de coisas, e é empregado quando o falante tem acesso direto à fonte da informação pelos diversos sentidos, seja visual, auditivo, olfativo, gustativo etc. Para que ocorra evidencialidade, é necessário que haja a qualificação do enunciado como decorrente de alguma fonte e não apenas uma descrição, como ocorre nos usos descritivos do verbo *saber*. Reflexo disso é o fato de que o experienciador não faz parte da estrutura do sujeito desses enunciados e sim do complemento; por isso, esse uso descritivo de *saber* expressa um sujeito em terceira pessoa.

As ocorrências anteriores e a que segue, referente a um anúncio publicitário do português europeu, variante em que esse uso é bastante comum, demonstram essa maior presença da terceira pessoa.

(165)



Figura 2. Anúncio publicitário da empresa Coca-Cola Company

É possível notar que a percepção de um evento está na gênese desse uso. Entretanto o *saber* aqui apresentado fica no plano descritivo, não chegando o falante a qualificar seu enunciado. Por essa razão, esse tipo de *saber* não pode ser considerado como expressão da evidencialidade, o que em nada muda seu caráter enquanto item descritivo de uma percepção gustativa.

Após essa discussão acerca dos comportamentos pragmático-semântico e morfossintático do verbo *saber*, detalharemos, na próxima seção, a expressão *não saber se*, de modo a esclarecer os dois usos a ela ligadas: informativo e o epistêmico.

9. *Não saber se*: entre a informação e a certeza

Típico quando acompanhado da negação, o verbo *saber* na expressão *não saber se* é bastante frequente no *corpus*, e já discutido por outros autores (NEVES, 2000; SOUSA, 2007; GONÇALVES; SOUSA; CASSEB-GALVÃO, 2016 [2008]). Segundo Neves (2000, p. 780), o *saber* negativo, que se complementa por oração completiva iniciada por *se* (“não saber se X ou Y”), é uma modalização característica de sequências alternativas.

No que se refere à diferença entre os complementizadores *que* e *se*, Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2016 [2008], p. 101) afirmam que tais conectores, que identificam sintaticamente a sentença que introduzem como um complemento e semanticamente marcam a ligação entre eventos, atribuindo ao evento que introduzem o *status* de dependente com relação ao outro, “diferenciam-se, basicamente, pelo fato de os eventos introduzidos por *que* remeterem a *estados de coisas, proposições, e atos de fala declarativos*, ao passo que as sentenças iniciadas por *se* equivalem a *proposições alternativas e a atos de fala interrogativos*”. Segundo Sousa (2007, p.85), uma oração completiva introduzida por *se* nunca representa uma predicação e, portanto, não representa eventos, já que a expressão de um evento implica a instauração de uma “realidade”, seja ela no mundo real ou apenas na mente dos interlocutores, e a conjunção *se* não é capaz de instaurar realidades, legado deixado pela conjunção condicional da qual se originou no latim vulgar.

Ao tratar dessa distinção entre o uso de *não saber se* expressando modalidade ou cognição, Sousa (2007, p. 84) sugere que a forma do verbo da oração completiva de presente, quando se trata da mesma forma do verbo da oração matriz, ou de futuro do indicativo indicaria modalidade. Entretanto, faz a ressalva de que, em alguns casos, pode haver ambiguidade, que se desfaz ao analisar o contexto maior ao qual determinada construção pertence. A autora ainda afirma que a correferencialidade do sujeito entre a matriz e a completiva é um fator relevante

para essa distinção, baseada na defesa de que não faria muito sentido que o falante enunciasse um desconhecimento sobre a verdade ou falsidade de um fato que lhe diz respeito. Assim, para Sousa (2007, p. 84), “se o fato expresso no complemento oracional diz respeito ao próprio sujeito-falante, que é o referente-sujeito da oração matriz, *não sei* sempre indica incerteza, e não desconhecimento”.

No *corpus* aqui levantado e com base nas conclusões de Sousa (2007), verificamos que a correferencialidade de sujeitos (em primeira pessoa) é um fator relevante para essa distinção, como pode ser notado nas ocorrências (158) e (159), em que se nota uma avaliação subjetiva por parte do falante, seja relacionada ao fato de não ter certeza se moraria em determinado lugar hoje em dia (158) seja relacionada ao fato de não ter certeza da reação que teria se soubesse que seu bebê tem uma deficiência (159).

(166) eu se fosse pra mim morá(r) **eu num sei se** eu conseguiria HOje... morá(r) num lugar desses
(AC-071; DE:190)

(167) só:: que vamo(s) supor se acontecesse isso **eu num sei se** eu teria ou não a crian/... eu num sei se eu teria con/ assim cora::gem né?... de pôr uma criança que iria vegetá(r) no mundo...
(AC-072; RO: 643-645)

Há, conforme também discorrido por Sousa (2007), casos em que os sujeitos da matriz e da encaixada não são os mesmos e, ainda assim, expressam modalidade epistêmica (160, 161).

(168) Um dos argumentos dos adversários de vocês é a questão do radicalismo nas invasões. **Não sei se** o termo intransigência pode ser usado, mas como isso é avaliado nas reuniões da diretoria do MST?
(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Pov)

- (169) JC - A Petrobrás tem interesse na parceria com a Shell no caso de uma termelétrica?
 Ward - Estamos dependendo da regulamentação pela Agência Nacional de Petróleo.
 JC - Mas a empresa poderá dizer as áreas de seu interesse.
 Ward - É claro que a Petrobrás irá dizer que quer entrar na geração de energia. Mas **não sei se** o governo deixará.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Com)

Defendemos aqui também que quando a expressão *não saber se* fizer referência a eventos passados, indicará informação e não modalidade epistêmica. Observe as ocorrências:

- (170) Ninguém **sabe se** foi teu pai ou tio Pedro, na nossa idade, engravidou garota daqui da fazenda. Ouvi falar que ela teve o tal filho e sumiu do mapa. Engravidou, sim, teve o tal filho, filha, hoje com quarenta anos, morando em Registro.

(Narrativa Oral; 19:Fic:Br:Paiva:Brasil)

- (171) Eu **não sei se** ele foi envolvido, mas o que eu sei é que todos os envolvidos devem ser punidos.

(Narrativa Oral; 19Or:Br:Intrv:Pov)

- (172) **Num sei se** ele... envolveu em briga... tinha sujado de barro e deixado a roupa pegado uma roupa... do amigo dele e ido embora

(AC-103; NR: 175-176)

Do exposto, podemos notar que, na expressão de informação, *não saber se* deve estar relacionado a um evento passado, enquanto, na expressão da atitude subjetiva do falante, ou seja, da modalidade epistêmica, *não saber se* deve fazer parte de uma construção em primeira pessoa com sujeitos iguais.

10. Usos discursivos do verbo *saber*

Além dos usos acima discutidos, o verbo *saber* serve também à expressão de funções discursivas na língua. Tais usos, já descritos na literatura, serão aqui demonstrados com

ocorrências do nosso *corpus* de modo a relacionar a discussão já existente à teoria que embasa esta pesquisa.

O verbo *saber* pode compor construções com função discursiva, comportando-se como um Ato Interativo⁸¹ do Nível Interpessoal de monitoramento da interação, conforme demonstram as ocorrências a seguir:

(173) Parecia fundo de panela de::... de fogão de lenha... tudo cortado aquelas crosta, **sabe?**
(AC-128; DE: 197)

(174) Mas eu acho que tem que pará(r) um po(u)co com essas coisas de comércio dentro da igreja que perde... perde **sabe...** e depende muito do nosso::... padre que tá lá.
(AC-090; RO: 539)

(175) A pessoa tem que pensá(r) bem:: eu acho **sei lá...** eu acho assim que o aborto... seria assim... a pessoa se safá(r). das coisas.
(AC-072; RO: 548-549)

(176) Faz tempo que eu num faço **eu sei que::...** eu refogava... o duro que agora eu num tô lembran(d)o certinho num vô(u)... lembrá(r) (certinho).
(AC-075; RP: 213-214)

As ocorrências (173) e (174) foram alvo de investigação de Martelotta e Leitão (1996) em um estudo sobre a discursivização do verbo *saber*, conforme abordamos no capítulo 2. Os autores descrevem a trajetória de abstratização desse verbo, que passa de um contexto puramente interrogativo a um contexto interrogativo totalmente retórico, funcionando com um preenchimento de pausa. Urbano (1997) também descreveu a expressão *sabe?* como um marcador semanticamente esvaziado e funcionalmente relevante.

Mais recentemente, Valle (2001; 2014) tem se dedicado ao estudo do desbotamento semântico e conseqüente ganho de valor pragmático do verbo *saber*. Para a autora, é possível

⁸¹ Apresenta somente uma Ilocução e a posição de Falante, não veiculando expressão morfossintática, conteúdo semântico e Conteúdo Comunicado.

compreender esse item, como um marcador de comentário de fundo, como podemos observar em (173), em que se busca esclarecer a afirmação anterior ('tudo cortado aquelas crostas'), e de preenchimento de pausa, como em (174), em que o item *sabe* é empregado pelo falante para manter o fluxo conversacional.

O verbo *saber* ainda pode ocorrer na expressão fixa *sei lá* indicativa de incerteza bastante empregada na modalidade oral, conforme exemplificado em (175). Como opções equivalentes para esse uso, encontramos no *corpus* ocorrências como *sei não/ num sei*, que podem ocorrer tanto tendo como escopo toda a oração, alocado, por isso, em final de enunciado, como demonstra (177), quanto ter como escopo apenas um elemento da construção, como notamos em (178). Nesta ocorrência, a expressão com *saber* indicativa de incerteza é reforçada por operador epistêmico *acho que*.

(177) Ah o presidente... ele::... eu acho que ele:: tava/ ele saiu muita coisa errada... num tá cumprin(d)o tam(b)ém o::... o prometido dele que era os::... eu num lembro muito bem se era dez::... dez milhões de emprego dez mil emprego cem:: **num sei**
(AC-065; RO: 352-354)

(178) Na hora da comida na hora do refeitório... as criança pega comida uma joga na o(u)tra o(u)tra joga no chão... ninguém num:Num respeita ninguém um gospe na mesa faz aquela bagunça... é uns meninos que a mãe **num sei** acho que num deu educação pra eles...
(AC-068; RO: 162-165)

Há também uma construção, exemplificada pela ocorrência (176), muito recorrente em narrativas, com função de fechamento de turno ou de retomada do fio narrativo. Tal uso foi investigado por Oliveira (2013), com base no aparato teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), como um Marcador Organizador de Padrão Discursivo Narrativo (MON), referente a “palavras ou expressões responsáveis por organizar a estrutura do padrão discursivo narrativo, tanto no nível sintático quanto nos níveis semântico e pragmático” (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

Em sua pesquisa, Oliveira descreveu em qual lócus da narrativa (Resumo, Orientação, Complicação, Resolução, Coda e Avaliação) ocorre cada MON estudado. No que se refere ao marcador (*Aí*) *eu sei que*, a autora constatou a ocorrência no lócus da Complicação da ação, responsável por dar movimento à ação narrada, e no lócus da Resolução, responsável pelo fechamento da história. No primeiro lócus, a expressão ocorre para retomar o fio narrativo após uma digressão. Podemos observar tal comportamento na seguinte ocorrência:

(179) Eu sô(u) representante comercial né? e a empresa nós fomo(s) fazê(r) um trabalho em::... um hotel fazenda perto de Bauru... e aí num:: dia à noite depois do jantar quando tava lá nesse hotel nós tava em um... uns:: seTENta oitenta representantes né?... de várias cidades... e::... depois do jantar a gente ia se reuni(r) num auditório e nós iríamos fazê(r) um... uma dinâmica de gru::po né? aquelas::... coisa tudo que FAzem quando cê vai... aquelas lavagem de... de MENte que eles fazem né?... **e:: eu sei que quando... tinha que entrá(r) ne/ nesse:: audiTÓrio... Todo mundo tinha que entrá(r) descalço** tinha que pegá(r) e entrá(r) e de(i)xá(r) o sapato po lado de fora né?

(AC-075; NE: 15-23)

Em (179), o falante narra uma história, referente a sua participação em um evento da empresa para qual trabalha, que começou com um jantar e seguiu para uma dinâmica a ser realizada em um auditório. Nesse momento da narrativa, há uma interrupção no fluxo narrativo para que o falante teça comentários sobre o que seria uma dinâmica de grupo. Em seguida, emprega a construção *eu sei que* para retomar o fio narrativo, voltando a relatar a história a partir dos acontecimentos no auditório. Ao observarmos essa ocorrência, notamos que essa construção, ao retomar o fio narrativo interrompido pela inserção de um Movimento (M), funciona como uma marca para apresentação de novo Movimento (M), assinalando mudança de assunto em relação ao M anterior e introduzindo novo tema ao discurso, comportamento característico dos Movimentos. A informação trazida pela expressão *eu sei que* impulsiona o discurso para frente e contribui para a relação interpessoal.

No lócus da Resolução, Oliveira afirma que (*aí*) *eu sei que* ocorre como finalizador do relato, tendo como “função discursiva realçar a afirmação de que o narrador só sabe (ou só

deseja) contar até aquele ponto do fato narrado” (OLIVEIRA, 2013, p. 70). Também foi possível identificar no nosso *corpus* ocorrências em que *eu sei que* serve para marcar fechamento de turno em narrativas, como em (180).

(180) eu me casei na::... dia vinte e cinco de jane(i)ro de... mil novecentos e setenta e cinco... a gente/ o casamento foi na Basílica... Nossa Senhora da Aparecida... e::... então a minha mãe considerava assim... que era um/ ia/ era uma perca né?... pra ela... ao contrário do que ela tinha que contá(r) que:: era um/ uma pessoa a mais na família né?... uma filha a mais que ia entrá(r) na família... mas só que ela num aceitava... esse tipo de coisa... então ela fazia todo tipo de chantagem sabe?... pegava... no/ no/... a/ a minha esposa fazia o almoço a janta ela num jantava... saía pos vizinho falan(d)o que... que a gente de(i)xava sem comida... **eu sei que::... num era fácil o dia-a-dia não...** e ah::... então aconteceu umas coisa engraçada porque éh::... ela faz/ armava né? as arte dela assim parece uma criança né?...

(AC-133; NE: 39-48)

A ocorrência acima é parte de um trecho em que o falante está narrando como sua mãe, por ser muito severa, interferia na sua vida pessoal desde o início de seu namoro com a atual esposa. Em (180), especificamente, o falante narra um episódio em que relata como sua mãe reagia no dia-a-dia depois de seu casamento. É possível notar um encadeamento de estados de coisas referentes às chantagens que a mãe do falante fazia para demonstrar sua insatisfação com o casamento da filha. Para finalizar seu relato, marcando, assim, o fim daquele episódio, o falante introduz por meio da expressão *eu sei que* um Movimento que contém uma apreciação resumitiva a respeito desse comportamento de sua mãe. Esse M tem como Função Interacional a organização do discurso, marcando, para o falante, o final de sua narração, seja por desconhecimento do prosseguimento da história seja por interesse em não avançar.

Como pudemos notar, esse último tipo de uso discursivo de *saber* parece ser um fator relevante para a marcação de episódios em português, categoria semântica que ainda precisa de contribuições quanto à sua expressão em língua portuguesa. Talvez investigar essas construções mais profundamente possa auxiliar no estudo dessa unidade do Nível Representacional.

11. Síntese dos resultados

Em relação à tipologia apresentada neste capítulo, o quadro a seguir resume as características semântico-pragmáticas e morfossintáticas acima descritas de todos os usos de *saber* propostos nesta pesquisa.

		Descritivo				Modal		Evidencial		
		COG	INFO	GUS	INF	FAC	EPI	REP	INF	DED
Natureza pragmático-semântica do complemento do verbo <i>saber</i>	C	-	-	-	-	-	-	+	-	-
	p	+	+	-	+	-	+	-	+	-
	ep	-	+	-	-	-	-	-	-	+
	e	-	+	+	-	+	-	-	-	-
Tipo estrutural do complemento do verbo <i>saber</i>	SN	+	+	-	-	-	-	-	-	-
	Sprep	+	+	+	-	-	-	-	-	-
	SV	-	-	-	-	+	-	-	-	-
	Oração	+	+	-	+	+	+	+	+	+
Tipo de conector	∅	+	+	-	-	+	-	-	-	-
	Preposição	+	+	+	-	-	-	-	-	-
	Que	+	+	-	+	-	+	+	+	+
	Se	-	+	-	+	-	+	-	+	-
	Pronome	+	+	-	+	-	-	-	-	-
Correferencialidade do sujeito	Obrigatório	-	-	-	-	+	-	-	-	-
	Opcional	-	+	-	-	-	+	-	-	-
Tempo/modo do verbo <i>saber</i>	Pres Ind	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Pas Ind	+	+	+	+	+	+	+	+	+
	Fut Ind	+	+	+	-	+	-	-	-	-
	Pres Sub	+	+	+	-	+	-	-	-	-
	Pas Sub	+	+	+	-	+	-	-	-	-
	Fut Sub	+	+	+	-	+	-	-	-	-
Tempo/modo da oração encaixada	Pres Ind	+	+	-	+	-	+	+	+	+
	Pas Ind	+	+	-	+	-	+	+	+	+
	Fut Ind	+	+	-	-	-	+	+	-	-
	Pre Sub	+	+	-	-	-	-	-	-	-
	Pas Sub	+	+	-	-	-	-	-	-	-
	Fut Sub	+	+	-	-	-	-	-	-	-
Pessoa do verbo <i>saber</i>	1 ^a	+	+	-	+	+	+	+	+	+
	2 ^a	+	+	-	-	+	-	-	-	-
	3 ^a	+	+	+	-	+	-	-	-	-
Número do verbo <i>saber</i>	Singular	+	+	+	-	+	+	+	+	+
	Plural	+	+	+	+	+	-	-	-	-

Quadro 6. Caracterização dos usos do verbo *saber*

Como é possível observar no quadro 6, a natureza pragmático-semântica do complemento do verbo *saber* é um critério relevante para distinguir, além dos subtipos evidenciais e modais, uma vez que cada subtipo tem como complemento uma unidade semântico-funcional diferente, o uso cognitivo do uso informativo, dentre os usos descritivos, pois não é possível que o verbo *saber* indicativo de cognição seja complementado por episódios e estados de coisas, como ocorre com a informação. Porém não é relevante para a distinção entre a expressão de *saber descritivo, modal e evidencial*.

O tipo estrutural de *saber* é um parâmetro relevante para a distinção do uso modal epistêmico e evidenciais reportativo, inferencial e dedutivo, que só ocorrem com construções complexas e modal facultativo, que só ocorre em sintagmas verbais. Não é, entretanto, relevante para a distinção entre os usos descritivos (cognitivo e informativo), que são indiferentes à natureza complexa ou simples da oração.

No que se refere ao tipo de conector, o complementizador *se* é relevante para a distinção entre (i) os dois usos lexicais, visto que a cognição, por requerer complemento factivo, não pode ser expressa por meio dessa conjunção; e (ii) os usos evidenciais reportativo, inferencial e dedutivo, uma vez que apenas a evidencialidade inferencial admite complemento introduzido por *se*. O complementizador *que* não é distintivo, pois apenas com o uso facultativo não há complemento introduzido por essa conjunção. Sendo esse uso um ‘quase-auxiliar, conforme discutimos anteriormente, a ausência do complementizador é esperada. Pronomes podem diferenciar usos descritivos de modal epistêmico e usos evidenciais, pois nenhum complemento de *saber* com valor modal epistêmico e evidencial é introduzido por esses conectores.

A correferencialidade de sujeito é parâmetro relevante para a distinção entre o uso facultativo e os usos informativo e epistêmico, cujos sujeitos podem ser correferenciais, mas não o são obrigatoriamente, como deve ser o sujeito de construções com *saber* facultativo. Como discutimos, essa obrigatoriedade de sujeitos correferenciais com *saber* facultativo deve-

se à estrutura de quase-auxiliaridade desse tipo de construção, que expressa “apenas um sujeito, ao qual se relaciona o único estado de coisas codificado pela construção” (GONÇALVES; SOUSA; CASSEB-GALVÃO, 2016 [2008], p.74). Não é relevante para a distinção dos subtipos evidenciais, pois, assim como no uso cognitivo, *saber* evidencial não apresenta sujeitos correferenciais. No caso de *saber* cognitivo, o complemento do verbo *saber* é o conhecimento assimilado e, no caso de *saber* evidencial, o complemento da oração completiva carrega a informação reportada ou do evento inferido ou deduzido.

O critério tempo-modo do verbo *saber* não é relevante na distinção dos tipos, mas pode caracterizar os usos modal epistêmico e evidenciais reportativo, inferencial e dedutivo, que só ocorrem no tempo presente e passado do indicativo. O mesmo vale para o critério tempo-modo da oração encaixada; entretanto, é possível diferenciarmos o valor epistêmico e evidencial reportativo dos demais evidenciais, pois aqueles aceitam complementos conjugados no tempo futuro, diferentemente dos inferenciais e dedutivos. É necessário haver uma evidência explícita no contexto para que o cálculo mental envolvido na expressão desses últimos evidenciais seja realizado, por isso a impossibilidade de a completiva estar no futuro.

Por fim, o parâmetro número/pessoa se mostra relevante para a distinção entre os evidenciais e o modal epistêmico, por um lado, e os modais facultativos e os usos descritivos cognitivo, informativo e inferencial, de outro. Nos primeiros, há uma obrigatoriedade de ocorrência do verbo *saber* apenas com a primeira pessoa do singular. Nos demais, não há essa exigência. Tal critério isolado não é distintivo desses tipos qualificadores.

Em uma leitura vertical do quadro 6, identificamos dois grupos com comportamentos bastante parecidos, mas não completamente iguais: um composto pelos usos cognitivo e informativo e outro pelos usos epistêmico e inferencial. Para facilitar a discussão, reproduzimos, aqui, apenas os parâmetros que diferem esses usos:

		Descritivo	
		COG	INFO
Natureza pragmático-semântica do complemento do verbo <i>saber</i>	C	-	-
	p	+	+
	ep	-	+
	e	-	+
Tipo de conector	Ø	+	+
	Preposição	+	+
	Que	+	+
	Se	-	+
	Pronome	+	+
Correferencialidade do sujeito	Obrigatório	-	-
	Opcional	-	+

Quadro 7. Comparação entre os usos cognitivo e informativo

Em resumo, ao compararmos o usos cognitivo e informativo, podemos afirmar que a natureza pragmático-semântica do verbo *saber*, o tipo de complementizador e a correferencialidade de sujeitos são critérios relevantes para distinguir esses usos. Enquanto o informativo pode encaixar como complemento uma proposição, um episódio e um estado de coisas, o cognitivo encaixa apenas proposição; enquanto o complemento do uso informativo pode ser introduzido por *que* e por *se*, o complemento do uso cognitivo pode ser introduzido apenas pelo conector *que*; e, enquanto orações com uso informativo podem ter sujeitos correferenciais opcionais, orações com uso cognitivo jamais terão sujeitos correferenciais. Verificamos, portanto, que os contextos que envolvem a expressão da informação são menos restritivos do que os que envolvem a expressão da cognição.

No segundo grupo comparado, identificamos dois parâmetros relevantes quanto à distinção da modalidade epistêmica e da inferência expressas pelo verbo *saber*:

		Modal	Evidencial
		EPI	INF
Correferencialidade do sujeito	Obrigatório	-	-
	Opcional	+	-
Tempo/modo da oração encaixada	Pres Ind	+	+
	Pas Ind	+	+
	Fut Ind	+	-
	Pre Sub	-	-
	Pas Sub	-	-
	Fut Sub	-	-

Quadro 8. Comparação entre os usos epistêmico e inferencial

Os dois usos em questão diferenciam-se apenas quanto a dois critérios. O primeiro refere-se ao de correferencialidade de sujeito; uma vez que, enquanto *saber* epistêmico pode ter sujeitos idênticos, *saber* inferencial obrigatoriamente deverá ter sujeitos diferentes, pois é pouco provável que o falante faça uma inferência de si mesmo empregado o verbo *saber*. Quando há identidade de sujeitos, *saber* veicula ou uma informação ou uma avaliação epistêmica. O segundo, ao critério tempo/modo da encaixada, que não admite futuro no uso evidencial, mas sim no uso epistêmico.

Ao longo deste capítulo, procuramos demonstrar que o verbo *saber* não é empregado apenas para indicar posse de conhecimento, capacidade adquirida ou avaliação subjetiva quanto ao comprometimento do falante em relação à verdade da proposição enunciada. De acordo com a hipótese aqui comprovada, em contextos específicos, esse verbo pode indicar, no português brasileiro, a fonte do conhecimento acionado pelo falante para qualificar seu enunciado. Nesse contexto, o verbo *saber* pode ser estudado como um item lexical de expressão da evidencialidade reportativa, inferencial e dedutiva.

Respeitando o princípio de alargamento de escopo semântico, as subespecificações da evidencialidade com o verbo *saber* expressam-se todas em camadas contíguas do Nível Representacional: proposição, episódio, estado de coisas e propriedade configuracional. Como a reportatividade é alojada em um nível superior (Nível Interpessoal), sua expressão pode

ocorrer independentemente da manifestação dos subtipos no Nível Representacional. Ao somarmos os usos acima especificados aos usos discursivos expressos pelo verbo *saber* temos a seguinte contiguidade nas camadas hierárquicas da GDF:

- NI: *Move* → Discursivo (fechamento e retomada de turno)
Ato Discursivo → Discursivo (Ato interativo de monitoramento da interação)
Conteúdo Comunicado → Evidencial reportativo
- NR: *Proposição* → Descritivo (cognitivo), modal epistêmico, evidencial inferencial
Episódio → Evidencial dedutivo
Estado de coisas → Descritivo (informativo e gustativo)
Propriedade configuracional → Modal facultativo

Ainda no que se refere à predição de alargamento do escopo semântico, os diferentes significados dos subtipos das categorias qualificacionais, que aqui são representadas pela modalidade e pela evidencialidade, dispuseram-se, conforme previsto na hierarquia proposta pela GDF, em camadas semânticas contíguas na distribuição sincrônica, conforme se nota no quadro a seguir.

		REP	INF	EPI	DED
Natureza do complemento do verbo <i>saber</i>	C	+	-	-	-
	p	-	+	+	-
	ep	-	-	-	+

Quadro 9. Distribuição dos usos qualificacionais de *saber* nas camadas da GDF

A partir da leitura quadro acima e das discussões apresentadas nesse capítulo, pudemos verificar que não há usos diferentes de *saber* em uma mesma camada quando se trata da mesma categoria. Assim, na categoria da evidencialidade, por exemplo, os três subtipos expressos pelo verbo *saber* alojam-se cada um em uma camada. O mesmo ocorre com a modalidade.

O verbo *saber* facultativo não deve ser considerado para fins da distribuição dos usos qualificacionais de suas diferentes subespecificações modal e evidenciais nas camadas da GDF, pois trata-se de um uso *quase-auxiliar*, conforme afirmado por Gonçalves, Sousa e Casseb-

Galvão (2008 [2016]). Assim, por compor predicado, e não ser o próprio predicado, *saber* facultativo tem estatuto diferente dos demais usos desse verbo como predicadores qualificacionais (modal epistêmico e evidenciais reportativo, inferencial e dedutivo). No quadro acima, comparam-se apenas os usos em que *saber* tem estatuto de verbo encaixador, o que não acontece com seu uso facultativo. Portanto, sendo um *quase*-auxiliar (e não um verbo encaixador), *saber* facultativo nunca será qualificador, não podendo, portanto, ser empregado para fins de comprovação da contiguidade das camadas dentro da organização hierárquica proposta pela GDF.

Enfim, os critérios pragmático-semânticos e morfossintáticos empregados para analisar os contextos de ocorrência do verbo *saber* permitiram confirmar a existência desses três usos evidenciais e também do uso informativo, claramente distinto do cognitivo.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, investigamos os usos que o verbo multifuncional *saber* assume no português brasileiro, buscando descrever e analisar seu comportamento pragmático, semântico e morfossintático. Na busca dessa descrição, apresentamos como hipótese inicial do trabalho o fato de que esse verbo serve à expressão da evidencialidade lexical na língua portuguesa e não apenas à expressão do conhecimento e da categoria de modalidade, como já descrito na literatura. Como era de nosso interesse verificar todos os diferentes empregos desse verbo na língua, selecionamos dados de fala e escrita, com base no aparato teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), um modelo de gramática que visa explicar o funcionamento da gramática de uma língua na relação entre sistema e uso, considerando uma organização em camadas que se estende ao nível do discurso e que reconhece, nessa organização, vários níveis de análise.

No processo de caracterização desse verbo, era imprescindível adotar uma definição de conhecimento, apresentada no primeiro capítulo deste estudo. A partir dessa definição e da detecção de contextos em que *saber* cognitivo parecia se comportar de forma diferente, julgamos necessário diferenciar os usos em que o verbo *saber* expressava posse ou aquisição de conhecimento de contextos em que ele expressava posse ou aquisição de informação. Assim, demonstramos que a informação é compreendida como um dado exterior ao sujeito, podendo ser armazenada, enquanto o conhecimento envolve a apropriação de uma informação em um processo reflexivo-analítico, representando o resultado de uma experiência pessoal por parte desse sujeito. Conduzidos por essa distinção, assumimos uma diferente divisão para o emprego de *saber* indicando cognição, diferenciando um *saber* cognitivo de um *saber* informativo.

A distinção entre informação e conhecimento é responsável pela distinção, também, entre evidencial no Nível Interpessoal, já que o uso reportativo de *saber* veicula uma informação entre os interlocutores, e evidencial no Nível Representacional, já que o *saber* inferencial e o *saber* dedutivo correspondem a cálculos mentais que resultam em um conhecimento, não em uma informação. Quando reporta um fato, o falante passa adiante um conteúdo produzido por terceiros, em um processo de recepção e transmissão de informações, já quando infere ou deduz determinados fatos ou eventos, o falante se envolve em um processo reflexivo-analítico característico do que entendemos por conhecimento.

Além do uso de *saber* como verbo cognitivo, há também o reconhecimento e descrição na literatura de seu emprego como verbo de modalidade facultativa, modalidade epistêmica e evidencialidade de relato de *domínio comum*, usos esses brevemente apresentados no capítulo 2 e discutidos na análise dos nossos dados no capítulo 4.

Na confirmação da hipótese desta pesquisa, identificamos duas novas funções para esse verbo, ambas relacionadas a cálculos mentais feitos pelo falante para veicular sua informação: uso evidencial inferencial e uso evidencial dedutivo. Na defesa dessas diferentes funcionalidades, descrevemos os aspectos pragmático-semânticos e morfossintáticos desses predicados, a partir dos critérios apresentados e discutidos no capítulo 3, que nos permitiram identificar alguns padrões de recorrência.

Desse modo, foi possível identificar sete contextos de uso, em que *saber* se manifesta como (i) verbo cognitivo; (ii) verbo informativo; (iii) modal facultativo, indicando capacidade adquirida; (iv) modal epistêmico; (v) evidencial reportativo; (vi) evidencial inferencial; e (vii) evidencial dedutivo. O modelo em camadas da GDF permitiu compreender a diferença semântico-pragmática desses usos na sua relação com aspectos morfossintáticos das diferentes construções.

Nessa abordagem, a noção de escopo semântico é a base de uma hierarquia implicacional que prediz, para os diferentes subtipos de modalidade e de evidencialidade, um *continuum* em que os diferentes significados devem estar alojados em camadas semânticas contíguas na sua distribuição sincrônica.

Os resultados apurados para o verbo *saber* confirmam essa predição da GDF: os múltiplos significados qualificacionais do verbo *saber* (modais e evidenciais) têm escopo sobre camadas que vão do nível mais baixo na hierarquia para o mais alto, demonstrando que, nesse processo de alargamento de escopo, camadas de níveis mais altos são semanticamente mais abstratas.

Nesse contexto, conforme foi possível notar no capítulo 4, esta pesquisa contribui para as discussões acerca da distribuição dos diferentes significados de categorias qualificacionais na hierarquia proposta pela GDF no sentido de demonstrar que *saber* modal facultativo não pode ser comparado, para fins de comprovação da contiguidade das camadas, com os demais usos qualificacionais de *saber* (modal epistêmico, evidencial reportativo, evidencial inferencial e evidencial dedutivo), uma vez que não se trata de um predicador qualificacional e sim de um verbo com traços de ‘quase-auxiliaridade’.

Os recortes realizados nesta pesquisa para delimitação do *corpus* apontam para sua continuidade, uma vez que, no que se refere ao uso discursivo do verbo *saber*, parece-nos bastante produtivo investigar, no aparato da GDF, a relação da expressão fixa *eu sei que*, em ocorrências como (181) abaixo, com a unidade de análise do Movimento, no Nível Interpessoal. Nesse uso, essa construção assumiria uma função interacional, de situar um Movimento de conclusão em um discurso mais amplo.

- (181) Inf.: (...) teve o maior quebra pau as duas brigô(u) uma xingô(u) a o(u)tra... chamaram pa í(r) pra rua pa brigá(r) pa cê catá(r) lá na ru::a... falô(u) que foi a maior:: ba(i)xaria... diz que foi feio mesmo... aí... aí conseguiram uma apaziguá(r) a o(u)tra lá e:: (a)cabô(u) fican(d)o assim por isso mesmo mas diz que a briga foi mui::to feia
 Doc.: e ela pelo menos tratô(u) dos piolhos ((risos))
 Inf.: nem:: perguntei... nem:: falei – “gen::te do céu” – o duro é que foi chato porque falo – “em vez de chegá(r) ou assim... de(i)xá(r) ela eu acho assim de(i)xá(r) que um po(u)quinho ela sê(r) ficá(r) mais” – e ou chegá(r) né? falá(r) – “óh né? eu conheço um remédio assim assim né?” – í(r) direto na direção [(inint.)]
 Doc.: [é chato] né?
 Inf.: **sei que a briga foi feia no::ssa muito feia...** a:: minha mãe né?... veio/ veio passeá(r) aqui na minha casa e:: contô(u) pa gente... que quando (...) [muda o assunto]
 (AC:078; NR: 114-127)

Na ocorrência (181), o informante está relatando, com detalhes, uma briga, ocasionada pelo fato de uma mãe acusar a filha de outra de ter piolho, quando o documentador faz uma observação que o conduz a inserir um comentário no seu fio narrativo. Mais adiante, para retomar e concluir seu discurso, o informante utiliza o marcador discursivo *eu sei que (...)*. Após retomada e o fechamento de seu turno, ao introduzir um Movimento que contém uma apreciação resumitiva, o informante muda de assunto, introduzindo, portanto, outro Movimento.

A presente pesquisa, ao apresentar uma descrição do comportamento pragmático, semântico e morfossintático dos diferentes usos que o verbo *saber* pode assumir no português brasileiro, comprova não só a diferença existente entre um *saber* cognitivo e um *saber* informativo, mas também, e principalmente, a expansão semântica que esse verbo apresenta ao ser empregado pelos falantes do PB para expressar as categorias de evidencialidade e modalidade. Assim, pudemos demonstrar também que esse alargamento de escopo semântico reflete-se no alojamento dos subtipos qualificacionais de *saber* em camadas contíguas da organização hierárquica proposta pela GDF. Por fim, no que se refere às diferentes subespecificações da função evidencial resultantes desse alargamento de escopo, este estudo confirma a hipótese previamente formulada de que o verbo *saber* atua como mais um mecanismo linguístico disponível ao falante para expressar a evidencialidade lexical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. Oxford University Press, 2004.
- _____. Evidentiality in Typological Perspective. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. *Studies in Evidentiality*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2003b. p.1-31.
- _____. Evidentiality in Tariana. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (Ed.). *Studies in Evidentiality*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2003b. p.131-164.
- AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. Evidentials and Areal Typology: A Case Study from Amazonia. *Language Sciences*, v. 20, n. 3, 1998, 241-257.
- ANDERSON, D. *Conversational Ticuna*. Summer Institute of Linguistics, University of Oklahoma, 1962.
- AULETE DIGITAL. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon editora digital, 2008. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- BORBA, F. S. Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.
- BORGMAN, D. M. Sanumá. Handbook of Amazonian languages. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 2, p.15-148, 1990.
- BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, v.2, n.3, p.509-532, 1997.
- BRANDT, P. A. A mente comunicativa. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 18, n. 34, p. 323-330, 2º sem. 2014. Entrevista realizada por Ana Margarida Abrantes, Sandra Cavalcante e André L. Souza (Orgs.).
- BUENO, F. S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1968.
- BYBEE, J.; PERKINS, R., PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: Tense, Aspect and Modality in the Languages of the World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CAMACHO, R. G. *O papel da nominalização no continuum categorial*. 2009. 259 f. Tese (livre docência) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2009.
- _____. A interface sintaxe e discurso na gramática funcional. In: *Os fatos da linguagem*. Esse conjunto heteróclito. Araraquara: FCL-Unesp Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 39-79, 2006.
- CAMPBELL, R. Marcadores de Fonte de Informação na Língua Jamamadí. *Série Linguística*, n. 7, p. 117-126, 1977b.
- CAPONIGRO, I. Free relatives as DPs with a silent D and a CP complement. In: SAMIIAN, V. (Ed.). *Proceedings of the Western Conference on Linguistics 2000 (WECOL 2000)*. Fresno, CA: California State University, 2002. p. 140-150. Disponível em: <http://ling.ucsd.edu/~ivano/Papers/WECOL00_Paper.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que*. 2001. 231f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.

CAVALCANTE, S.; ABRANTES, A. M.; SOUZA, A. L. Linguagem, Discurso e Cognição: desafios e perspectivas. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 18, n. 34, p. 11-22, 2º sem. 2014.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986.

CHARLOT, B. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CORRÊA, L. M. S. Explorando a relação entre língua e cognição na interface: o conceito de *interpretabilidade* e suas implicações para teorias do processamento e da aquisição da linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, v.6, n.1, p.113-129, 2002.

Da MILANO, F. Evidentiality and deixis. In: *The Nature of Evidentiality*, Leiden: The Netherlands, 2012. Disponível em: <<http://media.leidenuniv.nl/legacy/tne-booklet.pdf>>. Acesso em: 20 abr 2016.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Gramática Discursivo-Funcional e os estudos tipológicos: um exercício de análise das línguas indígenas do Brasil. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n.1, p. 64-73, 2012.

_____. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica, p.103-145, 2007.

_____. Uma análise funcional da modalidade epistêmica. *Alfa*, São Paulo, v. 40, p.151-173, 1996.

_____. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 1995. 163p. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; HENGEVELD, K. The grammaticalization of modal verbs in Brazilian Portuguese: A synchronic Approach. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 15, n. 1, p.1-14, 2016.

DALL'AGLIO HATTNER, M. M. et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. M (Org.). *Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: Cultura Acadêmica, p.103-143, 2001.

De HAAN, F. _____. Encoding speaker perspective: evidentials. In: FRAJZYNGIER, Z.; HODGES, A.; ROOD, D. (Ed.). *Linguistic diversity and language theories*. Amsterdam: Benjamins, 2005. p.379-397.

_____. The relation between modality and evidentiality. *Linguistische Berichte, Sonderheft 9*, p.201-216, 2001.

_____. Evidentiality and epistemic modality: setting boundaries. *Southwest Journal of Linguistics*, v.18, p.83-101, 1999.

_____. *The interaction of modality and negation: a typological study*. New York: Garland Press, 1997.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Introduction: Evidentiality and Related Notions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, p.339-348, 2001.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Pt 2: Complex and derived constructions. Edited by Kees Hengeveld. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Pt 1. The Structure of the Clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

EBERHARD, D. M. *Mamaindé Grammar: A Northern Nambikwara Language and its Cultural Context*. Amsterdam: LOT, 2009. 2v.

FAUST, N.; LOOS, E. *Gramática del idioma yaminahua*. Instituto Linguístico de Verano, Lima, 2002. 177 p. (Linguística Peruana, n.51)

FLECK, D. A. *Grammar of Matses*. 2003. 1279 p. PhD. Thesis (Doctor of Philosophy). Rice University, Houston, Texas, 2003.

FOLEY, W. A.; VAN VALIN Jr, R. D. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam and Philadelphia, PA: John Benjamins, 1995.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction (vol. II)*. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

GOLLA, V. Sketch of Hupa, an Athapaskan Language. In: GODDARD, I. (ed.), *Handbook of American Indians. Languages*, v. 17, p. 364-389, 1996.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*, 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

GONÇALVES, S. C. L.; CASSEB-GALVÃO, V. C.; SOUSA, G. C. As construções subordinadas substantivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *A construção das orações complexas*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. As construções subordinadas substantivas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado culto no Brasil: classe de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. v. 2, p. 1021-1084.

GONÇALVES, S. C. L. G. Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista. São José do Rio Preto: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em: jan. 2014.

HALE, K. Basic word order in two ‘free word order’ languages. In: PAYNE, D. (Org.). *Pragmatics of word order flexibility*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 63-82.

HALLIDAY, M, A. K. *An introduction to functional grammar*. Great Britain, Edward Arnold, 1985.

HATTNER, M. M. D. A. The interaction between tense and evidentials of event perception and deduction in Brazilian Native languages. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (eds.). *Casebook in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 39-66.

HENGEVELD, K. The grammaticalization of tense and aspect. In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). *The handbook of grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 577-591.

_____. Mood and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Ed.). *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 1190-1202.

_____. Formalizing functionally. In: DARNELL, M.; MORAVCSIK, E.; NOONAN, M.; NEWMAYER, F.; WHEATLY, K. (eds). *Functionalism and Formalism in Linguistics*, Amsterdam: Benjamins, 1999, v.2, p.93-105.

_____. *Layers and Operator in Functional Grammar*. *Journal of linguistics*, n.25, p.127-157, 1989.

_____. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, 6, p. 227-269, 1988.

HENGEVELD, K; HATTNER, M. M. D. Four types of Evidentiality in the Native Languages of Brazil. *Linguistics*, v. 53, n.3, p. 479–524, 2015.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*, Oxford: Oxford University Press, 2008.

HIRATA-VALE, F. B. M. Para uma interpretação condicional de construções temporais do português: contextos de uso. *Alfa*, São Paulo, v. 52, n.1, p. 167-177, 2008.

_____. A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático. 2005. 160 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

KANT, I. *Crítica da razão pura – Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1987. vol. 1.

KAPP, A. M. M. *Relações entre tempo e evidencialidade nas línguas indígenas do Brasil: um estudo tipológico-funcional*. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2013.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KROEKER, M. H. *Gramática descritiva da língua nambikúara*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística. 2003a. 121 p.

KROON, C. *Discourse Particles in Latin*. Amsterdam: Gieben, 1995.

LAZARD, G. On the gramaticalization of evidentiality. *Journal of Pragmatics*, v. 33, 3, p. 359-67, 2001.

LOBATO, L. M. P. Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo: Critérios de Auxiliaridade. In: _____. *Análises Linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 27-91.

LONGO, B. N. O. *A Auxiliaridade e a Expressão do Tempo em Português*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1990.

MARCHESAN, A. C. As relativas livres em português brasileiro e os requerimentos de compatibilidade. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MARTELOTTA, M. E.; LEITÃO, M. Igualdades e diferenças nos marcadores discursivos *sabe?* e *entendeu?*. In: *Artigos produzidos pelo Grupo Discurso & Gramática sobre gramaticalização no português do Brasil*. UFRJ, Rio de Janeiro, 1998. Mimeo.

_____. Discursivização do verbo *saber*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.293-302.

- MÓIA, T. L. A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português. 1992. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.
- MONTEIL, J. *Dynamique sociale et systèmes de formation*. Paris: Éditions Universitaires, 1985.
- MORATO, E.; KOCH, I. V. Linguagem e cognição: os (des) encontros entre a Linguística e as Ciências Cognitivas. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, 44, p. 85-91, jan. /jun. 2003.
- NAGAMURA, G. H. *A expressão da subjetividade na Gramática Discursivo-Funcional*. 2016. 168 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2016.
- NARROG, H. *Modality, Subjectivity and Semantic Change: a cross-linguistic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- NEVES, M. H. M. Imprimir marcas na enunciação. Ou: A modalização na linguagem. In: _____. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- _____. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. V. VI: Desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. P. 163-199.
- NUYTS, J. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, v.33, p.383-400, 2001.
- _____. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, Hawthorne, v.31, p. 933-969, 1993.
- OLBERTZ, H. Periphrastic expressions of non-epistemic modal necessity in Spanish: a semantic description. (NO PRELO)
- OLIVEIRA, L. A. B. *Marcadores da organização do padrão discursivo narrativo: uma abordagem funcional centrada no uso*. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge, England: Cambridge University, 1986.
- RAPOSO, E. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992. 527 p.
- SCHLANGER, J. *Une théorie du savoir*. Paris: Vrin, 1978.
- SINHA, C. Cognitive Linguistics, Psychology, and Cognitive Science. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 1266-1269.
- SOUSA, G. C. Interrogativas encaixadas vs. relativas sem antecedente: contribuições da Gramática Discursivo-Funcional. In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 40, p. 123-132, jan-abr, 2011.
- _____. *Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por se*. 2007. 175 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

_____. Se tempo fosse condição...: um estudo das estruturas de tempo e de condição no português oral brasileiro. 2003. 172 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2003.

STENZEL, K. S. *A Reference Grammar of Wanano*. 2004. 429 p. Ph.D. Thesis (Doctor of Philosophy). University of Colorado, Denver, Colorado, 2004.

VALLE, C. R. M. *Sabe? ~ não tem? ~ entende?: itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivo*. 2001. 172 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

_____. *Multifuncionalidade, mudança e variação de marcadores discursivos derivados de verbos cognitivos: forças semântico-pragmáticas, estilísticas e identitárias em competição*. 2014. 415 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VENDRAME, V. *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. 2010. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2010.

_____. Os predicados encaixadores na expressão da evidencialidade. In: PEZATTI, E. G. (org.). *Pesquisas em gramática funcional: descrição do português*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 225-256.

_____. *A evidencialidade em construções complexas*. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2005.

VERSTRAETE, J. C. Subjective and objective modality: Interpersonal and Ideational functions in the English modal auxiliary system. *Journal of Pragmatics*, 33, p.1505-1528, 2001.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, v.12, 1, p.51-97, 1988.

TERMO DE REPRODUÇÃO XEROGRÁFICA

Autorizo a reprodução xerográfica do presente Trabalho de Conclusão, na íntegra ou em partes, para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 07 de agosto de 2017

Assinatura do autor